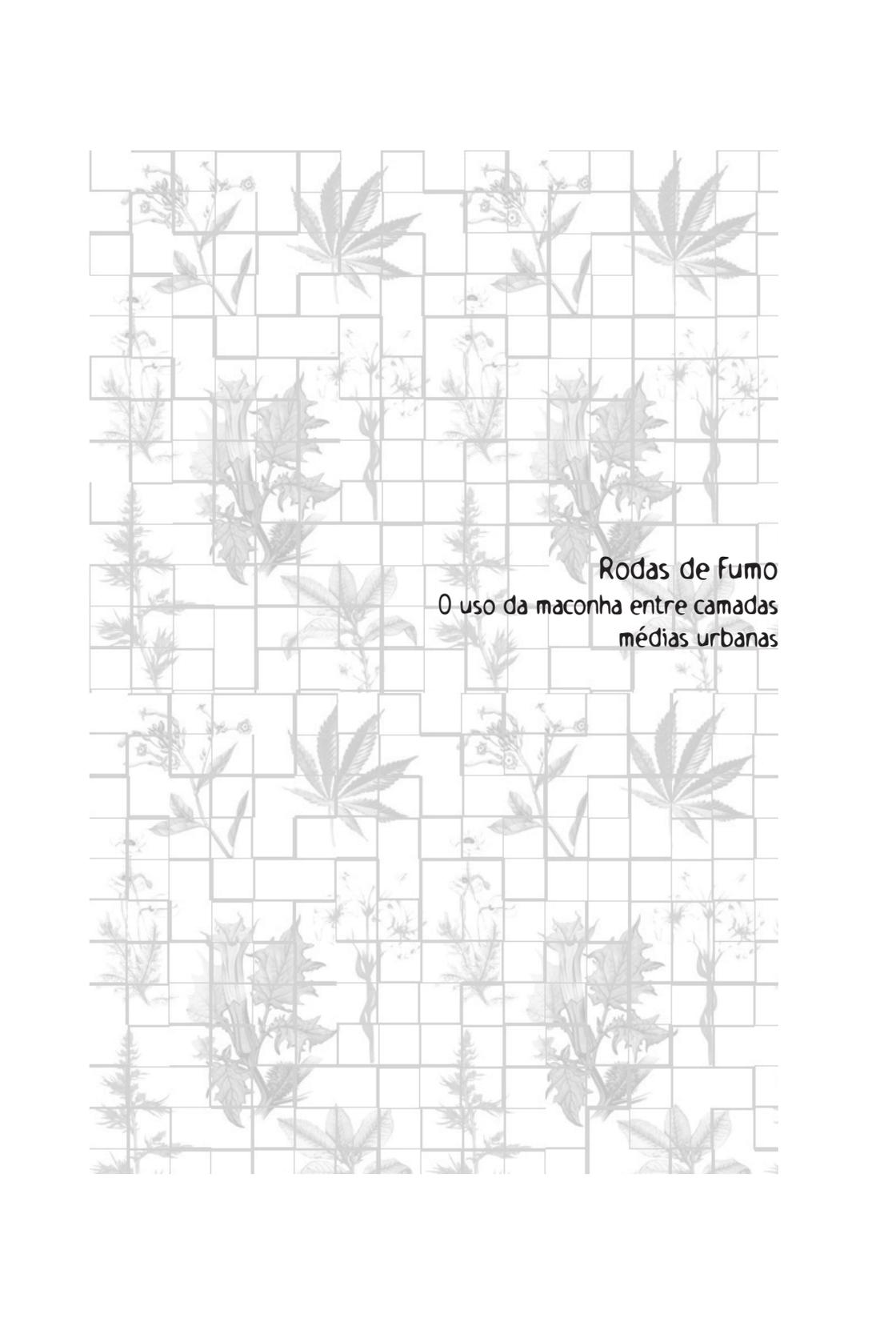


Drogas: Clínica e Cultura

Rodas de Fumo

O uso da maconha entre camadas
médias urbanas

Edward MacRae
Júlio Assis Simões



Rodas de Fumo
O uso da maconha entre camadas
médias urbanas



Universidade Federal da Bahia

Reitor

Heonir Rocha

Vice-Reitor

Othon Jambeiro



Editora da Universidade Federal da Bahia

Diretora

Flávia M. Garcia Rosa

Conselho Editorial

Ana Maria Fernandes

Aurino Ribeiro Filho

Eneida Leal Cunha

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

José Crisóstomo de Souza

Sérgio Mattos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq
Com o apoio do CADCT/Seplantec, Governo do Estado da Bahia

Edward MacRae
Júlio Assis Simões

Rodas de Fumo
O uso da maconha entre camadas
médias urbanas



EDUFBA

Drogas: Clínica e Cultura
CETAD/UFBA
Salvador, 2000

© Direitos para essa edição, cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.
Feito o depósito legal.

2ª Impressão 2004

Projeto Gráfico da Coleção e Capa
Iure Aziz e Karime Salomão

Editoração Eletrônica
Iure Aziz e Karime Salomão

Revisão de Texto
Os autores

MacRae, Edward.

Rodas de fumo : o uso da maconha entre camadas médias /
Edward MacRae, Júlio Assis Simões. - Salvador: EDUFBA;
UFBA / CETAD, ©2000, 2004.

150 p. (Coleção drogas: clínica e cultura)

ISBN 85-232-0207-2

I. Antropologia social - Psicoativos I. Simões, Júlio Assis
II. Título.

CDD: 362.295

CDU: 633.888:316.723-058.13

Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas — CETAD/UFBA

Extensão Permanente da Faculdade de Medicina da UFBA
Programa de Prevenção ao Abuso de Drogas - PREVDROGAS/SESAB
Rua Pedro Lessa, 123 - Canela, CEP: 40110-050 - Salvador - BA
Tels: (071) 336-8673 e 336-3322, Fax: (071) 336-7605
E-mail: cetadufba@usa.net

Editora da Universidade Federal da Bahia — EDUFBA/UFBA

Rua Barão de Geremoabo, s/n campus de Ondina CEP: 40170-290
Salvador - BA Tel/fax: (071)263-6163, E-mail: edufba@ufba.br
www.edufba.ufba.br Atendemos pelo reembolso postal

“... malandragem dá um tempo,
que fazer a cabeça tem hora,
é por isso que eu vou apertar,
mas não vou acender agora...”

(“Malandragem dá um Tempo”
de Popular P., Adelsonilton e Moacyr Bombeiro)

_____	Prefácio	09
_____	Apresentação	13
_____ 1	A maconha no Brasil	19
_____ 2	Fatores socioculturais	29
_____ 3	Usuários não-marginais: um estudo de caso	37
_____ 4	Circunstâncias da iniciação ao uso da maconha	49
_____ 5	Precepção dos efeitos da maconha	57
_____ 6	Lidando com o controle social: segredo, auto imagem e redes de sociabilidade	63
_____ 7	Controles informais do consumo: rituais e sanções	71
_____ 8	Aquisição do produto e técnicas de consumo	77
_____ 9	O consumo da maconha associado a outras atividades	85
_____ 10	Tolerância, padrões de consumo e a hipótese da "escalada"rumo a outros psicoativos ilegais	97
_____ 11	A maconha e a lei	107
_____ 12	Atitudes com relação às campanhas de prevenção	113
_____ 13	Aspectos políticos da repressão às drogas	119
_____ 14	Conclusão	133
_____ 15	Bibliografia citada	141

Prefácio

Ao longo dos quase vinte anos que tenho dedicado ao trabalho com usuários de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, seus familiares, e divulgado uma ideologia preventiva, apoiada na educação para a saúde e proteção da vida, tenho lamentado, profundamente, a quase inexistência de trabalhos socioantropológicos que nos aproximem da cena dos bastidores. Conhecemos, largamente, os aspectos farmacológicos das mais diversas substâncias psicoativas. Conhecemos os danos que causam ao organismo físico e os efeitos imediatos e mais distantes sobre o psiquismo. O que conhecemos mal, negligenciamos ou não conhecemos, são os aspectos relacionados com as motivações individuais e seus determinantes sociais e culturais. Aliás, tudo que nos foi legado ao longo do tempo — mais remoto ou mais próximo — parece ter sido esquecido: o uso ritual de cogumelos no México antigo, a folha da coca no Planalto Andino, o álcool pelos romanos, o “fruto da sabedoria” no Paraíso... Nossos olhos estão cada vez mais voltados para a descoberta de produtos químicos, capazes de suprimir o desejo de alterar a percepção do mundo, um mundo cada vez mais complexo, ou de conformar o usuário dependente à ordem do Estado, tornando-o um “toxicômano domado”, segundo a expressão de Claude Olievenstein. Este é o grande desafio dos que trabalham com as diversas estratégias objetivando reduzir os danos causados pelo consumo de substâncias psicoativas, injetáveis ou não: dar, aos homens que optaram pela toxicomania, a proteção que merecem sem a submissão que os aniquilam.

Desde a criação do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD-UFBA), em 1985, tenho chamado a atenção para dois aspectos: o primeiro, relacionado com a necessidade de amplos estudos epidemiológicos, em populações específicas e na população geral; o segundo aspecto, relacionado com o conhecimento das subculturas consumidoras de substâncias psicoativas, através de estudos etnográficos que nos aproximem da realidade dos consumidores e seu setting, isto é, “o conjunto de fatores ligados ao contexto no qual a substância é tomada, o lugar, as companhias, a percepção social e os significados culturais atribuídos ao uso”. Sem estes elementos, as chamadas intervenções preventivas não passam de imposições ideológicas, cujos resultados não têm sido encorajadores e o consumo de “drogas de toda ordem” não cessa de crescer pelo mundo a fora. Aliás, os quatro levantamentos junto à população estudantil de dez capitais brasileiras, realizados pelo Professor Elisaldo Carlini, da Escola Paulista de Medicina, superando toda sorte de dificuldades, mudaram, radicalmente, nossa percepção do problema: o álcool, o tabaco, os medicamentos psicotrópicos e os inalantes são de longe os produtos mais consumidos por nossos filhos e filhas, quando comparados à maconha e à cocaína. Estes dados impuseram, aos que não queriam ver, a realidade de que nossas crianças estão bebendo muito cedo e eu acrescentaria que estão morrendo em acidentes de automóveis, embriagadas.

Pois bem, este trabalho sobre a maconha, dos pesquisadores Edward MacRae e Júlio Assis Simões, vem nos surpreender com os depoimentos de quem usa sem se sentir destinado ao fogo do inferno. É um trabalho sério, desprovido de preconceito, quase sem partido (digo quase porque não acredito na completa isenção do pesquisador e da pesquisa científica; a escolha de um caminho tem sempre a ver com o caminhante), e que coloca diante do leitor dados históricos e sociológicos de relevância; nos expõe o percurso de criminalização do uso da maconha no Brasil, nos afastando de sua história natural, pelo menos em regiões como o Nordeste, às margens do São Francisco, ao longo de quatorze seções bem documentadas, passando, ainda, entre outros aspectos, pelas circunstâncias da iniciação; controle social; controles informais, seus rituais e

sanções, para concluir com pertinentes reflexões sobre a maconha e a Lei, atitudes com relação às campanhas de prevenção e a política.

Não se trata de um texto contra ou a favor da maconha, mas sobre os que, livres para não usá-la, decidiram falar de suas histórias pessoais para Edward e Júlio que, competentemente, souberam ultrapassar o nível do mero voierismo para encontrar a alma de cada contador, construindo para nós a realidade que a ficção de cada um permite evidenciar, basta saber ouvir.

Professor Antonio Nery Filho

Praia de Itacimirim, julho de 1999.

Apresentação

A maconha (Cannabis sativa) é provavelmente a substância psicoativa ilegal de uso mais difundido no Brasil. Embora não se disponha de um conjunto ordenado de informações estatísticas a respeito do nível de seu consumo entre os vários estratos populacionais do País, vários levantamentos parciais indicam que esta é uma prática disseminada especialmente entre os jovens¹.

A relevância da questão, entretanto, não tem sido acompanhada de uma correspondente destinação de recursos e esforços para investigar e conhecer melhor todos os complexos aspectos de que se reveste o fenômeno. Enquanto “droga”², a maconha é tratada em termos quase sempre negativos, como “causa” de distúrbios físicos, psicológicos e morais, como mal a ser extirpado. Assim, procura-se apenas investir na repressão ao tráfico e na elaboração de campanhas preventivas visando manter o usuário potencial ou regular afastado do “perigo”. A julgar, porém, pelas declarações dos próprios órgãos repressivos e preventivos, tal estratégia tem se revelado incapaz de atingir o objetivo proposto de eliminar a oferta da cannabis, assim como de outros psicotrópicos ilícitos.

Uma dificuldade básica reside em que a discussão sobre as “drogas” é carregada de emoções e valorações. Nem poderia ser diferente, visto que as experiências e as questões levantadas pelas substâncias psicoativas parecem resvalar em sentimentos profundos das pessoas: medos e esperanças. Em boa medida, a tendência para apresentar as “drogas” indiferenciadamente como as causas primeiras de estados maléficos percebidos como associados a seu

uso é fruto desse grande envolvimento emocional (Weil, 1986:19). Nessa lógica, as substâncias psicoativas em si mesmas tornam-se o fundamento de todo o chamado “problema da toxicomania”, e se supõe que a solução para tanto está na eliminação das possibilidades de acesso a elas.

Ora, insistir em ver a “droga” necessariamente como um mal é desconhecer um dado elementar: as pessoas têm parte ativa na busca destas substâncias. A motivação para querê-las está obviamente ligada aos efeitos que elas podem desencadear. Na verdade, o uso de psicoativos constitui um meio entre outros para experimentar alterações na consciência ordinária de vigília - talvez a mais antiga, persistente e difundida técnica nesse sentido, encontrável nas mais diversas culturas humanas. Discutir a questão das “drogas” entre nós remete, portanto, ao problema dos sentidos atribuídos a estados alterados de consciência em nossa cultura.

Freqüentemente, a condenação às “drogas” insiste no caráter danoso e inaceitável das experiências de alteração de consciência por si mesmas. O argumento comum de que as “drogas” representam uma fuga à realidade supõe, genericamente, que a “realidade” é o que é apreendido por um certo padrão de “consciência ordinária de vigília”, tida unilateralmente como “boa” e “desejável”.

Entretanto, muitas práticas habituais e lícitas da vida diária têm, em comum com o uso de psicotrópicos, a propriedade de desencadear algum tipo de estado mental alterado. Podemos pensar, como sugere Weil, nos rodopios executados por crianças quase até o desmaio. Ou ainda, como lembra Masur (1987), nas sensações de uma pessoa “divertindo-se” numa montanha-russa. O sonhar acordado, o delírio, a hipnose, o transe, a meditação, o arrebatamento místico são também outros modos de experimentar alteração de consciência, muitos dos quais podem ser desenvolvidos como técnicas peculiares. O arrebatamento místico e o transe são, aliás, experiências estimuladas e bastante valorizadas em muitas religiões, incluindo o catolicismo, as denominações “espíritas”, o candomblé e a umbanda.

As sensações provocadas pelas diferentes substâncias psicoativas variam grandemente. Estudos farmacológicos têm contribuído para ressaltar essa diversidade, determinando os princí-

pios ativos e as reações orgânicas e psíquicas peculiares a cada substância. De qualquer maneira, parece ser útil nesta discussão estabelecer uma distinção entre as propriedades das substâncias psicoativas e as experiências subjetivas de seu uso. As “drogas” têm a capacidade de desencadear certos efeitos interpretados como “barato”, mas não são as únicas responsáveis por eles. O significado de experiências com psicoativos não pode ser determinado no âmbito da análise farmacológica: para compreendê-lo, é necessário considerar também as expectativas individuais e o ambiente sociocultural em que a substância é usada, pontos que desenvolveremos adiante com as noções de set e setting, respectivamente. Estes fatores influenciam o significado das experiências individuais, e é necessário determinar seu peso em cada situação considerada.

No caso da maconha, expectativas e ambiente parecem ter acentuada influência na determinação das reações e condutas individuais. A maconha é uma substância sui generis do ponto de vista farmacológico. Não se enquadra adequadamente como estimulante, nem como depressor, nem como alucinógeno. Seus efeitos não costumam ser nítidos e perceptíveis à primeira vista, e uma mesma pessoa consumindo doses equivalentes da mesma amostra de maconha pode ter experiências subjetivas bastante diversas de situação para situação. Mensurações obtidas em laboratório salientam a pequena periculosidade oferecida pela maconha em termos dos efeitos orgânicos a longo prazo, ausência de síndrome de abstinência, riscos insignificantes de overdose e pouca alteração na capacidade relacional do usuário³. De outro lado, há todo um leque de indagações no que diz respeito às experiências subjetivas com a erva. Neste caso, parece imprescindível retornar aos usuários regulares e recuperar a visão que possuem de sua própria vivência com a canabis.

Este estudo toma por objeto um uso social específico da maconha: entre indivíduos das camadas médias urbanas formalmente integrados à sociedade de consumo e ao mercado de trabalho, no pleno gozo de sua sanidade física e mental. Insistiremos, ao longo do texto, na importância de se considerar o ponto de vista dos usuários habituais e controlados para um melhor entendimento e uma

ação mais eficiente quanto ao “problema das drogas”. Em princípio, as experiências destes usuários não-marginais servem de necessário contraponto aos estudos feitos com toxicômanos sob tratamento, onde a maconha é apresentada como primeiro degrau da escala de degradação física e moral, à qual se imagina que todo uso de psicoativos necessariamente conduz.

Este trabalho compõe-se de quatorze seções. Nas três primeiras, procuramos delimitar o tema do uso da cannabis, à luz de dados históricos e sociológicos referentes ao Brasil e do esquema conceitual que fundamenta esta investigação, incluindo em seguida informações a respeito das técnicas de pesquisa empregadas e dos sujeitos selecionados para as entrevistas. As seções restantes dedicam-se à análise e comentário do material coletado nas entrevistas e observações feitas. Focalizaremos os seguintes aspectos: características dos entrevistados quanto ao uso de psicoativos; sua iniciação ao consumo da maconha; seu aprendizado da percepção dos efeitos da erva; suas estratégias em face do controle social; o desenvolvimento de controles informais do consumo; estratégias de aquisição e técnicas de uso; associação da maconha a outras atividades; a questão da tolerância aos efeitos da erva e suas conseqüências; atitudes em face da criminalização do uso da maconha e com relação a campanhas de prevenção.

Esperamos assim apresentar um painel de dados e interpretações que possa ser útil para repensar programas de informação e prevenção do uso de drogas no sentido de incorporar ativamente vivências e pontos de vista dos próprios usuários.

Notas

¹ O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) vem realizando, sistematicamente, levantamentos sobre o uso de drogas entre estudantes do ensino fundamental e médio em dez capitais brasileiras desde 1987. Enquanto naquele ano 2,8% dos estudantes diziam ter consumido maconha alguma vez em suas vidas, em 1997 a proporção havia subido para 7,6 %. O significado dessas cifras é pequeno, já que contabiliza usos excepcionais que talvez não tenham se repetido. Mais relevante é a análise do “uso freqüente”, que contabiliza usos de seis ou mais vezes nos trinta dias antecedendo à pesquisa, bem mais reduzido (1,1 % para o total da população pesquisada), onde também se constata uma tendência ao aumento dessa prática, embora em nível menor.

² Segundo Arnao (1980: 14), a expressão “substância estupefaciente”, que é sinônimo legal-policial-burocrático do termo “droga”, aumenta ainda mais a confusão já existente em torno do assunto. Em farmacologia, “estupefaciente” indica, na verdade, uma ação típica dos opiáceos, mas não é absolutamente aplicável a outras substâncias ilegais, como a canabis, cocaína e alucinógenos”. Como a definição do termo “droga” envolve um complicado entrelaçamento do ponto de vista médico-farmacológico com o ponto de vista legal, a palavra aparecerá no decorrer deste relato sempre entre aspas, a não ser quando for indicado expressamente em que sentido está sendo empregada. Em seu lugar serão empregados os termos “psicoativo” e “psicotrópico”, denominações abrangentes em farmacologia para designar substâncias que produzem alterações no estado psíquico.

³Jandira Masur, em comunicação oral apresentada em seminário promovido pelo IMESC a 16/6/88 em São Paulo, sintetizou alguns achados recentes relativos à pesquisa de efeitos orgânicos e psíquicos causados por cinco substâncias psicoativas: álcool, cocaína, heroína, tabaco e maconha. Os aspectos foram: efeitos por uso crônico; presença e intensidade de síndrome de abstinência; riscos implicados por overdoses; e alterações sensíveis na vida de relação por efeito do uso prolongado. Quanto a efeitos por uso crônico, a maconha acompanha a cocaína e a heroína, as três se caracterizando por acarretar danos físicos e psíquicos a longo prazo menores que o álcool e o tabaco. Quanto à síndrome de abstinência, esta não se caracteriza no caso da maconha. Os riscos de overdose são considerados quase nulos, assim como os do tabaco. A maconha situa-se também próxima ao tabaco por causar muito pouca interferência nas relações pessoais cotidianas dos usuários regulares. Consultar também, a respeito, Carlini (1986) e Arnao (1980), (Mansur e Carlini, 1989).

A maconha no Brasil

Ao contrário do que muitas vezes se imagina, a utilização social das propriedades psicotrópicas da maconha não é costume recente no Brasil. Acredita-se que o hábito de fumar a cannabis tenha sido introduzido no país por escravos africanos desde a colonização (Dória, 1986 (1915); Iglésias, 1986 (1918); Moreno, 1986 (1946); Mott, 1986). Já neste século, o uso da erva se difundiu por algumas áreas do Norte e Nordeste do país, entre populações indígenas, habitantes de zonas rurais e segmentos urbanos populares e marginalizados (Iglésias, op. cit.; Moreno, op. cit.; Henman, 1982; 1986)

Entre grupos negros do Nordeste e indígenas que com eles devem ter mantido contato, a maconha era empregada "como erva medicinal, estimulante no trabalho físico e nas pescarias, e como agente catalisador das rodas de fumantes que se reuniam no fim da tarde" (Henman, 1982:7). Observadores e estudiosos de cultos afro-brasileiros fizeram referências à utilização da maconha em rituais religiosos, e alguns, como Gilberto Freyre, chegaram a associar as tradições religiosas e a maconha como elementos culturais de resistência à "desafricanização" (Mott, op. cit.).

Embora tenha surgido no Brasil o primeiro ato legal de proibição da venda e uso da maconha no mundo ocidental — determinado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1830 — o consumo da planta só se tornou plenamente uma questão de saúde pública neste século. O Código Penal da República, em 1890, embora proclamasse a proibição do comércio de "coisas venenosas", não fazia menção expressa à maconha (Toron, 1986:141). Desde as primei-

ras décadas deste século, porém, passou-se a identificar perigo no uso da maconha praticado por estratos populares em centros urbanos, os quais, segundo Henman (1982), haviam adotado seu consumo fora dos padrões tradicionais da roda de fumantes nordestina. Começou a cristalizar-se, entre autoridades médicas e policiais brasileiras, a associação "pobre — preto — maconheiro — marginal — bandido".

Textos da literatura internacional sobre ópio e haxixe, tanto de cientistas como Morerau de Tours, quanto de literatos "hachischin" cultuadores do decadentismo como Baudelaire e Gauthier, fomentaram a interpretação do uso da maconha como fonte de degeneração psíquica e moral e de enfraquecimento da "raça brasileira".

Em 1916, Dr. Rodrigues Dória, professor na Faculdade de Medicina da Bahia, publicou o texto de uma comunicação que apresentara ao II Congresso Científico Pan-americano, realizado em Washington no ano anterior. Baseando-se em observações pessoais do uso da maconha em cidades do Vale do São Francisco, o autor faz uma das descrições mais completas que se tem do uso tradicional da maconha no Brasil. Fala, por exemplo, dos feirantes que, após o trabalho, em volta de seus cachimbos ou "maricas" recitavam as loas da maconha. Durante décadas o conteúdo desse texto foi reproduzido na maioria dos documentos produzidos sobre o tema e serviu para promover uma vinculação na visão oficial, entre o uso da maconha e a cultura afro-brasileira. Apresentando a difusão do uso da maconha, pela população como um todo, como uma espécie de vingança da raça negra contra "seus irmãos mais adiantados em civilização", fomentou também o alarmismo perante o processo de sua popularização crescente e problemática, do ponto de vista médico, civil e criminal (Cavalcanti; 1998:85).

Nos anos 30, intensificou-se nos EUA a campanha visando tornar ilegal o consumo da maconha e erradicá-lo (Becker 1976a). No Brasil aparecem, nessa época, estudos médicos que não só reforçavam a idéia de que o consumo da maconha é um "vício legado pelo negro", como também estabeleceram toda a série de crenças e esquemas tradicionais de interpretação relativa aos efeitos catastróficos à saúde humana provocados pelo uso da erva. Nesses estudos, a maconha era apontada como causadora de agressividade, violência, delírios furiosos, loucura, taras degenerativas, degradação física, idiotia, sen-

sualidade desenfreada. Suas propriedades farmacológicas foram identificadas às do ópio e seus derivados, o que levou a qualificar o consumo da erva como "uso compulsivo". Com base nisso esses estudos apresentavam o usuário da maconha simultaneamente como "marginal" e "doente" e, incluindo a erva entre a categoria das "drogas estupefacientes", pregavam a interdição legal de sua produção e consumo (Dória, op. cit.; Iglésias, op. cit.). Em 1912, um decreto federal já punia o comércio de substâncias de "qualidade entorpecente". Em 1932, por meio de outro decreto, a punição passou a atingir também o usuário de "substâncias toxicoentorpecentes" (Toron, op. cit.).

Embora já contasse com vários opositores desde a década anterior, o uso da maconha só passou a ser penalizado em lei em 1934. Mas, conforme relata Cavalcanti, foi no período após a guerra que ocorreu a elevação do combate ao "maconhismo" à condição de bandeira nacionalista. O assunto invadiu a imprensa diária e tornou-se tema freqüente dos congressos médico-psiquiátricos, unificando a atuação dos reformadores sociais.

Em 1946 realizou-se, em Salvador, o "Convênio Interestadual da Maconha", reunindo os representantes das Comissões Estaduais de Fiscalização de Entorpecentes (CEFE) de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além de representantes da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, visando unificar o combate ao uso da maconha e rever a legislação. Ao final foram aprovadas uma série de medidas para unificação e incremento dos trabalhos de erradicação desse uso. Estas incluíam: planejamento de medidas para atuação comum à região; destruição dos cultivos; medidas jurídicas de revisão ou interpretação da legislação; inclusão em congressos de psiquiatria, higiene e correlatas, do tema "repressão e profilaxia das toxicomanias" especialmente a produzida pela maconha; estudo e vigilância especial dos delinqüentes contra a propriedade; instrução e educação do pessoal indicado para o trato com esses problemas; intercâmbio obrigatório entre as CEFE (atas, trabalhos, ficha de viciados ou de pesquisas); multiplicação dos dispensários de higiene mental e das medidas para descobrir psicopatas; divulgação educativa e selecionada, dos perigos das toxicomanias; internamento e tratamento, pena ou medida de segurança, colônias agrícolas para os viciados e traficantes; biblioteca especializada; fiscalização hábil, se-

rena e metódica, do exercício profissional da medicina; matrícula dos cultos afro-brasileiros e intercâmbio policial-médico de ordem educativa-higiênica; e, plantio pequeno, sob fiscalização das CEFÉ, para fins de estudo da maconha, dos pontos de vista farmacológico, clínico, psicológico e sociológico (Cardoso, apud Cavalcanti 1998:116)

As novas perspectivas de atuação organizada e sistemática viriam consolidar o tema da maconha como uma preocupação social, através da imprensa diária. A partir de meados dos anos '50, o volume de notícias publicadas sobre o assunto aumentou consideravelmente, veiculando a idéia de “desvio de caráter” do fumador de maconha. Este passou a ser representado não mais como “vítima do vício” mas como “desordeiro” que promovia verdadeiras invasões do espaço urbano. O discurso jornalístico adotava uma forma bastante homogênea para relatar esta condição. Usando um estilo quase sempre irônico ou sarcástico, enfatizava uma suposta índole do “maconheiro”, mais do que o problema genérico do uso de drogas. Essa abordagem jornalística teve muito mais ressonância social que os estudos com ambições mais científicas que até então haviam tratado do fenômeno, oferecendo à população tanto uma sintomatologia quanto as supostas conseqüências sociais do consumo da maconha. Estas representações nortearam, ou influenciaram, o modo como as novas gerações seriam prevenidas, instruídas, ou, surpreendidas por seus familiares como consumidores de maconha (Cavalcanti 1998:119 e 132)

A força reivindicatória que exerceria a “revolução cultural” dos anos 60 sobre o simbolismo do uso da maconha, em quase todo o Ocidente, marcou a inclusão do “jovem” num mundo até então concebido quase exclusivamente como habitado pelos bandidos denunciados pela imprensa. A partir dessa década, o costume de fumar maconha deixou de ser apanágio das camadas pobres e marginalizadas e ganhou amplitude entre segmentos da classe média urbana. Nos anos que se seguiram à implantação do regime militar autoritário no país, o uso da maconha adquiriu a conotação de busca por um estilo alternativo de vida, uma expressão de liberdade de pensamento e sensações, praticada por grupos de jovens.

O professor de filosofia Luiz Roberto Salinas Fortes, preso repetidamente por razões políticas, foi detido uma vez em 1974, falsa-

mente acusado de tráfico de drogas. Usuário contumaz da planta, ele fez uma bela descrição dessa época e dos seus "delírios quotidianos liberados pela canabis liberadora":

"Como rigorosos militantes fumávamos desbragadamente todos os dias, da aurora ao crepúsculo, do banheiro à cozinha, da mesa à cama, da roupa à nudez, cavalgando em loucura nossos sonhos visionários. Militantes rigorosos e corajosos em contestação permanente cada fósforo aceso como ato de protesto contra tudo e todos. Na verdade, dávamos prosseguimento, da forma possível, às fracassadas tentativas de existência e organização política de toda uma geração. Prosseguíamos no mesmo combate, transfigurando-o, inventando novas formas, mergulhando nas comunidades caóticas, nas trips coletivas, nos debates e discussões intermináveis, na busca desesperada de novas formas de convivência e no radical, definitivo, irreversível rompimento com a ordem de coisas vigentes. Fácil contestação — fácil? — que desestruturava o universo bem-pensante e se exprimia através da permanência da clandestinidade, passando de mão em mão, de boca a boca, de pulmão a pulmão na ciranda do baseado, néctar com nepente, erva, serva. Grandiosas "batalhas" — lembram? — registravam-se todo o santo dia, desde a procura da mercadoria na Vila Brasilândia até a roda de samba na rua Diana, passando pela leitura do I Ching na rua Caiowáa sob a direção do iluminado guru. Havia, de um lado, o bloco, o magote, na sua permanente rebelião fantástica e, de outro, o resto, o incolor, o inodoro universo da caretagem, onde pontificavam os carrancudos patrulheiros dos logos, com todas as idéias bem no lugar e encarapitados em suas dialéticas pacificadoras. De um lado, a nova intensidade e a euforia inesperadas. De outro, o mundo das obrigações e do relógio. De um lado, a dimensão ignorada pela "caretice" geral, estado de graça, alegre durar. " (Salinas Fortes, 1988:81).

Setores do Estado ditatorial logo reconheceram na utilização da erva uma atitude de rebeldia, uma contestação cultural à ordem e ao regime vigentes (Lins e Silva, 1985; Henman, 1982). Passou-se então à edição das severas "leis antitóxicos" que englobaram a maconha.

Em 1968, com a revogação de um artigo do Código Penal, houve a equiparação legal entre "traficantes" e "usuários", aplicando-lhes penas idênticas. Essa postura foi ratificada pela lei de 1971, que, como agravante, permitia que se fizessem e acatassem denúncias por "consumo de drogas" sem a necessidade de um "laudo toxicológico" comprobatório (Toron, op. cit., p.142). Durante a vigência desta lei, entretanto, alguns magistrados passaram a adaptar sua aplicação, permitindo que pessoas caracterizadas como meros "usuários" obtivessem algum benefício legal. Uma das formas de obter esse benefício era produzir uma declaração de autoridade médica atestando que o indivíduo detido por posse ou consumo era "dependente" da substância (Lins e Silva, op. cit., p. 124). Em 1976 nova lei foi promulgada, repondo a distinção entre "traficante" e "usuário" e a exigência de "laudo toxicológico" para a instauração da ação penal (Toron, op. cit.). Entrementes, o crescimento da demanda por maconha levou, em alguns casos, até a uma obscura integração entre redes de tráfico e setores da própria polícia, tornando-se o suborno outra alternativa para se escapar de uma detenção. Também o uso tradicional da erva entre populações indígenas — caso dos Tenetehara do Maranhão — passou a ser combatido pelos órgãos de repressão do Estado brasileiro (Henman, 1986).

Com o final da ditadura militar e o restabelecimento da discussão democrática, diversas vozes têm se levantado com críticas à atual legislação. Até políticos como Fernando Henrique Cardoso e seus colaboradores próximos fizeram críticas ao tratamento dispensado a meros usuários. Várias propostas de lei foram apresentadas e, diversas comissões parlamentares têm discutido o assunto, apresentando diferentes projetos de lei visando uma melhor adequação da legislação de entorpecentes.

Estes, porém, apesar de amenizar alguns dos mais criticados defeitos da lei em vigência, não deixam de repetir alguns de seus piores vícios. Assim, por exemplo, continuam a atribuir ao Código Penal a regulamentação de um tema melhor abordado no Código Civil (ver Sá 1993). Também deixam de lado as variáveis relacionadas ao estado psíquico do usuário e ao contexto sociocultural em que se dá o uso, não buscando nem diferenciar entre as diversas substâncias proibidas (MacRae 1997:113).

A juíza Maria Lúcia Karam, criticando um desses projetos, faz considerações aplicáveis aos outros projetos discutidos. Ela considera que, acenando com a chamada política do possível, na realidade acaba por sufocar qualquer voz questionadora e adere à tendência de abandono de princípios de um Direito garantidor, em prol de uma repressão mais rigorosa e supostamente mais eficaz, negociando os pequenos avanços no tratamento do consumo de drogas — avanços que, de todo modo, mantêm a inadmissível criminalização da posse para uso pessoal —, ao preço do desmedido rigor repressivo no que concerne ao tráfico. Assim é que o novo projeto propõe a elevação de penas para o tráfico sugerindo a equiparação de seu mínimo à pena de um homicídio (Karam, 1998;14)

Esta breve sinopse histórica, focalizando o papel desempenhado pela maconha nas tradições brasileiras e as diferentes reações sociais por ela motivadas, deixa clara a magnitude da questão social que envolve a utilização da substância. Ela mesma se reveste de complexos aspectos culturais, políticos, jurídicos e de saúde pública.

Pode-se perceber, de qualquer forma, como a ação dos médicos brasileiros nas décadas de 20 e 30 foi decisiva para desqualificar por completo a validade do conjunto de práticas e representações que orientava o uso da cannabis entre grupos de negros, índios e trabalhadores pobres do Norte e Nordeste. Não deixa de ser curioso que tais estudos médicos tenham efetuado registros até cuidadosos dos contextos tradicionais de uso da cannabis antes que este se tornasse questão médico-policial. Pode-se ver hoje como estes registros na verdade ofereciam pouca evidência para as conclusões, atribuindo ao uso da maconha incontáveis danos físicos, psíquicos e morais. O fato é que a versão médico-policial se impôs como verdade oficial no assunto, e foi em contraposição a ela que os novos usuários da cannabis na década de 60 em diante, vindos das camadas médias urbanas, procuraram elaborar representações e práticas alternativas para revalorizar e justificar o uso da maconha. Tal elaboração, entretanto, não passou por uma recuperação dos contextos tradicionais de uso da erva no Brasil — já irremediavelmente diluídos na associação com a malandragem e o banditismo — mas, sim, pela absorção do ideário cosmopolita da "contracultura" que então se esboçava nos países do Primeiro Mundo (cf. Henman,

1982). O antropólogo Gilberto Velho, em estudo pioneiro, baseado em observações realizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro entre 1972 e 1974, retratou com bastante detalhe um grupo de pessoas, de idades variando dos 25 aos 35 anos, aproximadamente, que fazia uso de diversas substâncias psicoativas (mas principalmente da maconha). Ele entende isso como fazendo parte de um estilo de vida sofisticado e hedonista (Velho denomina esse grupo de "aristocratas vanguardeiros"), relacionado a padrões cosmopolitas sem nenhuma referência a antigas tradições populares do Brasil. Outro grupo estudado pelo autor era, formado por indivíduos provenientes dos mesmos estratos sociais mas em média dez anos mais jovens. Estes não apresentavam os sofisticados interesses artístico culturais dos primeiros, estando muito mais voltados para uma subcultura centrada no surf. Mas tampouco faziam qualquer ligação entre seu uso contumaz de maconha com o velho uso popular (Velho, 1975 e 1998).

Nota-se também que as campanhas preventivas e punitivas fracassam no seu objetivo primordial de frear e coibir o consumo. Caberia indagar as razões de tal fracasso e explorá-las com o intuito de repensar a questão. Um sério ponto fraco destas campanhas reside justamente no seu baixo nível de credibilidade junto a seus destinatários preferenciais (fato, aliás, eloqüentemente constatado em nossas entrevistas). Resumindo, temos no geral a seguinte situação: "o jovem (alvo predileto das campanhas) assistia a palestras onde era ensinado que fumar maconha levava à perdição; quando finalmente sua curiosidade suplantou o medo que nele fora infundido e ele fumou um baseado, viu que o monstro que fora pintado inexistia e que o ritual era simples como beber uma pinga." (Pessoa Jr., 1986:149).

Em outras palavras, qualquer pessoa que decida efetuar uma experiência de uso de uma substância ilícita pode estabelecer para si um quadro referencial do significado dessa prática, fundamentado na sua vivência pessoal, concreta. Este freqüentemente entra em contradição com os perigos alardeados pelas campanhas oficiais, fazendo com que elas se tornem alvo de descrédito. As campanhas preventivas tenderão ao fracasso enquanto não apoiarem sua atuação no conhecimento efetivo do público a que se destinam. Este conhecimento, como já ressaltamos, pode e deve incluir as experi-

ências daqueles que têm um histórico pessoal de consumo habitual e moderado de substâncias ilícitas, e não se restringir apenas aos casos extremos, definidos como patológicos.

Com isso, os programas preventivos poderão recuperar credibilidade e eficácia, evitando o risco adicional de contribuir para a cristalização de preconceitos sociais que vêm todo usuário de maconha, por exemplo, como "drogado", sinônimo de "doente mental", "elemento improdutivo e parasitário", tutelável e "moralmente nocivo", alienado e autodestrutivo, unicamente motivado pelo desejo de "evadir-se da realidade". (Velho, 1981; 1985).

Ultimamente, esse tipo de abordagem vem se tornando mais frequente devido à necessidade de se fazer frente ao uso de drogas injetáveis, cujo uso descuidado é considerado um importante fator responsável pela disseminação da infecção pelo HIV. Surge agora uma nova abordagem para o uso de drogas, conhecida como de "redução de danos". Sua proposta reconhece que as pessoas continuarão a se utilizar de substâncias psicoativas como sempre o fizeram ao longo da história. Ela aceita essa realidade, tentando minimizar o dano eventualmente provocado, tanto para os indivíduos como para o conjunto da sociedade (O'Hare;1994:67). Embora essa abordagem ainda seja mais utilizada em relação ao uso de opiáceos e outras drogas injetáveis, começa-se também, em certos países, a pensar nesses termos para lidar com as conseqüências negativas do uso da cannabis; e na Austrália já se publica material informativo nesse sentido para seus usuários (Bleeker e Malcolm; 1998).

Fatores socioculturais

Uma sugestão, para repensar a questão das drogas, é abordá-la a partir de outros ângulos. A tendência comum no discurso oficial em torno do consumo de substâncias psicotrópicas é enfatizar o termo genérico "droga", sem que se faça uma distinção cuidadosa entre substâncias diversas, seus efeitos variados sobre a psique humana e os contextos específicos nos quais ocorre seu uso. Estudiosos do uso de substâncias farmacologicamente definidas como drogas têm proposto que, para a correta compreensão de como essas substâncias afetam os usuários, é necessário considerar três fatores determinantes entre si. (Embora cada um tenha sua terminologia própria, por praticidade de exposição, utilizaremos aqui a de Norman Zinberg, na certeza de não deturpar as concepções dos outros):

a) a droga em si — isto é, a ação farmacológica da substância incluindo a dosagem e a maneira pela qual ela é tomada (endovenosa, aspirada, fumada por via oral, etc.);

b) o set — isto é, o estado do indivíduo no momento do uso, incluindo sua estrutura de personalidade, suas condições psicológicas e físicas, suas expectativas;

c) o setting (cenário ou ambiente social) — isto é, o conjunto de fatores ligados ao contexto no qual a substância é tomada, o lugar, as companhias, a percepção social e os significados culturais atribuídos ao uso. (Zinberg, 1982; Arnao, 1980; Becker, 1976b).

Dos três fatores mencionados, o que parece até o momento menos estudado e ao qual a antropologia mais pode trazer contribuições é, justamente, o que diz respeito aos aspectos socioculturais, o setting. Uma vasta produção antropológica tem demonstrado que a interpretação de fenômenos físicos, biológicos ou sociais depende de pressupostos culturalmente estabelecidos. Pressupostos culturais redefinem as fronteiras entre sanidade e doença, uso e abuso. Numa sociedade complexa como a nossa, em que os agrupamentos sociais são tão distintos no que respeita a seus estilos de vida e visões de mundo, há diferentes formas de vivenciar e encarar o consumo de substâncias ilícitas como a maconha, formas essas que, não raro, são conflitantes entre si. Fica aberto, assim, um espaço para se considerar as diferentes modalidades de uso da maconha e os significados culturais atribuídos à sua utilização. No que se refere ao problema colocado por esta pesquisa, cabe perguntar de que modos o cenário sociocultural influencia a formação e a conservação de um padrão de consumo regular da maconha e de que modos se desenvolvem, entre os usuários regulares, mecanismos que possibilitam o uso controlado da substância.

No decorrer deste trabalho, privilegiamos dois autores em especial, que tentaram elaborar respostas às questões mencionadas no parágrafo anterior. Eles serviram, em grande parte, como referência para a investigação inicial, embora ao retrabalhar o material para publicação tenhamos levado em conta outras cujas concepções só vieram ao nosso conhecimento posteriormente. Assim, nossas observações e entrevistas em profundidade foram grandemente informadas pelas obras do sociólogo Howard Becker, e do médico Norman Zinberg. Becker, em um trabalho pioneiro, preocupou-se em explicar como alguém se torna e permanece consumidor regular da maconha, enquanto Zinberg atentou para as formas de controle social que permitem manter um consumo controlado de substâncias ilícitas. Vamos apresentar resumidamente, a seguir, as principais idéias e contribuições desses dois estudiosos no que importa ao tema da presente investigação.

Becker descarta as tentativas de explicar o uso da maconha com base na premissa de que um comportamento particular pudesse ser encarado como resultado da presença de um determinado "tra-

ço de personalidade" que predispusse ou motivasse o indivíduo a adotar tal comportamento. No caso, o traço de personalidade que levaria o sujeito a consumir maconha seria geralmente identificado como "uma necessidade (psicológica) por fantasias e fuga dos problemas psicológicos que o indivíduo não seria capaz de enfrentar" (Becker, 1966a: 42). Becker argumenta que, ao invés de se pensar em "motivações desviantes" anteriores ao ato, deve-se, ao contrário, entender como essas motivações se desenvolvem no curso da experiência que o indivíduo tem com a atividade considerada "desviante". Ele procura demonstrar que o indivíduo só pode se sentir motivado a consumir maconha depois que aprende a identificar e apreciar seus efeitos, e que tal aprendizagem se dá através de contatos com outros usuários. Para Becker, essa aprendizagem consiste em: a) aprender a inalar da maneira correta, isto é, de forma que a substância seja realmente absorvida; b) aprender a reconhecer os efeitos, que não seriam muito evidentes à primeira vista e que devem ser associados ao uso da erva; c) aprender a considerar os efeitos como algo prazeroso e a lidar com eles de maneira a obter o melhor resultado possível em termos do prazer procurado; d) aprender a enfrentar as formas de controle social que desaprovam esse hábito, através do desenvolvimento de estratégias de obtenção da erva, de garantir segredo em face de não-consumidores e de justificar, a si mesmo, o seu comportamento diante da condenação moral (Becker, 1966b). Estes estágios formam a "carreira" do fumante de maconha. Diz Becker:

"No curso desse processo desenvolvem-se as disposições ou motivações para o uso da maconha, as quais não poderiam estar presentes quando o indivíduo se iniciou no seu uso, posto que envolvem e dependem de concepções sobre a droga que só poderiam ser desenvolvidas no tipo de experiência efetiva detalhado acima. Ao completar este processo, o indivíduo está deseioso e apto a consumir maconha por prazer". (Becker, 1966a: 58).

Zinberg trabalha especificamente com a hipótese de que o cenário sociocultural (social setting) é o que permite a utilização de substâncias ilícitas segundo um determinado padrão, através do desenvolvimento de sanções sociais — valores e regras de conduta — e de rituais sociais — estilos de comportamento —, os quais, juntos,

constituem os controles sociais informais. Para Zinberg, as sanções sociais indicariam se e como certa substância pode ser usada; as sanções podem ser informais e compartilhadas por um grupo, ou então formalizadas por leis e regulamentos. Os rituais sociais seriam os padrões estilizados de comportamento prescritos em torno do uso de determinada substância. Estão incluídos nesses rituais os métodos de aquisição e consumo, a escolha do meio físico e social para o uso, as atividades associadas ao uso e as maneiras de evitar e lidar com efeitos negativos. Dessa forma, esses rituais serviriam como reforços e símbolos das sanções sociais (Zinberg, 1984: 5 - 6).

Os controles sociais informais — juntamente com as técnicas de consumo, a percepção e apreciação dos efeitos e a elaboração de conceitos que justificam e mantém, para o indivíduo, o seu padrão de consumo — constituem o que Becker, mais tarde (1976b: 189), denominou "cultura da droga". A "cultura da droga" tende a ser o resultado do entrelaçamento de experiências através de redes informais de comunicação entre usuários. Portanto, para que essa informação circule, é necessário que os consumidores estejam ligados entre si por um determinado período de tempo e mantenham um sistema de relações, através do qual se articulam uma série de entendimentos comuns sobre determinada substância e as melhores maneiras de utilizá-la.

As limitações dessa "cultura da droga", no que diz respeito ao controle de uso de determinadas substâncias, são limitações inerentes ao tipo de conhecimento informal. A "cultura da droga" baseia-se numa "lógica do concreto" (Lévi-Strauss, 1976), isto é, uma sistematização que se dá ao nível dos dados imediatamente vivenciados pelos usuários, por meio da identificação, confrontação e transmissão de experiências específicas. Desse modo, se produzem técnicas simples, cuja eficácia enquanto formas de controle de uso depende, em boa medida, do encadeamento das redes de relações pessoais e dos canais de comunicação entre consumidores. De todo modo, parece-nos importante ressaltar que as experiências com psicoativos e as elaborações em torno delas geram um tipo de saber acerca da natureza, das propriedades e do uso adequado dessas substâncias. Trata-se de um saber que, embora não seja "científico" no sentido estrito, está longe de ser falso. Ao contrário,

é produto de um processo de constituição de padrões culturais que regulam as práticas de consumo, estabelecendo referências para a distinção entre "uso" e "abuso".

Mais recentemente essas idéias foram retomadas na Holanda por Jean-Paul C. Grund em seu estudo sobre comportamento de risco para AIDS entre usuários de drogas injetáveis. Embora não estudasse o uso de canabis, suas pesquisas sobre usuários de heroína e cocaína tem implicações que ajudam a pensar sobre consumidores de outras substâncias também. Assim, por exemplo, ele constatou que os usuários de heroína e cocaína, que eram também traficantes bem-sucedidos, tinham muito menos problemas relacionados ao uso de drogas e eram mais capazes de regular o seu uso, embora geralmente usassem mais cocaína, por estarem em uma situação de abastecimento suficiente da droga. Isso evitava que ficassem completamente fixados em obtê-la e permitia a formação e a manutenção de rituais e regras reguladoras. Estes, por seu lado, reforçavam a estrutura de vida necessária para manter as atividades de traficante que geravam os recursos necessários para assegurar a disponibilidade da droga. A partir daí Grund desenvolveu uma ampliação do modelo hipotético de Zinberg:

"Disponibilidade da droga, rituais e regras, estrutura de vida formam uma trindade, são fatores interativos em um processo circular internamente coerente, onde esses fatores são eles mesmos modulados (modificados, corrigidos, reforçados, etc.) pelos resultados. É, assim, um circuito retroalimentador (feedback circuit) que determina a potência dos processos de auto-regulação que controlam o uso de drogas". (Grund, 1993: 301).

Assim Grund introduz duas novas variáveis à equação: disponibilidade da droga e "estrutura de vida", entendida como "padrões de ocorrência regular de atividade doméstica, recreacional, laboral e criminosa que moldam e constroem a vida diária dos usuários" (Grund, 1993:244). Grund considera que, embora uma restrição artificial à disponibilidade de drogas possa diminuir seu uso até certo ponto, isso tem um custo psicossocial. Além de criar um forte incentivo econômico para o mercado ilícito, aumenta o valor simbólico das substâncias, conduzindo a um estreitamento do foco de interesse do consumidor. Fixação na droga leva a uma limitação nas

expressões comportamentais quando há falta, e uma indulgência impulsiva quando ela se torna disponível. Como resultado, os rituais e as regras em torno da substância tornam-se menos direcionados à auto-regulação e à manutenção da saúde, e mais dirigidos ao sigilo, e às transações visando seu abastecimento. Uma disponibilidade adequada dá condições para o desenvolvimento de regras e rituais que possam restringir o uso e criar padrões estáveis de uso. Conforme indicam seus resultados isso pode não significar padrões de uso menor, mas permite que os usuários não desenvolvam os problemas considerados típicos dessa população.

Os casos observados por Grund tratam de envolvimento com substâncias causadoras de dependências muito mais severas que a canabis, tanto de ordem física quanto psicológica. Isso explica a importância dada à disponibilidade da substância, uma vez que sua falta é capaz de gerar desespero em certos usuários, impedindo-os de darem um andamento normal aos outros aspectos de suas vidas. No caso dos usuários de canabis, a "fissura", se é que ela existe, é muito mais branda, não interferindo de maneira significativa em suas outras atividades. Mas não deixa de ser relevante a lembrança de que é a falta ou a dificuldade de encontrar o produto que motiva certos indivíduos a se aventurarem por ambientes e atividades marginais que normalmente evitariam, não tendo nenhuma outra razão para freqüentá-los além do desejo de se abastecerem de uma substância cuja distribuição por vias mais bem socialmente integradas é impossível. Um bom indicador disso é o costume já mencionado de se formarem "vaquinhas" entre amigos, de maneira a reduzir ao máximo o contato com o "submundo".

Já Martine Xiberras, partindo de uma posição que poderíamos considerar mais fenomenológica, desenvolve concepções análogas, concordando com Becker que o desvio é criado pelo espírito dos outros, e concebe o uso de drogas de maneira não isolada. Considera o que se diz, se pensa e se fantasia sobre isso como constitutivo do fato em si. Ela destaca o fenômeno da sociabilidade canábica. Entende a sociabilidade como oposta ao social puramente racional e mecânico que pode ser administrado. Esta permite levar em conta elementos como: o imaginário coletivo, o aspecto sensível da existência e o emocional, que não pode ser reduzido às práticas rituais

e à dimensão religiosa que caracteriza a toxicomania. Xiberras considera que toda sociedade necessita de algum tipo de droga, sendo o essencial encontrar o uso conveniente. Na nossa sociedade complexa e heterogênea, o disfuncionamento, como aquele provocado pelo uso de psicoativos, faria parte do funcionamento. Ao se quebrar a clausura do próprio corpo pode-se favorecer uma nova relação com o outro, uma nova comunicação (Xiberras, 1989:8-9). Considerando que atualmente não há um discurso unificado para justificar o modo de vida do toxicômano, a autora, busca estudar a gestualidade codificada e as práticas sociais específicas para reconstruir, a partir do estilo de vida, as escolhas e valores subjacentes ao uso de drogas e à toxicomania.

Evitando uma concentração exclusiva na natureza farmacológica dos vários produtos, Xiberras enfatiza a importância de se considerar diferentes padrões de uso: práticas "pesadas" e "leves". As pesadas constituem um estilo de consumo desenfreado de produtos e de modos de absorção violentos. Implicam uma busca de anestesia tanto para o corpo quanto para a alma, levando a uma concentração em si mesmo e a um fechamento ao mundo externo. Isso redundaria numa submissão total à força das substâncias, conduzindo ao isolamento característico das toxicomanias solitárias e individuais, como a heroínomania.

As práticas "leves" provocam um estado de efervescência e de uso, mesmo que caótico, das faculdades cognitivas e emotivas. Esse estado é similar ao do "transe", onde todas as capacidades do sujeito estão em alerta, prestes a reagir ao menor estímulo interno ou externo. Essas práticas parecem caracterizar um desejo de abertura para o mundo exterior. Os usuários buscam estar sob controle, participando plenamente do seu meio, próximo ou distante. Os produtos levam à euforia extrovertida e o princípio da prática se constrói sobre um desejo de comunicação ampliada; o consumo acontece de forma comunitária. De fato essa prática adquire o valor de uma iniciação ou de uma integração ao grupo, e constitui um aprendizado real de uso da droga como domínio de si e como um novo processo de socialização no interior de um grupo de afinidade. Xiberras considera que, na comunhão efervescente dos fumadores de canabis, está-se jogando o episódio mais importante do destino

do uso ocidental de drogas. Pois, ao passar por cima de todas as indecisões, enfrentando a amnésia moderna em torno do uso milenar que a humanidade vem fazendo das drogas, os detentores das práticas "leves" provam por sua existência terem reencontrado por si mesmos o antigo conhecimento relacionado aos psicotrópicos. (Xiberras, 1989: 132-159).

Assim, neste trabalho, mais especificamente voltado ao uso da cannabis, norteamos-nos por abordagens como os desses estudiosos do uso de substâncias psicoativas que vêm preconizando posicionamentos mais complexos, enfatizando a importância crucial de outros fatores além da sua composição química, para poder dar conta de seus efeitos, sejam eles físicos, psíquicos ou sociais.

Usuários não-marginais: um estudo de caso

As considerações preliminares buscaram estabelecer o pano de fundo conceitual para esta investigação visando discutir aspectos relacionados ao uso habitual e controlado da maconha entre indivíduos pertencentes às camadas médias urbanas no Brasil contemporâneo. Não se pretenderá aqui desenhar um perfil quantitativo do usuário de maconha, mas sim, inspirando-nos nos métodos de observação participante desenvolvidos pela antropologia, realizar uma descrição de como consumidores regulares de maconha vivenciam sua relação com a substância, procurando assim iluminar os significados culturais associados a esse tipo de comportamento. Procuramos retratar o que poderia ser chamado de "subcultura da maconha" entre adultos com boa integração social. Desejamos com isso contribuir para um modo alternativo de encarar a questão do crescente consumo da substância. Objetivamente, procurou-se entender de que maneira se desenvolvem, entre usuários habituais os padrões de consumo - freqüente e controlado da maconha, e qual o papel desempenhado pelos vários agentes de controle social.

Partimos, como Becker e Zinberg, do pressuposto de que é a experiência dos indivíduos com o uso da planta que proporciona as circunstâncias nas quais de se desenvolvem conceitos e padrões de uso costumeiro e controlado. No caso da maconha, considerando os "estágios" que constituem a carreira do fumante habitual, nossa intenção foi investigar os diferentes aspectos embutidos nessa aprendizagem, com ênfase nas manifestações de uma "subcultura

da maconha". Procuramos verificar como, entre os usuários regulares das camadas médias urbanas brasileiras integradas à sociedade, se produzem generalizações sobre a experiência de uso da erva que tendem a se contrapor e a substituir as concepções convencionais que condenam o consumo da planta e a associam, ainda, a formas de "marginalidade social". A investigação voltou-se, pois, para resgatar preocupações, sentidos e valores através dos quais consumidores pautam seu consumo, fugindo ao tratamento convencional que os vê passivamente submetidos ao "vício" ou a um desejo abstrato de "fuga à realidade".

Segundo a tradição metodológica da disciplina, o antropólogo deve trabalhar sempre em estreito contato e interação com os indivíduos que constituem seu objeto. Há muitos anos temos mantido contato com usuários desta substância, bastante comum no meio universitário, intelectual e artístico que freqüentamos. Travamos contato aprofundado com indivíduos que há anos vêm fazendo uso regular da cannabis concomitantemente ao seu engajamento em atividades profissionais variadas e relativamente bem-sucedidas, a se julgar pelos títulos acadêmicos conquistados, concursos passados e cargos devidamente ocupados. Assim, no decorrer das últimas duas décadas, temos acompanhado as variadas estratégias empregadas por freqüentadores desses meios sociais para conciliar de modo adequado o uso desse psicoativo com as demandas apresentadas por seu meio social. Um embasamento teórico tanto sobre a questão das drogas em geral, quanto sobre o uso da cannabis especificamente, serviu para tornar-nos conscientes de certas questões que normalmente escapam da atenção dos "nativos", sem interesse antropológico pelo tema.

Quando pensamos em realizar este trabalho, originalmente encomendado pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo e em grande parte realizado em 1987, já dispúnhamos de um amplo conhecimento do campo a ser estudado. Resolvemos então adotar, como estratégia de sistematização desse conhecimento, o estudo de alguns casos que nossa experiência já nos mostrava serem bastante representativos de um numeroso grupo de usuários. Seguindo as perspectivas teóricas de Becker (1966a:45) e Zinberg (1984), assim como o exemplo de Velho (1975 e 1998), rea-

lizamos entrevistas em profundidade com alguns usuários escolhidos entre nosso próprio círculo social ou relacionados a ele. O roteiro elaborado para essas entrevistas pautou-se bastante nesses textos considerados como congruentes com a realidade vivida no Brasil pelos presentes autores e aplicados aos contextos paulista e baiano com as devidas adaptações. Buscávamos explicitar e confirmar certos aspectos da relação dos sujeitos com a substância, além de buscar informações novas, muitas vezes só acessíveis através desse tipo de entrevista.

Assim, foram realizadas entrevistas com 10 indivíduos que há tempo considerável — contável em anos — vinham usando regularmente maconha. Ao definirmos inicialmente a idéia de "uso regular", não foi objeto de preocupação estabelecer uma frequência mínima de consumo — por exemplo, número de cigarros por semana — para selecionar os informantes. Atentamos, principalmente, para o período de tempo de uso da erva e para o interesse manifestado em tê-la disponível. De qualquer forma, o grupo total selecionado apresenta taxas de frequência de uso suficiente para considerá-los habituais: o leque vai de duas vezes por semana (caso único) até uso diário de vários cigarros. No geral, quase todos tendem para o uso diário. Quanto ao tempo de uso por ocasião da entrevista, o intervalo final para o grupo variou de três a dezessete anos.

Conforme já foi referido, os consumidores foram escolhidos dentro de um universo de indivíduos formalmente "integrados" à sociedade, isto é, pessoas com formação profissional específica, regularmente empregadas, nível elevado de escolaridade, pertencendo às camadas médias urbanas. As entrevistas se realizaram em dois centros urbanos, Salvador (BA) e São Paulo (SP). A realização do estudo em uma outra cidade além de São Paulo, local de residência de ambos os pesquisadores, foi feita com o intuito de atingir redes de usuários mais distantes e tentar obter uma primeira estimativa do alcance possível de generalização de padrões no contexto urbano brasileiro contemporâneo.

Além das entrevistas com usuários paulistas e baianos foi também ouvido Henrique Carneiro, então com 26 anos, ex-presidente da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES), e da União Estudantil de Estudantes Secundaristas (UEES) e candidato

do PT a deputado federal por São Paulo. Muito ativo politicamente, especialmente no tocante a questões de interesse da juventude, ele participou de movimentos pela descriminalização da maconha e em especial de um ato público visando esse fim realizado durante a campanha eleitoral de 1986. Este terminou com a intervenção da polícia, que prendeu um grande número de participantes. No depoimento que nos concedeu, ele fornece detalhes sobre o andamento dessa campanha e a maneira como agem as forças de repressão contra ela. Atuando dentro de organizações de esquerda, inicialmente clandestinas, e atualmente dentro do Partido dos Trabalhadores, demonstra ampla experiência de contato com setores organizados do operariado e constata que lá também é difundido o uso da maconha. Segundo o relato, essa prática é particularmente comum entre aqueles que trabalham em condições insalubres ou em turnos noturnos. Entre os grupos citados, onde se encontram usuários da maconha, estão os trabalhadores nas docas, os feirantes, os funcionários de indústrias químicas e até os metalúrgicos do ABC.

Apesar das dificuldades apresentadas pelo método de entrevistas para o levantamento de normas de conduta e atitudes acerca de uma prática condenada por influentes setores da sociedade e perseguida pela polícia, os pesquisadores consideram bastante fidedignos os resultados que obtiveram. Isso é devido ao fato de terem contado com a confiança dos entrevistados conquistada através de relacionamentos anteriores ou da recomendação de seus pares. Assim, também, puderam complementar as informações levantadas nessas entrevistas através de contatos informais suplementares com os indivíduos selecionados, bem como, eventualmente, com outros consumidores regulares apresentados por estes.

O estudo em Salvador

Entre os dias 20 de janeiro e 10 de fevereiro de 1987 um dos pesquisadores esteve em Salvador com o intuito de contactar usuários e entrevistá-los. Esse tempo normalmente seria considerado relativamente exíguo para um empreendimento de tal delicadeza. Afinal tratava-se de, numa cidade que não era a sua, procurar indivíduos dispostos a revelar com minúcias práticas que sabiam ser

ilegais e em função das quais haviam, com o passar dos anos, criado mecanismos de ocultamento ou camuflagem. Numa situação dessas, torna-se bastante difícil qualquer pretensão de conseguir uma amostra estatisticamente representativa do universo de usuários de maconha na cidade. No entanto, este fato não representou um problema metodológico, uma vez que procurávamos somente fazer um estudo de caso que revelasse os contornos gerais da "cultura da maconha" vigente entre indivíduos efetivamente integrados cultural e economicamente na sociedade. O pesquisador, embora paulista, já dispunha de uma ampla rede de contatos em Salvador, devido a visitas anteriores àquela capital, algumas vezes com objetivos de pesquisa. Usando do prestígio e da confiança que já adquirira anteriormente nessas relações, o pesquisador procurou informantes usuários entre as redes de amizade desses seus contatos. No ano seguinte foi realizada outra rápida visita a Salvador, para confirmação dos dados.

Nesse curto espaço de tempo, foi possível realizar cinco entrevistas na Bahia com indivíduos que preenchiam os pré-requisitos propostos. A impossibilidade de ouvir mais depoimentos deveu-se menos à dificuldade de encontrar informantes (o número de usuários rapidamente encontrado foi da ordem de dezenas), e mais aos problemas da coadunação de horários para a realização das entrevistas, que freqüentemente se estendem por mais de duas horas. A seguir, um rápido perfil biográfico dos entrevistados:

Tereza Batista — Dentista de 29 anos. Nascida em Feira de Santana, viveu em Salvador e no Rio de Janeiro. Tem envolvimento com música e dança em nível amador. Não declara ter nenhum interesse por política organizada, nem mesmo pelas atividades do movimento negro, apesar de ser mestiça. Teve um contato ligeiro com o candomblé. Sua droga preferida é a maconha, a qual usou regularmente durante os últimos seis anos anteriores à entrevista.

Quincas — Arquiteto de 28 anos. Nascido no interior da Bahia, foi educado em Salvador. Já participou de várias montagens de peças e musicais, mas obtém o seu sustento como funcionário público, exercendo funções ligadas à arquitetura. No passado, já militou na política estudantil e em iniciativas políticas de cunho libertário (lutando pela libertação da maconha, entre outras causas). Soltei-

ro, tem um filho atualmente sob os cuidados de seus pais. Tem uma certa aproximação com o candomblé, mas não é um praticante assíduo. Sua droga favorita é a maconha, que fumou sistematicamente durante os 13 anos que antecederam à entrevista.

Tieta — Tem 30 anos e é formada em economia, embora atualmente sobreviva trabalhando como fotógrafa. Nascida no interior, morou em Salvador desde a infância. Já foi militante política do movimento "Liberdade e Luta" mas, atualmente, não se interessa por política organizada. Não tem nenhum engajamento religioso. Sua droga favorita é a maconha, que usou regularmente durante os 10 anos anteriores à entrevista .

Gabriela — Historiadora de 23 anos, trabalha em um arquivo público. Faz aulas diárias de dança e não tem nenhum engajamento político e religioso. Sua droga preferida é a maconha, que na época da entrevista fumava há 11 anos.

Vadinho — Pequeno empresário de 25 anos, sócio de uma confecção. É filho de uma família da burguesia baiana "atualmente em declínio". Já teve envolvimento com teatro e artes plásticas e, atualmente, trabalha com desenho e estamparias. Não tem nenhum interesse por política, mas teve uma formação cristã e já trabalhou com uma instituição de caridade presbiteriana. Sua droga favorita é a maconha, que fumou durante os 8 anos que antecederam a entrevista.

As entrevistas, em três casos (Vadinho, Quincas e Tereza Batista), foram precedidas por visitas à casa do informante e pela convivência constante com alguns dos seus amigos mais próximos. A partir daí foi possível verificar pessoalmente o estilo de vida de classe média e o grau de integração cultural e econômica do sujeito. Nos dois casos em que isso não foi possível (Gabriela e Tieta), compensou-se com uma investigação sobre esses pontos junto àqueles que possibilitaram o contato.

As entrevistas, em quatro casos (Quincas, Gabriela, Tieta e Tereza Batista), foram realizadas no local de hospedagem do entrevistador, um confortável apartamento de classe média no centro da cidade que reunia os pré-requisitos básicos para a gravação: silêncio e ausência de outras pessoas que poderiam constranger ou interromper a sessão. No caso de Vadinho, a entrevista

ocorreu na casa do informante, que também oferecia ótimas condições de entrevista.

Em todos os casos, seguiu-se as linhas gerais de um roteiro previamente elaborado, embora a informalidade da sessão tenha, em muitos casos, levado à reformulação de algumas perguntas e a certas alterações na sua ordem de seqüência.

O estudo em São Paulo

O grupo paulistano foi contatado pelo outro pesquisador. As mesmas ressalvas lembradas para o caso baiano, no que toca à delicadeza do assunto e à necessidade de estabelecer um clima de confiança mútua entre entrevistador e entrevistado, valem novamente aqui, não obstante o pesquisador ser natural e habitante de São Paulo e conhecido de alguns do entrevistados. De igual maneira, as circunstâncias defrontadas, e o número reduzido de entrevistados, desautorizam qualquer tentativa de enxergar representatividade estatística no grupo de sujeitos selecionados, embora pelo seu conhecimento da população sob estudo, os pesquisadores têm confiança na ampla aplicabilidade de suas respostas. O contato e a escolha dos entrevistados se fez a partir da mobilização da própria rede de relações pessoais do pesquisador, dando-se preferência a conhecidos "indiretos", isto é, amigos de amigos, com os quais foi possível estabelecer relacionamentos francamente amistosos e minimizar as barreiras interpostas pela falta de intimidade. Durante o período de realização da entrevistas — 15 de janeiro a 12 de fevereiro de 1987 — pôde o pesquisador avistar-se com seus informantes várias vezes, além da situação da entrevista, o que possibilitou observações adicionais e intensificação dos contatos, retomados de tempos em tempos.

Os entrevistadores não formam um grupo de amigos. Apenas dois deles, por já terem trabalhado num mesmo lugar, tiveram contatos mais estreitos entre si. Entretanto, vários possuem amigos e conhecidos comuns, e o conjunto apresenta considerável grau de afinidade no que diz respeito, não só ao uso de drogas, mas também a certos aspectos do estilo de vida, interesses artísticos, literários e políticos e pontos de vista existenciais. A seguir, alguns dados sobre os informantes paulistas:

Eduardo — Arquiteto, paulistano, 29 anos. Empregado em uma fábrica de móveis, faz desenhos e projetos de ambientes. Mora com amigos. Aficionado por cinema, leitor diário de jornais, interessado em ficção e literatura técnica relativa à sua profissão. Já militou em vários grupos políticos, mas atualmente não está engajado em nenhuma organização. Usa álcool e tabaco regularmente. Já teve uma breve experiência em psicoterapia de grupo. Homossexual declarado. Por ocasião da entrevista era usuário freqüente de maconha há três anos, mas há mais tempo experimentador ocasional.

Joana — Revisora, redatora e profissional de texto, formada em Letras, paulista do interior, 40 anos. Trabalha numa editora e faz free-lancers. Mora com irmã, cunhado e sobrinhos e tem um filho. Interessada em leituras específicas e literatura. Nunca militou em organizações políticas. Usa tabaco regularmente. Já teve várias experiências com psicoterapia, mas não desenvolve nenhuma no momento. Usuária freqüente da maconha havia cerca de 15 anos.

Wolf — Advogado e professor de língua, alemão, 30 anos. Esteve no Brasil de 1977 a 1980 e retornou em 1984. Trabalhou em uma multinacional e agora dedica-se à elaboração de uma dissertação de mestrado. Casado com brasileira, mora com a esposa. Muito interessado em cinema e música popular. Leitor diário de jornais. Participou de grupo político organizado de esquerda na Europa. Não é eleitor no Brasil, mas é simpatizante do PT e dos "verdes" alemães. Usa álcool e tabaco regularmente. Já utilizou ácido lisérgico e cocaína. Por ocasião da entrevista era consumidor de haxixe e maconha havia 15 anos.

Adalberto — Sociólogo e professor paulistano, 27 anos. Trabalha numa Universidade e elabora uma dissertação de mestrado. Mora sozinho. Muito interessado em artes, faz teatro como atividade semiprofissional e é músico diletante. Interessa-se bastante, também, por filosofia, astrologia, mitologia e religião, embora não se vincule a qualquer instituição religiosa. Leitor diário de jornais. Não usa tabaco. Teve várias experiências com ácido lisérgico e cogumelo e por ocasião da entrevista era consumidor freqüente de maconha há 10 anos.

Crisântemo — Revisora, redatora e profissional de texto, paulista do interior, 39 anos. Trabalhou até recentemente numa editora,

onde exercia cargo de chefia. Atualmente é profissional autônoma. Curso universitário de Letras incompleto. Mora sozinha. Interessa-se por música, horticultura, floricultura e desenvolve atividade semiprofissional como astróloga. Participou de grupo político organizado de esquerda. Interessada em questões filosóficas e religiosas, sem engajamento definido. Leitora esporádica de jornais. Usa tabaco e álcool com frequência. Já provou ácido lisérgico e cogumelo, usa cocaína com certa regularidade. Consumia habitualmente maconha há 17 anos quando foi entrevistada.

Eduardo e Wolf foram entrevistados em suas respectivas residências. Joana, Adalberto e Crisântemo foram recebidos na casa do pesquisador. As entrevistas se realizaram em ambientes tranquilos, e o cumprimento do roteiro foi plenamente satisfatório em todos os casos, garantindo-se um clima amistoso e informal.

A partir das constatações resultantes do conhecimento do campo e da análise das entrevistas, um relatório inicial de pesquisa foi elaborado para o IMESC, em 1989. Este, apesar de nunca haver sido publicado, foi bastante divulgado entre estudiosos do assunto através da fotocopiagem, obtendo boa repercussão e citação em diversos trabalhos científicos. Posteriormente, em 1998, perante o crescente interesse pelos aspectos antropológicos do uso de psicoativos, e sob a instigação do diretor do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas CETAD/UFBa, onde um dos autores havia passado a trabalhar depois de se mudar definitivamente para Salvador, resolvemos revisar e atualizar o trabalho para publicação.

Os dados colhidos anteriormente mostravam-se ainda pertinentes, apesar do passar dos anos. Confirmando a nossa idéia inicial a respeito do seu grande conservadorismo, o que se poderia chamar de "subcultura da maconha" não havia mudado de forma significativa; até os nomes dados a diferentes tipos da erva continuavam os mesmos, embora agora aquela que apresenta muitos "cabelos" além de ser conhecida como "Maria Betânia" também pode ser chamada de "Elba Ramalho". Mas as formas de uso, de aquisição e os cuidados para evitar efeitos percebidos como negativos eram ainda os mesmos. Os autores continuavam em contato com diversos usuários de cannabis que haviam feito parte do grupo observado mas não entrevistado. Mantiveram contato também com diversos destes,

embora alguns não mais morassem nas cidades onde haviam sido entrevistados e um houvesse falecido devido a AIDS. Sabe-se que os sobreviventes continuam engajados em ocupações de classe média, e em alguns casos alteraram naturalmente seu regime de uso de cannabis, tendendo a diminuir sua frequência em consonância com novas condições psicossociais. Eduardo e Vadinho tiveram problemas posteriores com a polícia, quando, por circunstâncias fortuitas, foram flagrados na posse de pequenas quantidades de cannabis que mantinham para uso próprio.

Caracterização do grupo de entrevistados quanto ao uso de psicoativos

Para a totalidade dos entrevistados, a maconha foi a primeira substância psicoativa ilícita que utilizaram. Antes dela, alguns tiveram experiências com psicotrópicos legais, como anfetaminas e medicamentos de feito estimulante. Além da maconha, a cocaína é a única outra substância ilegal que todos já haviam experimentado. Um dos entrevistados faz uso de cocaína com regularidade, enquanto os demais são provadores ocasionais e não se mostram particularmente atraídos por essa substância. Solicitados a apontar as substâncias que gostariam de experimentar, os usuários apontaram o ácido lisérgico, o cogumelo e alucinógenos como a mescalina e o peyote. Entre as que não experimentariam ou rejeitariam completamente, são citadas a heroína e os medicamentos legais em geral, estes referidos muitas vezes como "drogas químicas".

A maioria dos entrevistados elege a maconha como sua "droga" predileta, e em todos os casos ela é a de uso mais constante. A presença de cocaína como a única outra substância experimentada por todo o grupo liga-se à sua recente e progressiva disponibilidade no mercado, bem como a certo ideário que, nos últimos tempos, tem veiculado a cocaína como "droga da moda", ligada a certo status de prestígio social. No entanto, todos os entrevistados são unânimes em ressaltar as diferenças entre maconha e cocaína, em termos dos efeitos produzidos e do complexo de práticas e atitudes ligadas ao consumo de cada uma. Esses mesmos critérios le-

vam os entrevistados, por outro lado, a efetuarem certa aproximação entre a maconha e alucinógenos como o ácido lisérgico e o cogumelo, substâncias das quais alguns são entusiastas. No caso dos baianos, outra "droga" bem vista são o lança-perfume e o "cheirinho da loló", uma mistura caseira de éter, clorofórmio e aromatizante.

Chama a atenção ainda o fato de a heroína receber elevado grau de rejeição, motivada em parte pelo perigo da dependência a ela atribuído e pela via de administração injetável, vista com desaprovação. As manifestações contrárias às "drogas legais", calmantes e estimulantes não impediram que alguns admitissem usá-las ocasionalmente para fins medicamentosos.

Comparando com os grupos estudados por Velho, uns 15 anos antes no Rio de Janeiro, constatamos uma preocupação similar em evitar usos de psicoativos que pudessem vir a afetar a performance física ou social do indivíduo (Velho, 1975:75).

Circunstâncias da iniciação ao consumo da maconha

Os relatos de iniciação obtidos no estudo referem-se a circunstâncias em que se misturam, em proporções variadas, curiosidade e temores com relação aos efeitos da maconha. A situação ordinária é travar conhecimento prévio com pessoas que fumam e vê-los fumar em mais de uma ocasião. Os temores expressam, de formas diversas, a preocupação com a reação individual aos efeitos da canabis.

Fica patente nos relatos que, à época das primeiras experiências, todos já tinham determinados conceitos e atitudes com relação à maconha, os quais, pelo menos em parte, eram derivados do “consenso imaginário” (Henman, 1982). Este é produzido basicamente pelo aparato médico-legal, que vê a erva, sob o rótulo de “droga psicotrópica”, enfocando apenas os aspectos danosos à saúde, à produtividade e à integração social¹. Assim, é comum que temores iniciais se associem à idéia da “droga” como alucinógeno sedutor, extremamente prazeroso, que imediatamente enreda seu provador nas cadeias da dependência, escravizando-o. Nos relatos, os temores de iniciação se expressam através de uma superestimação do efeito da substância (“alucinógeno perigoso”, “coisa do diabo”), hoje dita com ironia ou humor da desqualificação do hábito por referência a uma suposta origem social (“coisa de marginais”), ou ainda das nefastas conseqüências imaginadas sobre a motivação e a capacidade de discernimento crítico dos usuários (“alienação”).

Se o tributo ao “consenso imaginário” leva os indivíduos a manter cautela em suas primeiras aproximações com a substância, isso

obviamente não elimina a motivação ou a curiosidade pela experiência. A seqüência de passos que leva às primeiras tragadas, ao uso ocasional e daí ao uso regular pode ser percorrida com maior ou menor velocidade, conforme a ocorrência de oportunidades e a disposição pessoal para tanto. De qualquer modo, nota-se que o contato com usuários habituais e experimentados e a observação direta das situações em que ocorre o uso da maconha geram o apoio social capaz de atenuar a força dos temores e preparam o terreno para a experiência pessoal. Desencadeia-se, assim, o processo pelo qual as concepções convencionais podem ser testadas e questionadas, sendo paulatinamente contrapostas à percepção fundamentada na informação “autêntica”, provida pelos usuários experientes e na vivência concreta dos efeitos da substância (Becker, 1976b).

Embora os entrevistados, de modo geral, revelem dificuldades em rememorar detalhes de suas respectivas iniciações – ocorridas há muitos anos – é constante a menção de que as primeiras experiências se deram na companhia de amigos, parentes, companheiros ou conhecidos que já cultivavam esse hábito. Isso, em primeiro lugar, mostra como são comuns as oportunidades de contato com a substância a partir de uma simples extensão das redes de relações pessoais. Pode-se depreender de vários relatos que esses usuários mais experientes tenham desempenhado algum papel de instrutores para os novatos, como sugere Becker (1966a). Um relato, no entanto, explicita a presença ativa de um orientador.

“Eu morava num pensionato em São Paulo, até então o meu conhecimento em termos de diversão social era o álcool, era a única coisa que rolava. Aí eu conheci um rapaz que fumava direto. Um dia saí com ele, meio nessa proposta de experimentar, eu queria experimentar, e ele se dispôs não só a fornecer como a participar comigo disso. Assim, chegamos ao quarto dele e ele enrolou um enorme, eu assustei. Eu sou muito mineira, vou devagar nas coisas, daí disse:

- Olha, eu quero experimentar, não quero enlouquecer!

Aí ele ficou me dando uns toques de como se dá bola e tudo o mais, e tinha essa relação de confiança, percebe? (...) Pas-

sei a chamar esse meu amigo de capitão, muito agradecida pela assessoria toda que ele me deu. (Joana, SP).”

Nesta fala vemos, perfeitamente combinadas, as duas condicionantes típicas da motivação de provar maconha, a curiosidade e a cautela: “Eu quero experimentar, não quero enlouquecer”. A expressão “enlouquecer” é indicativa do fato de que, de alguma maneira, as pessoas motivadas a provar a erva dispõem de algum conjunto de noções prévias para representar a si próprias alterações no estado psíquico esperáveis de substâncias tais como a maconha. Pode-se reafirmar que, em grande parte, essas noções prévias são derivadas dos perigos alardeados pelo discurso médico-legal oficial, a partir da transformação deste em “consenso imaginário”. A contrapartida dessa adesão implícita ao discurso oficial pode ser a produção de um desejo de experimentar e verificar, por si, a real dimensão da coisa, mas em condições seguras, que podem ser proporcionadas pelo contato intensificado com um usuário ou um grupo de usuários conhecidos e confiável.

A ênfase nas relações de amizade e no sentimento de confiança das situações de iniciação, já constatada no estudo de Velho (Velho 1975: 61 e 62), contrasta com a ausência de qualquer menção no sentido de se ter sido “forçado” a consumir a erva. Isso nos leva a discutir uma questão importante e recorrente na literatura sobre o tema, a saber, a idéia de que a progressão no uso de substâncias ilícitas envolve a submissão do indivíduo às normas do grupo que praticaria um “culto” à droga. Simplificando com certo exagero, pode-se dizer que essa idéia decorre de postulados básicos da psicologia social relativos à motivação de pertencer a um grupo: o indivíduo faria de determinado grupo um objeto de identificação e procuraria adotar hábitos e costumes grupais, entre os quais poderia se incluir o uso de substâncias psicoativas ilícitas (Masur, 1987: 62). Posta nestes termos, essa concepção patina ao tentar encontrar a motivação inicial ou decisiva do processo de identificação, recorrendo ora a formulação genérica de determinados traços psicológicos individuais — tais como impulsos escapistas, incapacidade de enfrentar a realidade, etc. —, ora à força coercitiva das “normas grupais”. Nenhuma dessas alternativas, porém, parece fornecer soluções adequadas para importantes problemas pendentes. Como

dar conta do comportamento diversificado que um mesmo indivíduo pode apresentar em diferentes períodos, com respeito ao uso de substâncias ilícitas? Como compreender por que, após as primeiras experiências, alguns indivíduos se tornem usuários regulares de “drogas”, outros apenas ocasionais, outros ainda descartem-nas como objeto de interesse? O desejo de pertencer a um grupo é um aspecto cuja explicitação pode ser útil na investigação de determinados casos, mas falha como tentativa de explicação geral baseada nas motivações de adquirir dado costume ou hábito. Seu erro é insistir em apresentar impulsos muito genéricos ou muito circunstanciais como padrões congelados e definidos de ação.

Por outro lado, a idéia de que na raiz do consumo de substâncias ilícitas está a submissão do indivíduo às normas de um grupo é bastante freqüente nas manifestações de pais de jovens “drogados”, quando tomam conhecimento desse hábito de seus filhos. A consideração desse prisma nos permite explorar alguns mecanismos da micropolítica familiar, onde a “droga” enseja a produção de uma série de categorias de acusação. Um relatório produzido pelo Grupo de Orientação para Pais de Toxicômanos, projeto experimental desenvolvido pelo IMESC (IMESC, 1985) com o objetivo de proporcionar um espaço de discussão e reflexão para pais que se deparam com o fato de seus filhos usarem “drogas”, nos fornece interessantes pistas a esse respeito. Nas primeiras reuniões, os encarregados da orientação assinalaram que os pais consideravam o uso da droga como “problema emocional em função da fragilidade e vulnerabilidade da personalidade do filho”, sendo sempre o filho “mais sensível” aquele “susceptível às influências externas”. Em seguidas reuniões, o grupo de pais dirigia ataques a objetos externos (terapia, amigos, polícia, fragilidade emocional do filho), o que, na opinião dos encarregados da orientação, era um meio de os pais evitarem lidar com suas própria frustrações e expectativas em relação a seus filhos.

Parece-nos que a responsabilidade das “influências externas” exprime também um conjunto de reações defensivas despertadas quando a família deixa de ser o referencial exclusivo ou preferencial na formação de atitudes, valores e expectativas de seus membros mais jovens. No contexto familiar, como é sabido, constroem-

se certas aspirações quanto à conduta e ao “futuro” dos filhos, as quais podem se ver frustradas por alternativas postas ao longo da trajetória dos jovens, em contato com outros grupos de convivência. O fato de o uso da “droga” estar associado a comportamentos contrários aos esperados no domínio do trabalho e da família, como sugere Velho (1981, 1985), contribui para desencadear, nos pais, reações tais como as descritas acima. O filho “drogado” pode ser visto como improdutivo e parasitário, fraco, sem vontade, manipulado por amigos “falsos” e, assim, ser responsabilizado por todas as perturbações e desordens da esfera doméstica. Era o que ocorria nas primeiras reuniões do grupo de Orientação, onde os pais criticavam seus filhos e os apresentavam como “depositários das dificuldades do lar”.

Estas considerações pretendem constituir um alerta em favor de uma utilização mais cuidadosa, ao nível analítico dos conceitos gerais relacionados à motivação para o uso de substâncias psicotrópicas ilícitas. Idéias acerca da adesão a um “culto da droga” resultante da combinação entre personalidade frágil e imposição das normas grupais precisam ser depuradas de suas conotações preconceituosas, assim como de suas pretensões globalizantes. Pelo menos um dos relatos da iniciação de nossos entrevistados vai na direção inversa do que aquelas idéias sugerem: trata-se da história de um jovem que, ao descobrir o irmão mais velho fumando maconha, forçou-o sob chantagem a deixá-lo experimentar. Incluímos aqui a transcrição desse depoimento sugestivo para realçar a necessidade de distinguir e relativizar essas noções cristalizadas de caráter geral.

“Mas eu comecei assim. Meu irmão mais velho e a turma dele fumavam, eu achava que tinha uma história diferente quando ele saía e voltava. (...) Aí um dia eu segui eles, eles foram pra um lugar assim no meio do mato (...) Eu tava mais ou menos sabendo o que era, porque as pessoas na cidade já comentavam, aquela turma, não sei quem e não sei quem fumavam, ele andava com aquele pessoal e comecei a associar uma coisa com a outra. Tinha loucura para saber qual era a história da maconha, fiquei esperando a hora de ele botar o cigarro na boca, quando ele pegou eu apareci. Eu vi. Ele jogou pra lá. Não adianta jogar que eu vi, eu quero agora, pode me

dar senão eu conto pra minha mãe. Os amigos todos tentaram contornar a história: Não, você não viu nada! Eu falei: eu vi e não adianta, eu conto pra minha mãe se vocês não me deixarem fumar também! Não quiseram, insisti até que pronto, não teve jeito, me deixaram fumar”. (Quincas, BA)

Este depoimento nos leva ainda a uma última consideração a respeito das motivações para o uso da maconha. A metáfora do “fruto proibido” é freqüentemente lembrada por nossos entrevistados para descrever o impulso inicial ao consumo da cannabis. A proibição se exerce de forma tão loquaz e espalhafatosa que acaba gerando uma intensificação do desejo de provar seus efeitos. Nas situações em que o iniciação à maconha se processa durante a adolescência, a prática pode adquirir a conotação de “desafio” e caracterizar um rito de passagem para certo círculo de adultos jovens. A história de Quincas é exemplar a esse respeito. No que se refere à trajetória de vida de usuários regulares, parece-nos possível levantar a hipótese de que os primeiros usos de psicoativos disponíveis, lícitos ou ilícitos constituem ritos de passagem significativos para a admissão a certo status de adulto, ritos esses às vezes tão importantes quanto as primeiras experiências sexuais, por exemplo.

Esta passagem a um círculo de sociabilidade mais amplo pode ser vista também como determinando uma nova maneira de encarar o mundo. Quando o uso da maconha aparece fortemente ligado a experiências de percepção além-cotidiano, a passagem é avaliada pelos próprios indivíduos com uma espécie de ponto de inflexão de suas trajetórias de vida, encaminhando-os no que acreditam ser uma ampliação da percepção da realidade (e não de “fuga”). O relato abaixo é bastante significativo a respeito:

“A maconha é importante na minha vida, desde ela significar uma passagem, porque ela pintou num momento, de passagem, de rompimento dos laços familiares, tudo o que você poderia incluir nessa idéia de ‘desencareamento’... Você está tendo um outro tipo de contato com outras pessoas, uma coisa que tem uma função, a princípio, um pouco liberadora em certo sentido... Ela de alguma maneira significou entrar em choque maior com o mundo. Uma coisa que é clandestina,

que tem um pouco a ver com a loucura... É clandestina não só no aspecto do espaço externo, isso eu acho interessante, mas também num espaço interno. O externo é vigiado e tal. Mas o espaço interno também é. Daí, você pode ter, de repente, aí no seu espaço interno, pensamentos, emoções que são inusitadas... Então isso eu acho que enriquece a percepção das coisas. (Adalberto, SP; grifo nosso)

Notas

1 Henman (1982) discute a repetição monótona de certas teses maniqueístas sobre a droga nos meios de difusão como tendo a clara intenção de criar um consenso social sobre os efeitos de drogas que “só pode ser chamado imaginário para não dizer falso”. Ele continua:

“É imaginário, primeiro porque não leva em conta nenhuma percepção dos usuários, que são as supostas vítimas do ‘flagelo’, e segundo porque nem ao menos se baseia na mais mínima pesquisa científica do fenômeno. As ‘provas’ apriorísticas do efeito nocivo das drogas ilícitas restringem-se em geral ao âmbito dos laboratórios farmacológicos, onde doses heróicas são administradas repetidamente a cobaias até produzirem os resultados desejados, e onde os pesquisadores que se submetem a essa manipulação de dados são premiados pelas mais prestigiosas instituições científicas do país”.

Em Contraposição, Henman menciona a criação de um consenso alternativo ao oficial: “um consenso denominado genuíno ou autêntico porque parte da experiência pessoal dos usuários”.

Percepção dos efeitos da maconha

Um dos pontos básicos da teoria acerca do “aprendizado” do fumante de maconha, elaborada por Becker (1966a, 1966b), a qual orientou a elaboração de nosso roteiro de entrevistas, é o momento inicial da carreira do fumante, ou seja, a necessidade de se aprender a técnica “correta” de aspirar a fumaça. Todos os nossos entrevistados descrevem a técnica “correta” de fumar maconha mais ou menos do mesmo modo: deve-se tragar fundo a fumaça e retê-la nos pulmões tanto tempo quanto possível sem causar desconforto. A execução adequada dessa técnica pode, de fato, requerer um estágio de aprendizado, sobretudo no caso de indivíduos não habituados a fumar tabaco. De modo geral, os entrevistados afirmam ter aprendido a maneira correta de fumar observando e imitando o comportamento de usuários mais experientes.

A importância de utilizar o método adequado de aspiração da fumaça é crucial nos primeiros passos da carreira do fumante, pois, de outra forma, pode-se não obter a dosagem dos princípios ativos necessária para que se produza a almejada alteração do estado psíquico¹. Um dos nossos entrevistados apresentou também uma interpretação da importância do modo de tragar, relacionando-o ao processo de respiração como via estratégica para a produção de alterações no organismo e na mente:

“Eu trago, espero, seguro um pouco. Olha, isso é muito importante realmente. Porque é uma coisa que tem a ver com a respiração, né? Quando você fuma tem o barato da altera-

ção do ritmo de sua respiração. Quando você mexe com o ritmo da respiração, normalmente, sem nada, dá barato, dá alterações... Por exemplo, essa coisa de você aspirar, segurar um tempo, depois ir soltando devagar, isso é quase um exercício respiratório também. Tem exercícios de ioga que são assim, é como se estendesse sua respiração. E tem o fato de que a erva dilata os brônquios também.” (Adalberto, SP)

Esta interpretação, vê-se logo, é tributária do consenso “alternativo” criado em torno do consumo da maconha, com suas referências a técnicas orientais de respiração e alterações de consciência, enriquecida por informações médicas acerca dos efeitos orgânicos da erva (o entrevistado é filho de um médico). À parte sua sofisticação, ela reflete a consagração da prática de tragar e reter a fumaça como forma por excelência de se consumir a maconha. É preciso notar, porém, que com o tempo, o usuário experiente pode recorrer a variações na técnica de tragar, inclusive optando por fumar a maconha do mesmo modo como o cigarro de tabaco. Uma justificativa para esse procedimento pode ser o desejo de experimentar um “barato” mais leve ou “pessoal”.

“Às vezes as pessoas me falam: é, você fuma maconha como se estivesse fumando cigarro. É que eu gosto de fumar assim, às vezes. Porque eu comecei imitando, mas depois encontrei um jeito que é, para mim, melhor de fumar. Tem gente que fala que assim não é legal, não dá efeito. Mas eu respondo: o efeito que eu quero não é igual ao efeito que você quer”. (Crisântemo, SP)

A questão seguinte, no processo de aprendizado segundo Becker, refere-se ao modo de identificação e apreciação dos efeitos da maconha. Becker afirma que os efeitos da maconha não são evidentes à primeira vista. No seu entender, a substância produziria apenas sensações “cruas” puramente orgânicas — boca seca, fome, certa vertigem —, sintomas que o iniciante deve, em primeiro lugar, relacionar com o fato de ter fumado a erva, reconhecê-los em si mesmo e avaliá-los. Para Becker, esse processo de identificação e apreciação dos efeitos depende da interação sucessiva do novato com outros usuários. A interação provê ao iniciante os conceitos com os

quais ele pode perceber e expressar a experiência de alteração do estado psíquico que associa ao uso da maconha. Além disso, através desses conceitos adquiridos mediante interação com outros usuários, o iniciante poderá ou não redefinir essas sensações como prazerosas. Quando essa redefinição se processa, o indivíduo estará apto a consumir maconha regularmente por prazer.

Becker sustenta que é possível reconstruir todo esse processo de constituição do fumante de maconha através do “método da indução analítica” com uma investigação conduzida por entrevista². Nossa experiência, porém, demonstrou uma dificuldade evidente de saída: os informantes não se lembram de todos os detalhes de sua iniciação no consumo da maconha, ocorrida há muitos anos. O que encontramos foram relatos feitos com maior ou menor riqueza de detalhes, mas obviamente enviesados pelo ponto de vista presentemente mantido pelos entrevistados. Somos, portanto, levados a questionar o padrão extremamente claro e definido que Becker diz ter encontrado em seus informantes. Sua hipótese permanece útil como referencial para interpretação dos dados, mas não pode ser testada por meio de técnicas de pesquisa *post-facto*, tal como ele pretendeu.

Nossos entrevistados, aparentemente ao contrário dos de Becker, afirmam ter experimentado “barato” ou algum tipo de alteração do estado psíquico em suas primeiras experiências. Arrolam uma variedade de sensações e comportamentos vivenciados: diferença na percepção do tempo, do espaço e das formas, aumento da sensibilidade em geral, hilariedade, alucinações visuais e auditivas, “queda de pressão”, frio, tremores, medo, excitação sexual, relaxamento, falta de controle sobre os próprios movimentos. Do mesmo modo, a constatação de se perceber sob efeito remete a situações específicas diversas: a contemplação diferenciada de um objeto ordinário, audição mais nítida de música, sensação proporcionada por estar numa praça num dia de sol, sensibilidade tátil pronunciada etc. As primeiras experiências são julgadas de maneira também variável: “incríveis”, indiferentes, decepcionantes, pouco prazerosos ou francamente desagradáveis. A transcrição de duas narrativas mostra a variabilidade das sensações e reações vivenciadas, assim como das respectivas avaliações dos informantes, nas quais transparecem seus atuais pontos de vista:

“Eu fui experimentar a primeira vez na Bahia, numa situação estranha porque era uma paquera e era uma maneira de aproximação. Então eu não tinha nenhum interesse em fumar, mas aí a pessoa me ofereceu e eu fumei, achei que ficava mais bonitinho assim. E depois de tanta prevenção, eu achei que não foi nada, uma época achei que era palha, hoje eu acho que não era palha, era legal, eu que não conseguia avaliar, porque achava que, quando se fala de droga, se fala muito em ficar fora de si, de perder as referências ou se sentir muito diferente. Daí quando você fuma maconha você não se sente muito diferente, você sente talvez uma percepção diferenciada, mas não se vê nada, não é alucinógeno. Daí achei que não era nada.” (Eduardo, SP)

“Eu fazia oitava série na época, fiquei na turma de uns meninos mais velhos, alguns deles fumavam e eu era amiga deles e geralmente a gente fumava para estudar. A primeira vez foi assim: eu saí achando que os postes iam atrás de mim, pode? Foi uma onda, porque eu saí, quando fui pra casa, perto do meio-dia, eu entendi que os postes iam atrás de mim. Aí eu voltei, falta de experiência, mas de repente eu acho que dá um pouco de medo, eu não me lembro muito porque tem tempo, mas eu devia estar com um pouco de medo, ou esperando que a droga tivesse uma causa mais violenta a nível de alucinação maior, e como não aconteceu eu posso ter somatizado, né?” (Gabriela, BA)

Estas falas relatando sensações bastantes distintas, indicam que mesmo antes de suas primeiras experiências com maconha, os informantes demonstram possuir algumas noções para representar a situação de “estado psíquico alterado” que acreditam ser proporcionada pela substância. Chama a atenção o fato de que essa alteração seja designada pela expectativa de “ver coisas”, ter alucinações. Essas noções prévias, é claro, são confrontadas e afetadas pelas experiências individuais concretas. Não parece exato, portanto, supor que a elaboração conceitual a respeito das experiências concretas com a erva advenha exclusivamente da aquisição, pelo iniciante, de conceitos vigentes entre os usuários com

os quais interage. Nem todas as entrevistas explicitam, aliás, que os informantes tenham aplicado noções aprendidas com consumidores veteranos às próprias sensações e comportamentos experienciados, no sentido de redefinir os efeitos percebidos como agradáveis e prazerosos. Essa permanece uma hipótese plausível, em vista dos laços de sociabilidade que se forjam através do uso da substância e do apoio social representado pelo grupo de usuários amigos. Pode-se, portanto, inferir com Becker que as concepções relativas à maconha se constroem em grande parte no curso da carreira do fumante. Mas parece importante considerar também o papel que as percepções individuais desempenham na elaboração conceitual em torno da maconha, questão que não encontra uma formulação clara na teoria de Becker e que aqui deixamos apenas indicada³.

A importância do apoio social representado pelas atitudes dos usuários mais velhos fica evidente nas situações em que é conveniente minimizar ansiedades, temores e sensações desagradáveis do iniciante, e conduzi-lo para a fruição do “barato”. Há, nos relatos, sugestões de que a expectativa ansiosa dos novatos pode afetar-lhes a percepção dos efeitos da erva. Outro aspecto lembrado é o de que o iniciante freqüentemente encontra maior dificuldade para manter controle sobre os efeitos na cannabis: são os mais acometidos de hilariedade, dispersão da concentração e falhas na coordenação motora. A esse respeito, porém, pode-se observar que, à medida que cultivam o hábito de fumar maconha, os indivíduos revelam-se progressivamente capazes de identificar, apreciar e manter controle sobre os efeitos. Nesse percurso intervêm tanto a vivência pessoal quanto a troca de experiências na interação com outros consumidores.

Notas

1 Escrevendo em 1953, portanto antes do isolamento em laboratório do mais importante princípio ativo da maconha, o THC (fato que ocorreu em 1964), Becker, em nota de rodapé (1966a: 47n), assinala que, segundo observação de um farmacologista, o ritual de inalação da maconha seria um meio eficiente de introduzir a substância na corrente sanguínea. Ocorre, de fato, que o THC é altamente solúvel em gorduras e, sendo os alvéolos pulmonares revestidos por

uma lipoproteína, a administração da maconha pela via pulmonar garante a dissolução do princípio ativo e sua penetração no sangue com grande eficácia.

2 Assim Becker (1966a: 45) justifica seu método de investigação: “Tentei chegar a uma exposição geral da seqüência de mudanças na atitude e na experiência individual que sempre ocorreram quando o indivíduo se torna desejoso e capaz de usar maconha por prazer. O método exige que todo caso coletado na pesquisa dê substância à hipótese. Se for encontrado um caso que não dê substância à hipótese, o pesquisador é obrigado a alterá-la a fim de a adequar ao caso que tenha provado ser errada a idéia original”.

3 Anthony Henman, em trabalho em preparação, sugere a pertinência da teoria do simbolismo elaborada por Dan Sperber (Sperber, 1978) para a superação da dicotomia, presente em Becker, entre “sensações orgânicas cruas” e “emoções aprendidas”. A argumentação básica, *grosso modo*, é de que haveria um plano intermediário (o simbólico) onde se produziriam associações parcialmente inconscientes que pré-representariam, por assim dizer, a alteração da consciência ordinária para cada indivíduo.

Lidando com o controle social: segredo, auto-imagem e redes de sociabilidade

De acordo com as sugestões de Becker, é interessante investigar a seqüência de eventos e experiências por meio das quais uma pessoa torna-se usuária de maconha a despeito dos controles sociais que condenam essa prática como inadequada, imoral, anormal e ilegal. Já nos referimos à associação comumente feita entre consumo de maconha e imputações de irresponsabilidade, fraqueza de caráter, marginalidade, doença, dependência, assim como as punições legais que incidem sobre seu uso, porte e comércio. Em princípio, tudo isso atua como um conjunto de sanções efetivas convencionais e legais para prevenir a utilização da erva. Assim, para tornar-se um consumidor regular de maconha, o indivíduo precisa ultrapassar os obstáculos postos por esses mecanismos de controle: precisa ter acesso à substância, manter certo segredo sobre sua prática e justificar para si mesmo a validade e a inocuidade desse hábito. Discutiremos adiante os procedimentos relativos à aquisição da maconha, e nos ocuparemos aqui da questão do segredo e do reajuste da auto-imagem.

De certo modo, todos os entrevistados, nas primeiras fases de suas respectivas carreiras de fumantes, foram “desviantes secretos”, nos termos de Becker (1966b). Percebiam claramente que a prática era estigmatizada e temiam que a descoberta por parte de não-usuários causasse distúrbios, reações negativas e penalidade. Alguns tiveram de enfrentar situações desagradáveis provocadas pela descoberta, pelos pais, de alguma quantidade de maconha guardada. Além disso, havia que se resguardar da punição legal. Em contrapartida,

essa situação de compartilhar sob sigilo uma experiência ilícita e prazerosa acabou por forjar laços de amizade e um certo grau de comunhão de valores entre usuários. Daí o estabelecimento de novas relações pessoais e a ampliação da rede de sociabilidade.

Prática típica dessas primeiras fases em que o uso da maconha era altamente estigmatizado era a chamada “roda de fumo”. Os usuários se reuniam para fumar em um local que garantisse sigilo e discrição, freqüentemente com pouca luz. Ficavam todos juntos, enquanto o “baseado” circulava de mão em mão e ouvia-se, quando possível, alguma música adequada à ocasião. Acendia-se eventualmente incensos para dissimular o cheiro da erva e contribuir para o “clima”. Essa é a descrição ideal que hoje é feita com certa nostalgia e ironia, da “roda de fumo”.

“A fase onde eu comecei a fumar, eu estava num internato na Alemanha, só de rapazes. Uma situação típica era sábado à tarde, a gente fazia uma festinha e ficava numa sala ouvindo música, tomando vinho e fumando. Sempre fumava junto com os colegas, nunca sozinho. Deixávamos só uma luzinha, ouvíamos Emerson, Lake & Palmer, Pink Floyd e ficávamos viajando (...) Maconha pra mim hoje é mais uma lembrança de antigamente, uma nostalgia, uma esperança de sair ainda um pouquinho dos limites do cotidiano”.(Wolf, SP)

A “roda de fumo” provia segurança e apoio social para os fumantes. Numa situação de grande estigmatização do consumo de maconha, fumar servia como sinal diacrítico para o reconhecimento entre indivíduos com determinadas atitudes sociais, políticas, morais e culturais que se opunham ao cotidiano, ao “sistema”, ao establishment e aos “caretas”, conforme também constatou a pesquisa de Velho (Velho, 1975: 74 e 119).

“Como na época que eu comecei a fumar eu estava numa fase rebelde da minha vida, contestadora, contestar tudo por tudo pra tudo, a maconha entrou nessa fase. Teve uma época que era mais ou menos um cartão de visita. Isso me aproximava de umas pessoas e me distanciava de outras, agia pelo menos como um seletor. Tinha uma coisa de

confiabilidade, pelo marginal da coisa, pelo obscuro da coisa”. (Tieta, BA)

A confiabilidade e a presumida comunhão de interesses “alternativos” presidiram à elaboração, por parte dos usuários, das justificativas e racionalizações que tornavam válido, a seus olhos, o costume de consumir maconha. Aos poucos, desaparecem os temores e resistências iniciais, que operavam pela associação da erva a “coisa de marginais”, a uma síndrome de “dependência” ou a algo “alienante”. O uso da maconha passa a assumir uma conotação de hábito prazeroso, pacífico e inócuo. Na consolidação de uma auto-imagem positiva enquanto usuário, contraposta aos estereótipos sociais de “drogado”, “alienado”, “viciado”, “dependente” e “bandido”, é importante o modelo fornecido pela figura de outros usuários regulares que integram o círculo de relacionamento dos fumantes.

“Eu fui conhecendo, fui vendo que as pessoas fumavam em festa, fumavam na hora que estavam transando ou fumavam quando queriam. Primeiro comecei a ver a droga socialmente, foi uma coisa de ir reparando, de ver que estava tudo bem (...) Eu acho uma droga bem fraca, bem leve e mesmo pessoas que eu conheço e que fumam há anos estão muito bem e bonitas”. (Eduardo, SP)

Salinas Fortes, mais arrebatado, descreve assim os seus amigos usuários da erva em 1974:

“Éramos definitivamente clandestinos. Inatingíveis, inacessíveis. E isto nos confortava o espírito, lavava a alma. Fora do alcance dos controles múltiplos. Éramos um punhado de irredentistas, bruxas e alquimistas que descobriam poderes ignorados ao mesmo tempo em que, com a fé reacendida, saravá São Tomás de Quincey, a crença fortalecida, a pureza reconquistada, o otimismo robustecido, dedicavam-se sem nenhum medo no peito à tarefa de propagação da boa nova, dispostos a transformar mais uma vez este mundo incorrigível, e certos de que era preciso como diria Merleau-Ponty, ‘formar uma nova idéia da razão’ ”. (Salinas Fortes 1988: 82)

Nosso roteiro de entrevistas incluía uma pergunta específica (Existe alguma comunidade informal de malucos? – Você acredita fazer parte dessa comunidade?) que buscava entender os possíveis laços unindo os usuários de substâncias ilícitas. O termo “maluco” foi escolhido por parecer significar o oposto de “careta”. As respostas obtidas indicam que essa suposição era correta mas que assim como seu antônimo, a expressão “maluco” é altamente ambígua e pode ter conotações tanto positivas quanto negativas.

Se “maluco” é visto como sinônimo de “aberto”, “contestador”, “irreverente” etc. assume uma conotação positiva. O termo, porém, pode ser atribuído aos “bichos grilos”, como são conhecidos jovens próximos da indigência que buscam sobreviver através da venda de um tosco artesanato, enveredando freqüentemente para o campo da malandragem. Distinguem-se dos marginais mais tradicionais pela adoção de um estilo de vestir, vocabulário e valores fortemente influenciados pelo movimento hippie. Os “bichos grilos” são rejeitados pelos seus pares de classe média, que consideram seu estilo de vida ultrapassado e decadente.

Na verdade, os ideais comunitaristas, correntes entre grandes parcelas da juventude na década de '70 são pouco enfatizados pelos nossos entrevistados já em fins dos anos '80. Mas, perante as proibições ao consumo de “drogas”, certo espírito de cumplicidade persiste. Cavalcanti, pesquisando em Olinda, detectou a mesma heterogeneidade da população de usuários, o que levou a falar de dois “tipos ideais”: os “maconheiros bandeirosos” e os “maconheiros white-collar” (Cavalcanti posteriormente preferiu chamá-los de “maconheiros ocultos” em sua tese apresentada em 1998), similares aos nossos “bichos grilos” e “classe média”. Apesar das diferenças que separam os dois tipos, Cavalcanti considera que persiste entre ambos um sentimento que perpassa as redes estreitas e chega a ser delineador de fronteiras. Todos os fumantes, segundo essa perspectiva, compartilhariam um “sentimento de pertença”, a revelação de uma “estranheza” comum. (Cavalcanti, 1988: 6).

Não há dúvida de que participar do “mundo das drogas” continua a abrir a possibilidade de contatos interclasse num grau de intimidade pouco comum na sociedade brasileira. Convidar alguém para fumar um baseado ainda é uma maneira freqüentemente utilizada

por alguns dos nossos entrevistados para iniciar relacionamentos com estranhos. Alguns até afirmam ser esta uma maneira quase infalível de iniciar uma “cantada” de cunho sexual. Mesmo o velho espírito de fraternidade contestatória pode ainda ser detectado no costume de oferecer pequenas quantidades de maconha a quem está em falta, além de ser importante no processo de aquisição da erva, como veremos mais adiante.

Se a rede de sociabilidade formada em torno do uso da maconha era antes crucial no sentido de constituir canal de comunicações e apoio social para uma atividade considerada “desviante”, hoje esse papel parece ser menos necessário. A convivência prolongada com a erva sustenta a afirmação generalizada entre nossos entrevistados de que a maconha produz efeitos leves, controláveis e sem seqüelas consideráveis. As dificuldades de controlar os efeitos, ou de agir normalmente sob “barato” só aparecem nas fases iniciais do uso. Essas concepções dos usuários são em grande parte corroboradas pela avaliação psicofarmacológica dos efeitos da cannabis: embora a potência destes varie de acordo com as amostras particulares da substância, há uma tendência dos especialistas a considerá-los de baixa toxicidade e incapazes de conduzirem a dependência física, conforme discutiremos mais extensivamente adiante.

A divulgação deste conhecimento “nativo” e especializado sobre os efeitos da cannabis tem gerado algumas mudanças no status e nas atitudes socialmente construídas com relação à substância. Há uma crescente tendência nos meios científicos e em certos setores da opinião pública no sentido de considerar a maconha uma “droga pouco perigosa” em comparação com substâncias como a heroína, o ácido lisérgico e a cocaína, por exemplo. Além disso, há a própria expansão do consumo da erva. Perguntamos sobre os ambientes em que acreditavam ser mais freqüente o uso da cannabis, nossos entrevistados, embora citassem meios artísticos e intelectuais (especialmente os voltados para as humanidades), julgam que o hábito está hoje bastante difundido e ocorre em todas as camadas sociais.

Hoje nos meios intelectuais e artísticos, assim como entre largos segmentos da juventude, os valores da subcultura da maconha são conhecidos e normalmente aceitos mesmo pelos não-usuários. Assim, poucos estranham ou reclamam do surgimento de rodas de fumo

durante suas festas ou outras atividades de lazer. Mesmo entre aqueles que, por variadas razões, se colocam contra a prática, vigora uma visão crítica da atuação truculenta e autoritária da polícia e esta é considerada em última instância como muito mais ameaçadora que a maconha ou seus traficantes. Assim dificilmente se encontrará entre eles quem se disponha a desempenhar o papel de delator.

A difusão do hábito parece produzir, como contrapartida, certo desencantamento em nossos entrevistados com relação a valores, expectativas e propriedades atribuídas à maconha pelo consumo “alternativo”. Levados a explicitar o tipo de significado que a maconha poderia ter representado em suas vidas, alguns dos entrevistados ressaltaram sua própria abertura e novas percepções e relacionamentos, mas não a consideram hoje símbolo de qualquer estilo de vida. A mesma entrevistada que afirmara que a maconha desempenhara numa época de sua vida, a função de “cartão de visita”, diz o que pensa atualmente a respeito disso:

“Acho que mudou em função de minha própria cabeça. Na medida em que mudei meu significado pro meu mundo. Mudou a história, né? Hoje ela é um cigarro, um uísque que eu tenho em casa, que eu gosto, me gratifica. Mas também já não confio mais na pessoa pelo simples fato dela fumar ou tomar qualquer tipo de droga”. (Tieta, BA)

Ou, ainda, como diz Crisântemo (SP):

“Pra mim, fumar maconha é como chegar em casa e fazer um carinho no cachorro, entendeu? Já virou como um cigarro, uma coisa que faz parte do cotidiano, e com que se tem mais uma relação afetiva do que qualquer outra coisa”.

Em suma, nossos entrevistados consideram que fumar maconha é algo bem menos “marginal” e estigmatizado do que era antes. Pode-se perceber também que este grupo de usuários procura mostrar independência de opinião em relação a qualquer determinação externa, incluindo os valores do “desbunde” associado às décadas de 60 e 70. Seu discurso evita qualquer supervalorização ou “culto” à maconha, encarando-a com a mesma banalidade atribuída ao álcool e adaptando-a ao cotidiano¹. Por outro lado, além de

conhecerem bastante gente que fuma maconha, nossos entrevistados parecem hoje preocupar-se em manter seu consumo em segredo apenas em relação a alguns familiares mais velhos, vizinhos de pouca intimidade, alguns colegas de trabalho, chefes, patrões e, é claro, a polícia.

Notas

1 A adaptação da maconha ao cotidiano, assim como a de outras “drogas” é, justamente, o que sustenta a crítica ideológica contra o uso de “drogas” que parte de outra vertente, fora do discurso médico-preventivo-legal. Ver, por exemplo, Caiafa (1985: 37), assumindo o que declara ser certo ponto de vista punk: “A droga teve um papel importante na década de 60, quando ela era realmente um meio de dizer não. Agora, a droga se difundiu e foi adaptada a um grande número de situações bem convencionais. Atualmente existe um lugar social para a droga, ou seja, não é fácil fazer dela um uso transgressor, porque ela agora ‘cabe’ adequadamente, ela por vezes já é norma”.

Controles informais do consumo: rituais e sanções

Exploramos nesta seção as principais referências a respeito de como a maconha é utilizada, no sentido de detectar sanções e rituais que funcionem, tal como sugeriu Zinberg (1984), como controles informais do consumo, compartilhados pelos usuários. Ressaltamos a princípio que nossos dados tendem a corroborar as hipóteses de Zinberg com relação ao uso da maconha. Constatamos, de um lado, haver uma progressiva desritualização no consumo da cannabis: ele ocorre numa variedade de situações e circunstâncias. De outro, as prescrições relativas ao uso assumem um caráter mais geral, não necessariamente consensual, e tendem a ser internalizadas pelos usuários, tendo em vista o reconhecimento de cada qual acerca de suas próprias vontades, limites e disponibilidades pessoais, à semelhança do que se dá com o álcool.

A tendência predominante a princípio entre nossos entrevistados era a de utilizar a maconha somente em ocasiões especiais e quase sempre em grupo. Era a situação da “roda de fumo”. O próprio comportamento de fazer passar o cigarro de maconha de mão em mão, prática característica do ritual da “roda de fumo” funcionava também como meio de ajustar os indivíduos aos efeitos da fumaça e à percepção do “barato”. Nesses estágios iniciais, era mais comum as pessoas se reunirem para fumar, embora raramente esse fosse o único ou principal objetivo desses conglomerações.

À medida que os usuários se familiarizaram com cada aspecto do uso da maconha, a “roda de fumo” veio perdendo o papel de reforçador da aproximação controlada. A lenta mas progressiva

desestigmatização social da maconha¹, bem como a crescente popularização e disseminação de seu consumo, contribuíram para que os controles externalizados no ritual da “roda” deixassem de ser necessários. Passa-se então a usar a maconha em circunstâncias mais prosaicas e de modo menos solene: durante festas, antes de ir ao cinema, ouvir música, ver televisão. A cannabis passa a constituir um complemento ou adjunto de reuniões sociais, e definitivamente deixa de ser o objetivo desta ocasião. Além disso, passa-se a usar a maconha solitariamente com muito mais frequência.

No curso desse processo, vai-se apurando a percepção tanto dos efeitos da erva quanto das reações do próprio organismo. Os usuários vão assim estabelecendo seu próprio quadro referencial de sanções relativas ao uso da maconha, com base na vivência pessoal e na inter-relação com outros consumidores. Estes processos individuais são descontínuos e são às vezes pontilhados por fases descritas como “de consumo exagerado”, cujas conseqüências negativas não deixam de ser sentidas e meditadas:

“Eu fumava até mais, comprava em quantidade e, de repente, não fazia mais nada então. Depois, passei a fumar só à tardinha, à noite. Ou então no final de semana, quando não estou fazendo nada. Quer dizer: tem primeiro aquele conceito que a gente acha que é nenhum, depois a gente já acha que fumar o tempo todo atrapalha profissionalmente. E realmente atrapalha”. (Vadinho, BA)

Como explicita o depoimento acima, muitos usuários percebem após algumas experiências eventualmente desagradáveis, que é preciso selecionar as circunstâncias e a ocasião para usar maconha. A situação de trabalho é frequentemente eliminada, seja em virtude da possível ameaça, representada pela descoberta do fato por chefes e colegas, seja pela queda de rendimento, dispersão ou perda de objetividade experimentadas nessas ocasiões. Tende-se, portanto, a reservar o uso da maconha para horas de lazer e descompromisso. Isso, porém, não é regra geral absoluta: há situações em que os usuários acreditam poder compatibilizar o uso da maconha e o desempenho no trabalho. Há certo consenso em considerar a maconha inoportuna para a execução adequada de ativi-

dades que exigem concentração, precisão, método, ou mesmo mecanização. Em contrapartida, outros acreditam poder realizar melhor e mais facilmente atividades que requeiram um tipo de coordenação rítmica dos movimentos do corpo (incluindo atividades como limpar a casa, carpir um quintal e dançar).

O consenso das sanções aparece mais claramente nas técnicas para lidar com a questão da “bandeira”, isto é, dissimular indícios que possam revelar a prática ilícita àqueles de quem se pretende manter segredo. São considerados “bandeirados” o forte cheiro da maconha e, secundariamente, a vermelhidão provocada nos olhos após o uso. O cheiro é o indício que mais preocupa os usuários: ao se fumar maconha tem-se freqüentemente o cuidado de manter portas e janelas vedadas, ou queimar incenso para dissimular o odor da fumaça. Já a vermelhidão nos olhos é vista com alguma ironia e humor, como na fala baixa:

“Tenho observado pessoas que estão viciadas é em colírio não em maconha”. (Joana, SP)

Notamos que, apesar da preocupação objetiva com o cheiro, é também corrente entre os entrevistados a idéia de que qualquer fumante pode passar plenamente despercebido em público. Isso se liga à observação quanto aos efeitos autocontroláveis da maconha, (o usuário pode se comportar normalmente sob efeito) como também à sensível desestigmatização da prática do ponto de vista do próprio usuário. Daí se atribuir menos importância a possíveis indícios denunciadores como olhos vermelhos. A entrevista recém-citada desenvolve um pouco mais essas idéias:

“Olhos vermelhos já é algo veiculado como sendo um dos sinais para detectar, acredito que um leigo sabe disso. Agora, o que eu quero dizer é o seguinte: eu posso ter fumado, estar com os olhos vermelhos até, não sei se necessariamente eu fico com os olhos vermelhos quando eu fumo, mas posso até estar; sair à rua e ninguém desconfiar. Você pode ter olhos vermelhos por “n” motivos: poluição, álcool (...) Se você não se culpa e não tem nenhum problema com isso, você fuma e sai, eu já fumei e fui pro trabalho e ninguém notou, eu já fumei e fui bater papo com a minha mãe (...) (Joana, SP)

Fumando a sós ou em grupo, todos os entrevistados declararam reconhecer sua própria “medida” a respeito de quanto consumir. Sabem por si quando devem parar ao terem atingido o tipo de alteração psíquica ou de relaxamento desejados, conforme seus estados pessoais e o ambiente. O intervalo de tempo entre cada inalação parece funcionar como base para o usuário controlar o grau de absorção da substância, esteja ou não acompanhado. De ordinário, os usuários param de fumar após algumas inalações, para avaliar o “barato”, perceberem se a erva “bateu”, e depois decidirem se desejam mais ou não (Zinberg, 1984: 138). Reproduzimos a seguir algumas declarações a respeito:

“(P – “O que determina quando você vai parar de fumar?”)

“Ter feito a cabeça, eu estar legal. Eu acho que pra chapar comigo não é negócio, porque aí eu acho que é estar consumindo à toa, ele não vai funcionar mais legal. Eu não sou de fumar um baseado todo só porque estou com o baseado na mão: fumo, fico legal e dispenso”. (Gabriela, BA)

“Na hora que bateu pra mim eu paro. Eu prefiro a maconha pra excitante, então na hora que ela bateu, que me deu um speed, eu paro. Mais do que ali eu vou começar a ficar com sono, preguiça, sem vontade de fazer nada”. (Tieta, BA)

(P – “Quando você decide que já fumou bastante?”)

“Você tem uma sensação no próprio tempo que você fuma. Se você está com mais pessoas ou mesmo se você está sozinho, enquanto você está fumando dá pra perceber essa alteração, quando se fala que bate, quando o fumo faz efeito... você começa a sentir esse efeito, alguma sensibilidade na pele, ou alguma coisa que você percebe nos lábios, ou que você está legal, ou está mais distraído, relaxado... Você não vai fumar um baseado atrás do outro até achar que isso bateu, você fuma um ou dois, se não bateu também não vai bater”. (Eduardo, SP)

Do mesmo modo, os entrevistados não relatam nenhuma ansiedade particular na falta do produto. Procura-se deixar não faltar, mantendo-se um pequeno estoque ou ativando contatos para uma nova compra, ou ainda obter pequenas quantidades de amigos. Algumas vezes se considera útil suspender o uso por algum tempo, para lidar com algum tipo de seqüela orgânica desagradável ou mesmo para preservar o gosto pela coisa: é comum entre usuários a opinião de que o uso excessivo da erva deteriora a qualidade e a percepção do “barato”.

Para nossos entrevistados, a reação despertada pela falta de maconha, se é manifesta, é sempre mais amena do que a sentida, por exemplo, na falta de tabaco ou de cocaína. Trata-se de algo de que se gosta e, por isso, se prefere ter sempre à mão, mas que não motiva esforços ansiosos para se obter. Um de nossos entrevistados sintetizou a atitude habitual com relação à falta de fumo numa expressão feliz:

“Acabou, acabou. É como estar na praia e o sol vai embora; daí, você volta pra casa”. (Quincas, BA)

Em suma, notamos uma ritualização flexível e decrescente nos procedimentos de consumir a maconha. Parece-nos, tal como sugere Zinberg (1984), que isso se deve à potência freqüentemente baixa da erva e ao elevado grau de controle manifestado pelos usuários com relação a seus efeitos, além de certa desestigmatização da prática. Por outro lado, a ausência de rituais altamente estruturados em torno do uso da maconha não deve levar à conclusão de que seus usuários sejam necessariamente dados a um comportamento imprudente ou temerário. Ao contrário, através da progressão no hábito e do conhecimento aí gerado, as sanções relativas à maconha têm sido internalizadas, e os rituais originalmente desenvolvidos para reforçar as sanções não precisam mais ser seguidos tão de perto (Zinberg, 1984: 137). Ocorre com a maconha um processo semelhante ao álcool: as prescrições referentes a seu uso assumem um caráter mais genérico, sem com isso perderem a eficácia. Tende a predominar, entre usuários como os nossos entrevistados, o desejo de manter o “barato” sob controle, de modo a se poder desfrutar de outras atividades – sejam executadas a sós ou

em grupo. Não se pode dizer, nos casos investigados, que a maconha seja o centro exclusivo das atenções dos indivíduos nem o objetivo máximo de suas reuniões sociais ou interações.

Cumpramos acrescentar ainda que as sanções, sendo genéricas, não são consensuais nem mesmo inteiramente conscientes ou elaboradas por todos os entrevistados: elas podem ser vistas muito mais como práticas executadas por cada indivíduo conforme as situações e os estados que experimenta².

Notas

1 Quando se fala em processo de desestigmatização da maconha, deve-se entender que este se produz e repercute diferencialmente na sociedade. Há uma tendência nesse sentido entre segmentos mais escolarizados e informados das camadas de renda alta e média. Nas camadas populares dos grandes aglomerados urbanos, entretanto, a identificação maconha-marginalidade-banditismo é algo mais palpável e cotidiano, uma espécie de "profecia que se cumpre". Os jovens fumantes explícitos nos bairros populares tendem a ser identificados como bandidos: veja-se, a propósito, a discussão de Zaluar (1985, cap. 5). Parece que o uso da maconha por prazer, livre da conotação de banditismo, no caso jovens de camadas populares urbanas, depende da ampliação do círculo de sociabilidade para fora do bairro e de sua própria classe social, e tende a acontecer longe dos respectivos locais de moradia. No caso do Rio de Janeiro, a associação maconha-banditismo tem claramente a ver com a extensão das redes de tráfico nos bairros populares.

2 Poderíamos também pensar no funcionamento das normas do grupo a respeito do que seria considerado o uso aceitável de psicoativos. Embora essa questão não tenha sido tratada especificamente nesta pesquisa, cremos que o observado por Velho, também seja aplicável no caso dos nossos sujeitos. Segundo ele, apesar de certos desvios em relação aos valores da cultura dominante, seus grupos observados mantinham uma série de premissas e valores desta. Continuava presente uma noção de normalidade, de saúde, de doença, que por mais que tenha sido alterada em sua amplitude, marca o discurso do universo. Usar maconha é uma atividade aceita e definida como normal, experimentar ou usar irregularmente cocaína é aceito e pode ser valorizado. Mas o seu uso intenso, cotidiano, incomoda e pode aparecer como desvio. Neste caso se exerce um controle social dentro do grupo capaz de identificar desviantes, manipulando categorias da cultura dominante como "louco", "doente", e até "viciado". (Velho, 1975:75)

Aquisição do produto e técnicas de consumo

Procuramos estabelecer em detalhe os procedimentos através dos quais os usuários adquirem e consomem a maconha. A questão da aquisição é relevante já que, em vista de a substância ter seu uso interdito por sanções legais recaindo sobre sua comercialização e porte, os consumidores têm de manter laços com grupos nos quais a cannabis esteja disponível ou haja conexões que possibilitem obtê-la. Na investigação sobre as várias técnicas possíveis de seu consumo, procurou-se também estimar o grau de generalidade e uniformidade dos padrões de uso.

No tocante à aquisição, os dados obtidos deixam claro o imbricamento entre as redes de consumidores e o que poderíamos chamar de “pequeno tráfico”. Numa situação de oferta variável, controlada por mecanismos obscuros e, acima de tudo ilegal, os consumidores tratam de se organizar para assegurar o suprimento de sua maconha. Com essa finalidade, verificamos que são formadas pequenas “cooperativas de compra”, ou “vaquinhas” reunindo usuários interessados em adquirir, em condições economicamente mais vantajosas, uma quantidade maior da erva para posterior subdivisão. Mesmo quando não é esse o procedimento, sendo a operação de compra a mais difícil e arriscada de todo o processo de consumo, é comum que um indivíduo mais corajoso ou detentor dos contatos necessários com fornecedores conhecidos (“canais”) ofereça-se para comprar maconha (“fazer avião”) não só para si, mas também para um grupo de amigos. Os riscos, no caso, vêm de duas direções. Por um lado, quem “faz avião” teme ser pego pela polícia e submetido a

vexames, violências, chantagens e até prisão. Por outro, o indivíduo se expõe a todas as incertezas e perigos do mundo do crime, podendo ser assaltado ou enganado por seus fornecedores.

Quem organiza uma “cooperativa” ou “faz avião” pode ou não estar interessado em algum proveito material. Ele pode simplesmente nada ganhar com a empreitada. Em outras circunstâncias, talvez retire um pequeno lucro ao revender a mercadoria a preço superior, ou reserve para si uma parte maior e melhor da porção adquirida. É raro, porém, que esses ganhos sejam elevados, já que o processo todo envolve redes de amigos. De um lado, tolera-se que o indivíduo que se dispõe a correr o risco de efetuar a compra receba em troca alguma vantagem; de outro, o comprador que excede no seu interesse por ganhos pode ser visto como explorador e criar mal-estar entre suas amizades. De modo geral, as relações de amizade funcionam como moderador nas transações entre comprador e interessados: o interesse por ganhos nesse nível é menos evidente e, ao seu lado, encontra-se uma disposição comum de compartilhar o produto. Também nesse aspecto as redes de consumo de maconha são mais “amenas” que as de outras substâncias psicoativas ilícitas, como a cocaína, por exemplo: esta costuma cercar-se por interesses e cálculos muito mais egoístas, seja no plano da aquisição, seja no do consumo. Entre consumidores de maconha, em contraste, é bastante comum o fornecimento gratuito e recíproco de pequenas quantidades (“fazer presenças”), prática essa vista como reiteradora de laços de amizade e comunhão entre os usuários.

“Consigo maconha através de amigos, um amigo tem e dá um pouquinho, a relação com esses meus amigos é muito assim, as pessoas não são muito fissuradas, é uma coisa sábia nesse sentido, não rola comércio assim”. (Gabriela, BA)

“O que eu chamo de comunidade tem uma postura muito saudável, é uma postura de servir mesmo. Já consegui fumo através de muitas pessoas dessa forma, acho isso algo fantástico porque dificilmente você encontra, com outro produto ou com qualquer outra coisa, essa disponibilidade nas pessoas. Faço presenças com o maior prazer, assim como recebo,

as pessoas se dão normalmente como um presente mesmo. É a tônica comum”. (Joana, SP)

A questão da obtenção da maconha tem uma complexa face jurídica e política. Pelas normas legais vigentes no Brasil, tanto o articulador de uma “cooperativa” quanto o fornecedor de “presenças”, assim como quem porta consigo ou mantém guardada qualquer quantidade de cannabis, pode ser enquadrado nas penas de tráfico. A inclusão no texto constitucional do tráfico de drogas como crime imprescritível e inafiançável faz recair, em princípio, um descabido rigor punitivo, até mesmo sobre o fornecimento gratuito das substâncias proscritas entre amigos, ainda que em quantidade irrisória.¹

Esta pesquisa não procurou aprofundar a questão do “grande tráfico”, sobre o qual os usuários sabem pouco, não mais do que é divulgado pela imprensa. Seus contatos esporádicos com ele limitam-se às franjas do sistema. Fica patente, no entanto, que tal comércio, para realizar-se, precisa da inevitável cumplicidade de indivíduos em posição de autoridade. De outra forma, seria impossível a movimentação através do país das grandes quantidades necessárias para abastecer o vasto mercado brasileiro de maconha². Isso, para não entrar na questão do plantio e do contrabando. Retornaremos adiante a esse tema ao discutirmos a visão dos entrevistados a respeito do tráfico, da proibição legal e da ação da polícia.

Uma vez obtida a cannabis, ela passa a ser consumida de maneira marcadamente similar, tanto em São Paulo quanto na Bahia e, provavelmente, nos outros centros urbanos do Brasil. É notável como certos detalhes se generalizaram pelo país todo, em particular, o hábito de fumar a maconha exclusivamente em forma de cigarro (“baseado”, “morrão”, “beque”, “fininho”). Certos termos, como “baseado”, “seda”, “chá”, “bagana” são encontráveis pelo país afora, embora haja também termos regionais ligados à prática. Talvez a explicação para essa generalização de termos ligue-se ao fato de as rotas de tráfico servirem também para um tipo de difusão cultural, além da vinculação do consumo da maconha a certos aspectos de uma “cultura jovem” ou “alternativa” hoje difundida pelos centros urbanos de todo o país.

Na preparação dos “baseados” segue-se um padrão geral de tratamento do fumo: sementes e talos são postos de lado e “dechava-

se” o fumo, isto é, deixa-se o produto mais fino, esmiuçado. Quase todos os entrevistados sabem preparar um baseado, enrolando-o somente com os dedos, ou com auxílio de algum apetrecho: um prosaico cartão, a tradicional cédula de identidade ou uma pequena máquina de preparar cigarros. É corrente hoje o uso de papéis industrializados para feitura de cigarros (marcas nacionais, como o “Colomi”, ou estrangeiras), no entanto, conservam ainda o prestígio de boas “sedas” papéis de guardanapo de bar ou de embrulhar pão. Uma vez enrolado o fumo, ele é em geral “pilado” levemente com um palito de fósforo ou algo semelhante. Os modos de enrolar cigarro quase não fogem desse padrão geral. Alguns, por comodidade, adotam uma técnica desenvolvida na Europa, onde os cigarros mesclando haxixe e tabaco são preparados com piteiras improvisadas de cartolina. No Brasil essa mistura é pouco apreciada e o baseado já enrolado com piteira é pouco conhecido por aqueles que não têm contato com usuários europeus de cannabis. Cultiva-se, na verdade, certo conservadorismo ritual nas maneiras de preparar o cigarro, e os usuários mais antigos parecem imprimir um valor especial a esses hábitos.

“Prefiro fumar baseado no normal, sem ponteira nem nada, mas sempre deixo um restinho de papel assim sem fumo, em branco, para não vir fumo na boca. Mas é gostoso enrolar, é como um caboclinho que está sentado com seu canivete lá, dechavando um fumo, fica curtindo fazer, aí fica lá pitando. É sempre gostoso”. (Crisântemo, SP)

O modo típico de segurar o “baseado” costumava se distinguir da forma que os entrevistados portavam o cigarro de tabaco. De ordinário, o “baseado” é retido entre as pontas dos dedos indicador e polegar. Mas não é raro hoje reter-se o “baseado” entre os dedos indicador e médio e aspirá-lo com discrição, tal como se faz com o tabaco. Essa maneira é às vezes preferida como estratégia para dissimular o uso da maconha em público. Mas serve também como meio de marcar distância com relação à figura do “maconheiro” atualmente identificado como a do hippie órfão da década de 60”³. Parece insinuar-se aí certa distinção de status e classe social, pois a forma de segurar o próprio cigarro de taba-

co entre o indicador e o médio e tragá-lo de leve pode ser vista como sinal de “sofisticação”, ao passo que é comum homens operários ou lavradores segurarem seus cigarros com a ajuda do polegar e deles extraírem longas baforadas. Conforme uma nossa informante:

“Eu fumo que nem cigarro. Eu não faço aquela performance assim de maconheiro: ulf, puxar assim, nada disso. Puxões eu dou, às vezes, de leve, mas eu fumo e pego como cigarro, não gosto daquela bandeira de maconheiro, aquela marca registrada de segurar a maconha daquele jeito. Eu fumo como cigarro, que é exatamente isso, e fumava em tudo quanto era canto. Então, a história era não dar bandeira. Neguinho até podia sentir o cheiro, mas não tava vendo de onde vinha, então, você fumava normalmente”. (Tereza, BA)

Embora todos os entrevistados já tivessem fumado em situações públicas, essa prática é vista com evidentes reservas. O habitual é fumar em casa, sozinho ou com amigos, ou na casa de pessoas conhecidas, ou em situações de festa em que se conhece o ambiente ou se certifica de que o ato não causará perturbações. Ocasionalmente, fuma-se em praias e ruas desertas. Todos declaram preferir fumar no final da tarde, após o trabalho, ou à noite, mas em dias de lazer alguns costumam também fumar pela manhã. Os entrevistados baianos apontam o verão, as férias, o carnaval e as festas de largo como épocas e situações de uso mais intenso. Os paulistanos, por sua vez, não identificam um período ou ocasião particular em que o consumo se torna mais freqüente. Apesar da divergência de opiniões, na prática, todos os entrevistados parecem seguir o critério explicitado por um deles: “época de ano é quando tem, quando pinta ou quando se está com vontade”.

Atualmente, fuma-se sozinho tão freqüentemente como em grupo. Quando em grupo, não se forma sempre uma “roda” no sentido estrito — as pessoas se espalham —, mas se mantém o princípio de fazer com que todos os interessados dêem cada qual o mesmo número de tragadas (“bolas”, “tapas”), estabelecendo-se uma ordem para a passagem do baseado. Todos declaram reconhecer o ponto em que fumaram o suficiente, por experiência própria, e afirmam

que não costumam ultrapassá-lo quando o julgam atingido, seja sozinho seja em grupo.

Depois do “baseado”, alguns apreciam fumar tabaco, outros tomem alguma bebida alcoólica forte, outros, ainda, não gostam de “misturas”. Muitos já experimentaram outras formas de consumir maconha: fumada através de narguilé⁴ ou de “marica”, cozida em bolo, preparada como chá, curtida em aguardente ou misturada com tabaco. Na nossa experiência de campo, estas variações na forma de consumo são, porém, pouco freqüentes e consideradas como exceção ou exotismo. Cavalcanti, porém, estudando o “maconhismo” em Recife, Olinda e Maceió, observou um uso freqüente de “maricas” quem, apesar de terem sido uma marca constante no antigo maconhismo popular, desaparecera com o uso marginal da maconha em cidades, para serem reintroduzidos no ambiente da contracultura hippie (Cavalcanti 1998:180).

Todos os usuários desenvolvem também seus critérios para reconhecimento da qualidade do produto a ser consumido. As gradações de qualidade são estabelecidas a partir da avaliação de uma série de aspectos: cor, presença de resina, quantidade de inflorescências (“berlotas”) em proporção a talos e sementes, cheiro e efeitos produzidos. Um entrevistado baiano nos forneceu um curioso esquema classificatório contendo avaliação e denominação de diferentes tipos de maconha, numa escala de qualidade:

“A ótima é a manga-rosa, ou a cabeça-de-negro, com aquelas berlotonas grandes. Boa é a que tem berlotas, mas vem um pouco quebrada. Ruim é a que tem os cabelos, é a famosa Maria Bethânia, cheia de cabelos, mas se tirar eles todos tem berlota embaixo. A péssima é aquela toda quebrada, empoeirada, mofada, seca, com muita semente.” (Vadinho, BA)

Notamos que os baianos tendem a apresentar um esquema mais rico de avaliação da qualidade. Isso parece se ligar às circunstâncias específicas segundo as quais o produto é adquirido em Salvador. Lá, a maconha vendida se apresenta com freqüência na sua forma mais “bruta”, o que ajuda o reconhecimento da quantidade de inflorescências. Também entre os usuários baianos foi mais fácil encontrar os que mantêm contatos direto com bases da rede de

tráfico e distribuição, vão às “bocas” do Pelourinho e têm canais conhecidos. Já em São Paulo, a maconha aparece mais habitualmente na sua forma “prensada”, com inflorescências, talos e sementes constituindo uma massa compacta e indiferenciável à primeira vista, dificultando assim a avaliação da qualidade. Em São Paulo também as redes de tráfico são aparentemente mais intrincadas, difusas e ramificadas do que em Salvador.

Apesar dessas diferenças, que se explicam parcialmente em função da maior proximidade de Salvador a certos centros de produção e da amplitude do mercado paulistano, os esquemas classificatórios seguem aproximadamente o paradigma baiano apresentado. Embora as denominações variem, algumas expressões são emblemas consensuais de boa qualidade. É o caso da “manga-rosa” e da “cabeça-de-negro”, que assumem hoje uma conotação quase mítica de excelência. O mesmo se deu, no final da década de 80, por ocasião do despejo no litoral paulista e fluminense de grande quantidade de maconha acondicionada em latas (chegou-se a falar de 24 toneladas), cuja qualidade passou imediatamente a ser louvada como modelar. A expressão “da lata” passou não só a designar a boa maconha em geral, como também se estendeu para indicar tudo o que seria de qualidade superior, especial ou excelente. As “latas” viraram inclusive estampas de camiseta, vinhetas de emissoras de rádio e temas carnavalescos no verão de 1988⁵. Este caso, aliás, apenas acrescenta mais um exemplo à série de expressões ligadas originalmente ao consumo de maconha que depois se universalizaram na fala de certos segmentos jovens urbanos — como “massa” (de “massa real”, a melhor porção da maconha) — equivalente a “legal” ou “ótimo” — ou “palha” (os talos e cabelos da maconha ruim) — sinônimo de “mentira” ou “falsificação”, etc.

Os usuários experientes cultivam certas práticas para acondicionar, conservar e tratar a maconha. Procura-se em geral guardá-la de modo a não expô-la à luz, envolta em plástico ou papel laminado. Muito comum é a utilização dos pequenos cilindros negros de plástico, que servem de embalagens para filmes fotográficos, como recipientes para acondicionar a erva. Algumas técnicas para “recuperar” porções envelhecidas de maconha foram relatadas: respingar bebida alcoólica, ou mel ou deixá-la sob o sereno. São básica-

mente modos de reidratar porções ressecadas e torná-las mais agradáveis ao consumo. A prática de deixar a erva sob o sereno é, aliás, parte do processo de cortume empregado para liberar a atividade química do THC durante a preparação da cannabis para distribuição no mercado⁶.

Notas

1 Uma síntese dos aspectos sociojurídicos da maconha no Brasil pode ser encontrada em Toron (1985). Parte do debate recente sobre tráfico e consumo de psicotrópicos ilegais pode ser encontrado em matérias e editoriais jornalísticos. Ver, por exemplo; “Drogas – orientação social, um caminho a ser seguido”, O Estado de S. Paulo, 20-3-1988, p. 55-56; “A proposta dos 32” Folha de S. Paulo, 8-12-87, p. A-2. Este último é um editorial que critica explicitamente a ampliação de penalidade sobre o oferecimento gratuito, entre amigos, de pequenas quantidades de substâncias psicotrópicas ilegais.

2 Segundo matéria jornalística recente, “no Brasil, a média de apreensão de maconha gira em torno de 30 toneladas mensais, o que equivale a 360 toneladas anuais de maconha apreendidas pela polícia”. Mas, continua o texto, “sabe-se que a maconha apreendida pela polícia representa uma pequena fração da quantidade consumida” (Revista Caos, n.º 3, p.66).

3 Essa distinção faz-nos lembrar outra vez a oposição estabelecida por Cavalcanti (1988), entre os maconheiros white-collar e “bandeireros”.

4 Iglésias, 1918, considerava ser o cachimbo o modo predileto de consumir maconha. Esse cachimbo, de origem africana e chamado de “marica”, ainda pode ser encontrado ocasionalmente. Eis a descrição dada por Iglésias de um desses cachimbos que segue o mesmo princípio do “narguilé” árabe:

“O instrumento usado para se fumar a maconha é um cachimbo de argila com um longo canudo de bambu ou taquari, que atravessa uma pequena cabeça cheia de água, onde o jato de fumo se resfria, antes de penetrar na boca do fumador”. (Brandão apud Iglésias, 1986: 45).

5 Folha de S. Paulo, 21-1-1988, p. A19

6 Sobre o processo de plantio, colheita, ressecamento e cortume da maconha ver Henman, 1986:106-7, e a matéria “Maconha: um mapa”. Revista Caos, n.º 3, p. 60-67.

O consumo da maconha associado a outras atividades sociais e efeitos sobre o psiquismo

Um de nossos interesses foi conhecer os efeitos provocados pelo uso da cannabis sobre atividades como trabalhar, dirigir, manter relações sexuais, criar, dormir. Vimos que, uma vez criada certa familiaridade com a maconha, o usuário aprende a controlar seus efeitos ou, então, a programar seu uso de tal forma que não venha a ter consequências negativas sobre suas atividades cotidianas. Os entrevistados mostraram-se conscientes de uma variada série de possíveis seqüelas imediatas do ato de fumar maconha, tais como: sonolência, dispersão da atenção, alterações na orientação temporal, espacial e motora, perda de objetividade no pensamento. Essas seqüelas incluíam algumas sensações físicas desagradáveis, como queda de pressão, taquicardia e tremedeira. Como já vimos, é bastante generalizado o relato de que, apesar de inicialmente ser comum o hábito de fumar antes ou durante o trabalho ou o estudo, com o passar do tempo tal prática vem a ser abandonada, por interferir na execução de tarefas que requerem atenção ou habilidade motora. Para lidar com os efeitos desagradáveis, os usuários se valem de artifícios simples, tais como: selecionar os ambientes e as ocasiões para o uso; moderar a quantidade consumida; evitar a lassidão com o uso de algum estimulante (caféina) ou álcool; suspender o uso da maconha por algum tempo.

Para os usuários, há certas atividades que parecem ser favorecidas pela cannabis — como ouvir música, dançar ou desenhar — e costumam ser precedidas por um baseado. De uma forma ou de outra, esse favorecimento é interpretado em termos de amplificação e aprimoramento da sensibilidade e da percepção.

O aumento da percepção tátil é mencionado por quase todos, e seu corolário parece ser uma intensificação do prazer sexual e do desejo. Nas palavras de uma das entrevistadas:

“Nada dá maior tesão. Você fica mais... eu acho que aguça a tua sensibilidade. Então para trepar é ótimo. Para você tocar as pessoas é uma maravilha. Fumando você viaja muito mais. É como se você estivesse sentindo mais as coisas. Para mim aguça para caramba minha sensibilidade”. (Teresa, BA)

Alguns sugerem que a cannabis provocaria relaxamento e desprendimento das preocupações corriqueiras, de modo a possibilitar maior grau de introspecção, atenção a detalhes e estabelecimento de associação entre percepções, idéias e sentimentos normalmente vistos como desconectados ou irrelevantes entre si. Assim, os entrevistados são levados a sentir que a maconha “abre canais”, aguça a criatividade, solta a imaginação e a “intuição”, acentua a percepção do ambiente físico e dos sentimentos pessoais e contribui para o “autoconhecimento”. Vejamos algumas falas:

“Quando estou com a maconha e pego uma questão, eu me concentro mais, daí eu consigo tirar muito mais conclusões e ir mais fundo em determinadas coisas do que normalmente. Então, é isso que eu chamo de efeito terapêutico, às vezes ela promove associações muito interessantes dentro de minha vida, dentro do mundo, da minha relação com as pessoas, da minha relação comigo mesma”. (Tieta, BA)

É grande o efeito benéfico da maconha, não só para o corpo, que é um relaxamento muito necessário para a vida que a gente leva, como também esse aspecto de ser uma ferramenta para o autoconhecimento, de ter *insights* ... Ela te facilita, você retorna da experiência enriquecido, se conhecendo muito mais.” (Joana, SP)

“Dá uma fumadinha, relaxa, dilata, tem muito a ver com dilatar... Às vezes, depois de exercícios que exigem muita disciplina, concentração, análise, eu gosto de usar para dar uma dissolvida na cabeça. Às vezes, com o fumo a cabeça fica mais

rápida, faz associações mais inesperadas. Às vezes é inspirador: pra desenhar, tocar, é ótimo, tem afinidade. Pra escrever; às vezes estou escrevendo uma coisa que exige muita concentração. Então, depois que eu estou um monte de tempo naquilo, de repente, fumar às vezes dá um salto, descondiciona da linha em que você estava preso, e acho que se você sabe se utilizar disso, é até um fator criativo... Acho interessante como a maconha inspira a favor coisas inabituais. Isso eu acho saudável para a percepção, como se limpasse um pouco os canais... Sensorialmente, pra ouvir, ver cinema, é uma coisa muito atraente. Ou ver natureza. Às vezes, você tem percepções interessantes das pessoas, de rosto, de expressão. Você fica muito sensível aos climas, aos estados das pessoas, e mais sensível a todos os seus problemas, também.” (Adalberto, SP)

Notamos também uma tendência a direcionar diferentemente as experiências com a cannabis conforme se dêem em grandes reuniões sociais ou em situações mais íntimas. Em reuniões sociais, seu uso é comparado ao álcool, acrescentando-se que certas atividades nesses contextos são melhor desfrutadas sob efeito – dançar é o caso mais típico. Já nas ocasiões de maior intimidade, incluindo o uso solitário, são ressaltados os efeitos relacionados à introspecção e à percepção diferenciada do ambiente.

Maconha e criatividade

A discussão a respeito dos efeitos da cannabis sobre a imaginação e a criatividade vem de longa data. Tornou-se famoso o “Clube dos Haxixins”, criado em 1840, na França, por artistas do calibre de Théophile Gautier, Baudelaire, Alexandre Dumas e Gerard de Nerval. Aos testemunhos destes (Gauthier, 1987; Baudelaire, 1986) vieram, mais tarde, se juntar as exaltações à cannabis feitas por Rimbaud, Benjamin, Kerouak, Allen Ginsberg, John Lennon e muitos outros. Embora alguns estudiosos, como o psiquiatra Sonnenreich (1982; 54) afirmem que a droga nunca poderia substituir o talento na produção artística, são corriqueiras afirmações dos nossos en-

trevistados no sentido de a canabis propiciar experiências capazes de alterar as concepções normalmente mantidas a respeito do mundo. Walter Benjamin (1984), entre outros, corroborou esse ponto de vista.

Note-se que, nas falas de entrevistados reproduzidas acima, são utilizadas expressões como “a maconha inspira”, “a maconha facilita”. Nenhum dos entrevistados afirmou que a maconha possa produzir algo que já não tenha algum nível de existência latente ou virtual nas próprias pessoas. Pode-se asseverar que, para nossos entrevistados, a maconha não “inventa” nada de novo, não tira leite de pedra. Acredita-se, sim, que ela tende a acentuar o estado de espírito em que o indivíduo se encontra no momento do uso, bem como promover percepções não-ordinárias acerca de fatos e relacionamentos existentes no âmbito da convivência dos sujeitos e no conjunto de suas atividades e interesses. Por isso, também, os usuários podem considerar a maconha contra-indicada em ocasiões de tensão ou depressão acentuada, embora não haja pleno consenso quanto a isso¹.

Canabis e religião

Desde a Antiguidade, uma origem divina tem sido atribuída à canabis. Os Vedas, considerados como tendo sido escritos por volta de 2000 a.C. na Índia, consideravam-na como um néctar divino, capaz de fornecer ao homem saúde, longa vida, e visões dos deuses. Fazia-se com ela um preparado, chamado Bhang, que se considerava capaz de deter o mal, trazer boa sorte e purificar o pecado. Aqueles que pisassem nas folhas da planta poderiam sofrer malefícios, e juramentos sagrados eram selados com cânhamo. Indra, deus do firmamento, tinha uma bebida predileta feita de canabis e ela era também fumada em rituais para o deus Xiva. Até hoje, os homens santos, devotos de Xiva ou de sua consorte Kali, utilizam o Bhang para ajudar a atingir os picos do ascetismo e da contemplação (Verlomme, 1978:176). Também no Tibete, a canabis era utilizada em rituais do budismo tântrico para facilitar a meditação profunda e aumentar a percepção (Schultes e Hoffman; 1987:92-101). O Zen Avesta, da Pérsia de 600 a.C., codificando os ensinamentos de

Zoroastro, menciona uma resina intoxicante que se crê que fosse proveniente do cânhamo, e os assírios já a utilizavam como incenso em 90 a.C. Na África também é largamente utilizada com fins sociais e religiosos por diversos povos como os hotentotes, os bosquímanos e os kaffirs, entre outros. Os kasai do Congo a consideravam como uma divindade que protegia contra malefícios físicos e espirituais (Schultes e Hoffman, 1987:100).

Há uma controvérsia irresolvida sobre a existência ou não da canabis na América pré-colombiana e certas evidências arqueológicas parecem apontar para seu uso em tempos muito antigos (Bennett, Osbourn e Osbourn, 1995:267). O que se sabe é que atualmente a canabis desempenha um papel importante na vida religiosa de vários grupos indígenas como os cuna no Panamá e os cora no México. Os tepehua, outro povo mexicano, também a usam com o nome de Santa Rosa, em cerimônias de cura, considerando que ela atua como mediadora perante a Virgem. Os tepecanos, do noroeste do México, ocasionalmente a utilizam como substituto do peiote, chamando-a de Rosa Maria.

Martine Xiberras considera que as chamadas “práticas leves” de uso de psicotrópicos, que se encontram no pólo oposto ao da submissão às substâncias (as “práticas pesadas”), tentam resgatar intuitivamente conhecimentos tradicionais da droga, cujos fundamentos se encontram enraizados em um passado antigo que não é alcançado pela memória curta das toxicomanias modernas. Estas práticas estariam atualmente esvaziadas de qualquer conteúdo teórico ou ideológico, mas, sem se dar conta, o consumidor moderno entra em estados alterados de consciência, transe ou êxtase, que inúmeros povos e culturas experimentaram durante muito tempo. O uso desses produtos conduz sempre à mesma experiência ancestral do mundo: uma comunicação muito amplificada, o impacto do coletivo sobre as paixões individuais, a sensação de união e de comunhão com o cosmo como um todo. A partir das descrições dos fumantes de canabis se poderia chamar essa experiência de “intersubjetividade transcendental”. A partir da entrada em estado de transe a extrema sensibilidade a todas as percepções leva, por assim dizer, à penetração na alma dos outros sujeitos. Se o outro sujeito se encontra no mesmo estado, a comunicação se estabele-

ce sem nenhum obstáculo. Se há vários outros, o ambiente geral começa a vibrar em uníssono, e as paixões e os sentimentos atingem os corações de todos, como se estivessem no centro da consciência coletiva (Xiberras; 1989:155-159).

Xiberras, vivendo na França, crê que essa experiência de união cósmica, vivida pela juventude ocidental, perdeu o conteúdo místico que tinha em outras culturas, mas embora isso seja, em grande parte, verdadeiro no Brasil urbano também, aqui há exceções, pois entre nós o uso religioso da canabis é muito raro, mas existe. Até poucos anos atrás, conforme relatório do Confen, era usada sob o nome de “Santa Maria” na “Colônia Cinco Mil”, uma das vertentes do culto acreano do Santo Daime, como é conhecida a bebida enteógena ayahuasca. Seus adeptos porém insistem que “a Santa Maria não é maconha”, e utilizando uma terminologia diferente daquela normalmente utilizada pelos “maconheiros”, tanto para a planta em si quanto para outras palavras relacionadas ao seu uso (“pitar” e não “fumar”; “papelim” e não “seda”; “mariano” e não “maconheiro”; por exemplo), enfatizam a diferente natureza do uso ritual em relação ao uso “não consagrado”.

Porém as autoridades não quiseram reconhecer o status sagrado desse uso e a insistência dos daimistas da “Colônia Cinco Mil” em suas práticas propiciou o início de uma feroz campanha repressiva por parte da Polícia Federal, levando a intranqüilidade e o estigma a cerca de dez outros centros do culto em Rio Branco, onde somente o “daime” era utilizado. Em consequência dessa associação entre o uso ritual dessas duas substâncias psicoativas de origem vegetal, a própria ayahuasca foi incluída na lista do DIMED de entorpecentes e psicotrópicos de uso proscrito. Essa situação só veio a se alterar, algum tempo depois, quando o Confen recomendou a liberação para uso ritual da ayahuasca mediante um acordo de cavalheiros com líderes da religião, de que a canabis deixaria de ser usada em suas cerimônias (MacRae; 1992:72 e Sá; 1987). Mas a Santa Maria continua a ser considerada sagrada pelos seguidores dessa vertente do Santo Daime (embora seja veementemente rejeitada por daimistas de outras “linhas” e por adeptos de outras religiões ayahuasqueiras). Isso dificulta a proscricção do seu uso por parte desses daimistas, mesmo em se tratando do uso extra-ritual, o único atualmente pos-

sível. Essa desritualização compulsória acaba por ter um efeito contraproducente de somente enfraquecer a atuação do sistema de valores, regras de conduta e rituais sociais da doutrina religiosa que o disciplinaria, sem, de fato, conseguir impedir o consumo.²

É também objeto de polêmica a utilização da canabis nos cultos afro-brasileiros, e os escritos antropológicos sobre o assunto são marcados pela ambigüidade, notando-se certo movimento de dissimulação/ocultação a seu respeito, muitas vezes atribuindo-o aos catimbós de origem indígena. Essa postura, inspirada provavelmente pelo desejo de mostrar a respeitabilidade da cultura negra, provocou simpatizantes das causas indígenas a enfatizar, por sua vez, a origem africana desse costume religioso estigmatizado. Dois dos entrevistados baianos falaram sobre o uso de folhas de canabis como oferenda ao orixá Exu em certos rituais do candomblé e há também referências à sua consagração a Oxalá. Mas, em geral, o “povo de santo”, sempre cioso dos segredos de sua religião e da necessidade de cultivar uma imagem “respeitável”, costuma negar qualquer informação sobre o tema.

Também é notória a utilização da ganja por parte dos rastafarianos da Jamaica, que a têm como parte inseparável do seu culto, desde a década de '40, como auxiliar de meditação (Barrett, 1988:128-136). Entre os rastafarianos da Bahia, também é bastante apreciado, embora não seja objeto de uso ritual, se tomarmos a noção de ritual estritamente vinculada às práticas religiosas. Porém, há varias atitudes, correntes entre eles, influenciadas por princípios de religiosidade e ocasionalmente alguns rastas associam atitude e a relação que mantêm com a canabis às experiências de caráter místico, religioso e sensorial (Cunha, 1991).

Mas o emprego religioso da canabis no Brasil, além de pouco comum, continua sendo objeto de polêmica e dissimulação, devido à sua ilegalidade, o que dificulta a consolidação de rituais públicos de uso. Não deixa de ser irônico pensar que a política proibicionista neste caso age de maneira contraproducente em relação ao controle do seu consumo. Pela sua vã insistência na proscricção absoluta, deixa de mobilizar os poderosos controles rituais e os sociais informais de que dispõe organizações religiosas como as do rastafarianismo e do Santo Daime. Estas são conhecidas pelos seus

princípios puritanos e pela eficácia da sua regulamentação, às vezes bastante rígida, de outros aspectos do comportamento de seus adeptos; como no uso de bebidas alcóolicas e na estruturação de suas vidas sexuais.

Maconha , lassidão e a síndrome amotivacional

Os relatos sobre o uso da maconha mencionam com frequência seus efeitos “calmantes” e hipnóticos. Todos os nossos entrevistados se mostraram cientes dessas conseqüências, dizendo que a maconha produz lassidão, faz “capotar” ou propicia um sono gostoso. Crisântemo (SP) até afirmou que, durante certa época, chegou a usar a maconha regularmente para dormir. Esse tipo de efeito já foi constatado em numerosos estudos psicofarmacológicos. Carlini, por exemplo, constatou a ação hipnótica não só do Delta-9-THC mais também do canabidiol (CBD), ambos presentes na maconha (Carlini, 1986: 77). Porém, estudos efetuados na Costa Rica entre usuários crônicos não constataram maiores alterações nos padrões de eletroencefalograma durante o sono, também não sendo encontrada qualquer evidência clara de alteração morfológica causada pela cannabis ao cérebro (Institute of Medicine, 1982: 84 e 89).

Outra questão frequentemente levantada quanto ao uso da substância diz respeito à chamada “síndrome amotivacional”. Esta é abordada em um dossiê publicado pela organização francesa Toxibase³, em 1995, com uma ampla revisão da literatura científica atual sobre os efeitos da cannabis em seres humanos. Lá a síndrome é concebida como uma maneira de alheamento existencial, apresentando um constante déficit mnésico, e embotamento afetivo e intelectual. Essa síndrome é considerada como especialmente afeita à adolescência, levando o indivíduo a voltar-se sobre si mesmo e seu mundo onírico, proporcionando uma instabilidade de humor e melancolia. O indivíduo se mostra frequentemente marginalizado e em confusão psicológica. A autonomia dessa síndrome é atualmente bastante discutida por estudiosos, mas continua, apesar disso, a evocar as manifestações classicamente observadas entre usuários crônicos (Toxibase, 1995:12).

Os usuários observados para este estudo já não eram mais adolescentes, e seu uso, geralmente regido por controles sociais informais e por regras de uso pessoais, raramente interferia com seus compromissos sociais ou com seus objetivos de vida. Isso era de se esperar, já que a observação foi realizada entre pessoas já previamente selecionadas pela sua boa integração social, mas, de toda forma, serve para corroborar a idéia de que essa síndrome não é característica típica dos usuários, especialmente em se tratando de adultos.

Maconha e memória

Entre usuários de cannabis é bastante comum a referência jocosa à “queima de neurônios” que, segundo divulgam certos adeptos de técnicas de prevenção através do amedrontamento, seria provocada pelo costume de usar a maconha. Poucos usuários realmente acreditam nessa possibilidade, que entre cientistas não encontra defensores, mas quando se referem a ela, muitas vezes estão de fato aludindo a perturbações de memória, freqüentemente reportadas.

A publicação da Toxibase aborda a questão das alterações provocadas na memória, afirmando que distúrbios da memória são discretos. Estes são reportados com maior freqüência nos Estados Unidos, paralelamente ao aumento da concentração média de THC na droga disponível no mercado clandestino. Segundo o dossiê, os estudos são bastante contraditórios e dizem respeito a um tema difícil de avaliar de maneira objetiva. Oscilam entre aqueles que não detectam nenhuma alteração a outros que tendem a alegar uma perda intelectual importante. Todavia, a maioria desses estudos estariam maculados por erros metodológicos que lançariam dúvidas sobre seus resultados. Porém o dossiê termina por concluir que o uso regular de cannabis, mesmo por curto período, induz perturbações da memória imediata, problemas que podem persistir mesmo após alguma semanas de abstinência. Além disso, essa consequência do uso da substância seria potencializada pela sua freqüente associação ao uso do álcool. A atuação da cannabis sobre a

memória seria, sem dúvida, a mais preocupante, e os estudos apresentando resultados negativos quanto a esse efeito teriam sido realizados junto a populações não representativas. Dependeria da dosagem, e sua importância seria a mesma apresentada pelo uso do álcool (Toxibase; 1995: 11) .

Confirmando o que já havia sido constatado na nossa convivência com usuários de cannabis, vários entrevistados se referiram a efeitos adversos que o uso da maconha teria sobre a memória. De fato, essa seria a única consequência negativa duradoura percebida, uma vez que as outras são concebidas como parte do “barato” e, portanto, temporárias. Experimentos realizados para verificar empiricamente a relação entre o uso da maconha e dificuldades de memória têm confirmado essa constatação (ver Ferraro, 1980). Infelizmente, tais estudos se concentram sobre os efeitos da intoxicação durante o aprendizado ou a recordação, e não sobre as perturbações registradas quando o usuário está sóbrio e encontra dificuldades em recordar material também memorizado nesse estado.

Maconha e a condução de veículos

Uma das argumentações levantadas com maior frequência contra o relaxamento das proibições à maconha diz respeito ao perigo que viriam a representar motoristas que fumam e dirigem. Segundo Arnao, vários estudos têm indicado a ocorrência de alterações na habilidade de motoristas provocados pelo uso da cannabis, embora esta ainda pareça ser menos perturbadora que o álcool (Arnao, 1980; 86-91).

Uma pesquisa multicêntrica, realizada para a ABDETRAN pelo CETAD/UFBA e o Instituto RAID de Pernambuco com vítimas de acidentes de trânsito em Recife, Salvador, Brasília e Curitiba, detectou, através de testes de urina, que 7,3% haviam feito uso de maconha. Mas fica difícil atribuir a causa de seus acidentes diretamente a esse fato, uma vez que foram adotados limites de detecção para todas as substâncias analisadas indicativos de valores de uso abaixo daqueles capazes de produzir manifestações psicoativas importantes, conforme admite o próprio relatório. Deve-se também levar em conta que a presença de metabolitos dos canabinóis pode

ser detectada na urina até duas semanas após o uso, ou seja, muito tempo após cessarem seus efeitos psicomotores. Além disso a pesquisa deixou de discriminar o nível de alcoolismo ou de presença de outras drogas desses usuários de maconha, tornando impossível determinar se, nos casos em que houvesse comprometimento das faculdades psicomotoras, se isso se deveria ao uso dessa substância ou de outra, como o álcool, por exemplo (ABDETRAN, 1997).

O já citado dossiê preparado pela Toxibase cita numerosas pesquisas consagradas ao tema, freqüentemente apresentando resultados contraditórios. Seria difícil interpretar os resultados da medida de taxas de THC e de seu metabolito psicoativo junto a motoristas que a consomem de forma muito ocasional, mas as observações seriam mais fáceis com sujeitos que a usam regularmente. Estima-se que o risco de acidente após um consumo de dose elevada de cannabis seja multiplicado por entre 2 e 3,5, sempre com base em estudos pontuais. De fato, encontra-se uma grande prevalência de THC nos fluidos biológicos de motoristas implicados em acidentes de trânsito, mas nunca se demonstrou um aumento no número de acidentes atribuíveis a um aumento do consumo de cannabis por uma dada população. O uso de cannabis antes de se tomar a direção de um veículo apresenta, portanto, riscos reais, mas estes são considerados por diversos autores como menores que os apresentados pelo álcool. Alguns até chegam a questionar se o custo social provocado pela ameaça de controles sobre os motoristas seria compensado por um benefício verdadeiro.

Não haveria nenhum estudo provando, de maneira indiscutível, que se possa atribuir somente ao uso da cannabis acidentes que ocorrem com operários que trabalham com máquinas. Igualmente, o uso de cannabis não aumentaria a incidência de faltas ao trabalho nem faria diminuir o rendimento (Toxibase, 1995:9)

Nenhum dos nossos entrevistados afirmou que deixaria de tomar a direção de um veículo se estivesse “de barato”, mesmo reconhecendo as dificuldades que essa condição dá ao ato de guiar. Porém, mais do que uma acusação contra a maconha, isso espelha a irresponsabilidade do motorista em geral, sempre disposto a tomar o volante de um veículo mesmo sob o efeito de bebida, tranqüilizantes, barbitúricos e outros medicamentos com efeitos psicoativos ou

simplesmente do cansaço. Neste caso reprimir a maconha parece ser menos eficaz do que promover campanhas intensivas de educação para o trânsito.

Notas

1 Há grande proximidade entre o ponto de vista dos usuários sobre os efeitos da cannabis nos estados de ânimo particulares e a imagem de Baudelaire lembrada por Masur (1987: 64): “O haxixe será, para as impressões e os pensamentos familiares do homem, um espelho que aumenta, mas um simples espelho”.

2 Atualmente, no processo de expansão da religião para outros países, na Holanda, onde o uso da cannabis é tolerado, o culto da Santa Maria é realizado por daimistas locais.

3 Toxibase é um importante banco de dados francês reunindo textos produzidos em toda a Europa. Através de convênio com alguns centros de referência brasileiros, este material está disponível para consulta, entre eles o CETAD/UFBA.

Tolerância, padrões de consumo e a hipótese da "escalada" rumo a outros psicoativos ilegais

Alguns férreos opositores da cannabis enfatizam o surgimento de tolerância e sintomas de abstinência que levariam a um uso mais freqüente e em dosagens sempre maiores (ver, por exemplo, Nahas, 1984). Nossos entrevistados reconhecem, em alguns casos, o surgimento de uma certa tolerância a uma amostra específica de maconha. Esta tolerância, porém, não pode ser satisfatoriamente eliminada pelo simples recurso a dosagens maiores. Recorre-se, então, ao consumo de uma amostra diferente da substância. Isso pode ser melhor entendido se lembrarmos da enorme variação no nível Delta-9-THC encontrado em diferentes amostras de maconha¹. Assim como oscilam os níveis desse agente ativo, também variam os níveis dos outros componentes da maconha (canabidionóides), os quais, embora incapazes de desencadear efeitos alucinogênicos, possivelmente interagem de tal modo que seu efeito global demonstra certa heterogeneidade (ver Petersen, 1980: 12). Nessa hipótese, talvez a tolerância desenvolvida pelo usuário seja relativa a uma dada combinação de componentes, e pudesse desaparecer perante uma ligeira alteração nos níveis dos princípios ativos.

O histórico de uso de maconha relatado por nossos entrevistados, certamente não demonstra um constante aumento de doses. Pelo contrário, todos se dizem satisfeitos com seu relacionamento com a cannabis e, depois de certo tempo de uso, desenvolveram um padrão estável de consumo, cuja eventual alteração depende mais de fatores socioculturais do que das propriedades intrínsecas à composição química da erva.

Uma pesquisa realizada entre 50 estudantes da USP usuários de maconha confirma essa idéia. A influência de amigos, a saída da casa paterna, viagens e crises pessoais foram fatores considerados conducentes ao aumento no uso, enquanto o compromisso acadêmico ou profissional servia como redutor. A repressão legal não apareceu aí como fator importante na redução do consumo. A maioria dos entrevistados relatou a perspectiva de manter, no futuro, o mesmo nível de uso da maconha ou reduzi-lo ligeiramente. Quanto a padrões de uso, o principal dado obtido foi a emergência de duas tendências principais. Uma delas mostrava os sujeitos aumentando seu consumo até o ponto de saturação, seguindo-se então um processo de redução. Essa redução era geralmente associada ao aparecimento de novos interesses acadêmicos ou profissionais. O outro padrão observado era mais durável, elevado e estável, mas as autoras da pesquisa especulam que, no futuro, esse uso também venha a seguir o curso do padrão precedente, onde o nível de consumo diminui gradativamente sem acarretar interrupção. As autoras pensam também que, levando em consideração o fato de que se trata de uma população adaptada e integrada à sociedade, esse consumo elevado possa se prolongar ainda por muito tempo sem trazer conseqüências pessoais ou sociais mais sérias. Há também relatos de uso leve, prolongado e estável da maconha. Estes, embora quantitativamente poucos, apontam para a possibilidade de uma convivência com a maconha em que a “droga” tenha pouca relevância no contexto de vida do sujeito, de maneira análoga ao uso social do álcool (Magalhães e Barros, 1988: 7).

Verificamos em nossas entrevistas períodos de interrupção voluntária do uso da maconha. Em parte tal atitude se deve ao interesse em lidar com algum efeito desagradável que o usuário associe eventualmente ao consumo constante da canabis. Parece também que, às vezes, os usuários reagem às reiteradas mensagens antidroga e preocupam-se em certificar de que não estão “viciados” ou sujeitos a algum tipo de síndrome de abstinência de ordem psíquica ou física, suspendendo o uso por dias ou semanas. Afora essas interrupções voluntárias, todos estão sujeitos aos período em que a maconha escasseia ou ocasionalmente desaparece por completo do mercado. Como já salientamos, os entrevistados são unânimes em declarar que não experimentam qualquer sensação de mal-estar ou de “fissura” nessas situações.

Nossos entrevistados não acreditam que a maconha seja prejudicial a médio ou longo prazo. Alguns opinam que ela “faz bem” — um até teceu considerações sobre um possível efeito rejuvenescedor. Os partidários de que a maconha “faz bem” afirmaram que, com o passar do tempo, aprende-se a ter uma relação “saudável” com a erva. Os efeitos desagradáveis foram atribuídos ou a potencialidades já latentes no próprio usuário, ou a fatores de ordem social resultantes da política oficial de repressão ao uso. O principal exemplo desse tipo de efeito negativo seria a “paranóia”, o medo exagerado que tipicamente acomete certos indivíduos sob o efeito da cannabis, atemorizados com a possibilidade de virem a cair nas mãos da polícia. Como já ressaltamos, essa visão da inocuidade da maconha encontra respaldo científico em muitos dos estudos médicos e psicofarmacológicos realizados recentemente.²

Hoje está bastante difundida a noção de que a maconha é relativamente inócua, mas permanece um grave receio. Diz-se que é uma “droga liminar” ou “o primeiro degrau na escalada para o vício”. Argumenta-se que o seu uso levaria a uma dependência e a uma eventual tolerância. Depois de se viciar na cannabis, o sujeito se tornaria insatisfeito com o gradual desaparecimento das sensações prazerosas oferecidas inicialmente. Passaria então a procurar outras “drogas” cada vez mais fortes e perigosas.

A questão da tolerância à maconha já foi tratada acima: sua constatação científica é escassa e os usuários entrevistados, embora registrem tolerância para uma amostra específica da planta, não deixam de sentir efeitos prazerosos com erva de outra procedência ou, então, após um breve período de abstinência.

Apesar de nossos entrevistados terem feito ou continuarem fazendo uso de outros psicoativos além da maconha, o padrão observado é o de um ocasional desejo por variação dentro de uma gama de substâncias usadas numa mesma rede social: cocaína, ácido lisérgico (ou assemelhado) e cogumelos. Como assinalamos, todos eles demonstraram certa afiliação a um ideário que poderíamos chamar de “naturalista”, rejeitando enlatados e produtos percebidos contendo muita “química”, incluindo-se aí remédios convencionalmente encontrados em farmácias. A maioria enfatizou também sua repulsa a qualquer tipo de droga injetável.

Convém lembrar que a “hipótese da escalada” se desenvolveu basicamente na América do Norte e na Europa e se voltava a uma tentativa de explicar a origem da heroínomania, que se apresenta como grave problema nesses lugares. Na defesa dessa hipótese são citados estudos como o de uma Comissão de Inquérito americana, que constatou que 50% dos consumidores de heroína haviam tido experiências precedentes com maconha.

Esse tipo de argumentação com base estatística é problemático, porém, por várias razões metodológicas. Em primeiro lugar, seria necessário inverter a pergunta. Seria um engano perguntar quantos heroínômanos teriam fumado maconha antes de usarem heroína. Mais próxima da verdade, uma Comissão de Inquérito canadense constatou que o alcoolismo é a forma mais freqüente de associação a opiáceos, seguida do uso intenso de barbitúricos. Isso nos levaria a argumentar, como Arnao, que a cannabis é geralmente a primeira droga ilegal, mas não a primeira substância psicoativa utilizada pelos viciados em heroína (Arnao, 1980: 105).

Mais correto seria indagar quantos usuários de maconha passam a usar heroína. Neste caso, dados americanos indicam uma incidência de 4% (apud Arnao, 1980: 101). Mas mesmo este resultado só poderia ser considerado significativo se a incidência da heroína fosse avaliada do total da população.

Além disso, uma simples correlação estatística não pode ser considerada capaz de, por si mesma, demonstrar uma relação de causa e efeito, se não for confirmada por outros dados experimentais. Experiências recentes demonstram a falta de fundamento farmacológico para o argumento da “escalada”: foi constatada que os receptores cerebrais dos opiáceos são diferentes dos receptores do THC (Arnao, 1980: 102).

Os proponentes da “teoria da escalada” enfatizam também o papel de controle monopolístico do mercado das drogas ilícitas por grupos de traficantes que usariam a maconha como isca e, depois, causariam uma escassez artificial a fim de passar a vender drogas pesadas. Nossos entrevistados acreditam que tal processo ocorre com relação à cocaína, freqüentemente comercializada nos meios onde circula a maconha. Em certas ocasiões, a cocaína parece surgir em abundância ao lado de uma escassez quase total da erva. Isso porém é usado pelos entrevistados como argumento para oficializar e regulamentar

o mercado de canabis, tirando-o das mãos dos traficantes de substâncias realmente danosas. Mas os entrevistados também colocam em questão se a escassez ocasional de maconha não possa ser devida simplesmente a um desinteresse dos traficantes pela erva em favor da cocaína, cujo comércio é mais rendoso³.

Seja como for, o argumento de que a tolerância com relação à maconha conduz inexoravelmente à procura de psicoativos mais fortes ignora as diferenças qualitativas entre substâncias precariamente rotuladas como “drogas” – diferenças estas às quais os usuários são bem atentos e cientes. Na realidade, os efeitos da maconha e da heroína são totalmente diferentes, o que torna bastante improvável que se procure, na última, um produto cuja maior potência neutralizaria uma suposta tolerância à primeira. Não parece haver também, necessariamente, grande empatia entre usuários de uma e de outra substância⁴. Com relação à maconha e cocaína, também há distinção significativa entre suas propriedades: a maconha é um fármaco ambíguo, tendendo a desencadear um estado de relaxamento, contemplação e introspecção, enquanto a cocaína é um poderoso estimulante. Apesar de maconha e cocaína serem freqüentemente encontráveis na mesma rede social, cada uma tem seus adeptos que — embora dispostos a variar ocasionalmente, fazendo uso de ambas, tendem a manter sua preferência por uma ou por outra.

Discutindo a questão da escalada Arnao enumera uma série de fatores individuais, sociais e políticos que devem ser levados em conta: predisposição individual, fatores sociais e fatores políticos. (Arnao, 1980: 105 - 106)

“Predisposição individual - Certos indivíduos teriam uma predisposição à busca de alterações no estado de espírito através de substâncias psicotrópicas. A maioria das pesquisas sobre o uso de outros psicoativos por parte de viciados em heroína aponta a incidência maior de consumo de álcool e de tabaco do que de canabis. Vale recordar aqui que a teoria da escalada foi originalmente lançada por uma organização americana nos anos 30 com a argumentação de que a escalada em direção à dependência física partia inevitavelmente do tabaco, passando em seguida, pela maconha e terminando nos apíáceos e na seringa (Verlomme, 1978: 32).”

Na passagem de uma droga a outra é relevante o papel desempenhado pela desinformação a respeito dos diferentes efeitos e perigos representados pelas diversas substâncias. Na Bahia, durante o carnaval, por exemplo, é difundido o uso do chamado “cheirinho da loló”. Os foliões, em meio à animação da festa e inebriados pelo álcool, freqüentemente se dispõem a aspirar qualquer substância que lhes seja apresentada num pano úmido, totalmente alheios aos sérios riscos em que podem incorrer.

É relevante notar também que o descrédito em que caem as campanhas preventivas, que exageram os efeitos nocivos de substâncias como a maconha, levam à descrença generalizada sobre os perigos reais apresentados pelas diferentes drogas.

Fatores sociais – A influência do grupo social em que ocorre o uso da cannabis pode ser determinante na possibilidade de uso de outras drogas. Por exemplo, embora nos EUA negros e brancos tenham o mesmo consumo de maconha, quando passam a droga mais pesadas, usam substâncias diferentes. Nos guetos negros e hispânicos, a heroína se encontra próxima da maconha; entre universitários brancos de classe média, surgem os alucinógenos, e entre os jovens brancos de nível sócio-econômico baixo, as anfetaminas são muito populares. Entre os nossos informantes, ao lado da maconha encontram-se mais costumadamente a cocaína, os alucinógenos, o lança-perfume e o “cheirinho da Loló”.

Segundo um boletim da Organização Mundial da Saúde, “o abuso da cannabis facilita a associação de grupos sociais ou subculturais envolvidos com drogas mais pesadas como os opiáceos. A passagem para essas drogas seria uma consequência de tais associações, mas do que o uso da cannabis em si” (Bulletin of the WHO n°. 32, 1965, apud Arnao, 1980).

Fatores políticos – O próprio status ilegal do uso e do mercado da cannabis pode ser um fator de escalada, como já vimos. A criminalidade atribuída ao uso da cannabis e de outras drogas estariam relacionadas a vários fatores:

1. descrédito nas instituições – quando o sujeito constata que a maconha é menos perigosa do que diz a propaganda oficial, passa a desacreditar de toda informação veiculada sobre drogas em geral e a ter menos respeito pelas outras instituições sociais.

2. a classificação da canabis como droga – equiparando a maconha a outras substâncias mais pesadas, estas se tornam mais familiares e menos temíveis.

3. contato com o mercado ilícito de drogas – aproxima os consumidores da maconha a outras drogas mais pesadas.

Arnao conclui por considerar que a escalada da canabis à heroína não é determinada por características intrínsecas à primeira, mas por fatores individuais e sociais. Tanto o heroínômano dependente quanto a sociedade acham no conceito de escalada uma explicação aparentemente válida para o uso de drogas mais fortes, o que torna desnecessário procurar um entendimento mais profundo e talvez inconveniente. Assim, os toxicodependentes, ao atribuírem à canabis um papel determinante no início do seu uso de psicoativos mais danosos, liberam-se da necessidade de analisar os complexos fatores subjetivos que estão freqüentemente na raiz de sua conduta. Para a sociedade, a hipótese da escalada permite minimizar ou ignorar os complexos fatores sociais e políticos essenciais na difusão da heroína e fornece o alibi para a repressão aos consumidores de canabis.

Finalmente, vale a pena considerar alguns dos resultados da aplicação da política holandesa que optou por tratar como lícita a venda de pequenas quantidades de maconha e haxixe a usuários. Como se sabe, naquele país um decreto delimitou, desde 1976, uma distinção entre drogas pesadas e drogas leves. Estas seriam a canabis e seus produtos e a posse de até 30 gramas destas é considerada ofensa sumária e não leva a processo criminal.

A posse de mais de 30 gramas de drogas leves ou de qualquer quantidade de drogas pesadas é considerada crime, assim como a importação, exportação, produção, venda e transporte de drogas tanto leves quanto pesadas. Na prática, não se instauram processos criminais nos casos em que drogas leves são vendidas para uso pesso-

al em certos cafés, previamente autorizados, conhecidos como coffee shops, desde que certas condições estritas sejam observadas. Há evidência do sucesso da separação dos mercados no fato de que muito poucos jovens que usam drogas leves na Holanda passam a usar drogas pesadas. A discriminação da posse drogas não tem levado a um aumento no seu uso (UNDCP 1996). As coffee shops pagam impostos formais produzindo abundantes fundos que são destinados à prevenção e tratamento do abuso de drogas (Escohotado 1997:19). Estes contribuem para que a Holanda tenha a melhor rede de assistência do mundo para alcoólicos e outros toxicômanos. Proporcionando assessoria e cuidados gratuitos a cerca de 90% desses casos.

Dados sobre o uso de cannabis em Amsterdã entre 1987 e 1994 mostram que ele se manteve estável. Embora experiência na vida tenha subido de 23 a 29% da população, a prevalência do uso nos últimos 12 meses e 30 dias permaneceu estável em 10% e 6%. A média de idade de início de uso também permaneceu estável, em torno dos 20 anos e a idade quando uso foi feito nos últimos 30 dias é entre 15 e 35 anos. Fora dessa faixa o uso em Amsterdã é muito raro.

Quanto ao risco de escalada ao uso de drogas pesadas, nota-se um certo “uso na vida” (4,2% de usuários de cannabis usaram heroína, 21,7%, cocaína e 7,9% ecstasy), apontando para um uso experimental, mas os dados de uso nos últimos 30 dias, muito mais indicativos de um uso regular, são 2% para cocaína, 0,2% heroína e 1,5 ecstasy. Assim entre os usuários de cannabis 98% não havia usado outras drogas no mês anterior às entrevistas. Isso permite que se conclua que o alegado risco de uso de outras drogas, pelos usuários de maconha de Amsterdã, seja bastante limitado (Cohen 1997:87-8).

As opiniões dos nossos entrevistados se coadunam com essas idéias. Estão de acordo que a maconha não conduz necessariamente a outros psicoativos, ressaltando que esse processo dependeria das características próprias de cada indivíduo. Quincas (BA), Tereza (BA) e Adalberto (SP) afirmaram achar que o uso da maconha pode facilitar outras experiências devido ao acesso que estabelece a usuários de outros tipos de psicoativos. A experiência com a maconha ajudaria a tirar a impressão negativa que se tem sobre o uso de “drogas” em geral e talvez aguçasse a curiosidade a respeito das diversas formas de alteração da consciência obtidas pelo uso de outras substâncias.

Todos os entrevistados declaram-se satisfeitos com o uso que fazem da cannabis, mostrando-se “maconheiros impenitentes” e grandes defensores do consumo da substância. Estas opiniões marcam um forte contraponto aos trabalhos realizados entre toxicômanos sob tratamento e que freqüentemente abjuram todos os “tóxicos”, culpando a maconha por colocá-los no “caminho do vício”, numa escalada irrefreável em direção a “drogas pesadas”. O contraste entre essas posições talvez seja devido às maneiras diferentes dos indivíduos dos dois grupos se relacionarem com os psicoativos, as quais só podem ser plenamente entendidas levando-se em conta as distinções entre as substâncias utilizadas, o estudo psicológico dos indivíduos e o contexto sociocultural de suas práticas.

Notas

1 Segundo a matéria jornalística “Maconha: um mapa”, a maior parte da maconha consumida no Brasil apresenta níveis bastante baixos de THC: de 0,5 a 3 ou 4%. Segundo E. A. Carlini, “uma única vez analisamos uma amostra de maconha que apresentou uma concentração de THC de 10%” (Caos, n.º 3, p. 64).

2 Carlini, por exemplo, considera que, do ponto de vista físico, é quase certo que o uso da maconha, mesmo crônico, não causa grandes distúrbios. Somente dois efeitos ocasionais estariam demonstrados acima de dúvidas: um efeito taquicordizante de 20 a 30 minutos de duração após o uso da cannabis e uma queda na taxa de testosterona, com diminuição acentuada do número de espermatozoides no líquido seminal. Estes efeitos são reversíveis, voltando os valores ao normal após a interrupção do uso da planta (Carlini, 1986: 72).

3 O valor elevado e a facilidade de transporte são, provavelmente, os principais fatores que fazem do tráfico de cocaína um negócio mais atraente e rendoso que o da maconha. A cocaína dispõe, aparentemente, de uma estrutura de tráfico muito mais rica e monopolizada. A principal preocupação da polícia, atualmente, também parece ser o tráfico de cocaína: “As investigações da Polícia Federal seguem os rastros da cocaína, e os carregamentos de maconha são apreendidos acidentalmente, junto com a cocaína ou através de denúncias” (Caos, n.º 3, p. 66). Ver também a matéria “Alta nos preços de droga indica aumento de consumo”. *Folha de S. Paulo*, 28-2-87, p.10.

4 Ver, por exemplo, Willian Burroughs relatando sua experiência com heroína em *Junky* (Burroughs, 1984). Embora cruzasse com usuários de maconha em sua rede de relações pessoais, e tivesse sido um fumante intermitente, Burroughs dirige aos “fumetas” (maconheiros) alguns comentários ácidos, como estes: “Maconheiros são gregários sensitivos e paranóicos. Se você ficar conhecido como “deprê” ou “corta-barato”, ninguém fará negócio com você. Logo vi que não ia agüentar muito tempo essas figuras (...) Fumetas são uma raça de sociáveis. Sociáveis de mais pro meu gosto”. Por outro lado, Burroughs é obviamente crítico da visão que associa a maconha a danos físicos, crime ou violência.

A maconha e a lei

Poucos entrevistados reportaram ter tido problemas sérios com a polícia devido ao seu consumo da erva. Porém, todos manifestaram temor a esse respeito, e alguns relataram histórias alarmantes sobre corrupção policial e violência física e moral (às vezes, até sexual) sofridas por amigos nas mãos dos supostos “agentes da ordem”, aos cuidados dos quais a atual legislação os expõe. São frequentes também as acusações de que os próprios policiais estariam envolvidos no tráfico e no uso da substância. Citam-se várias histórias a respeito de policiais traficantes e usuários que, apesar de conhecerem a inocuidade da maconha, por experiência própria, abusariam de seus poderes para reprimir e chantagear.

No discurso dos usuários ocorre frequentemente a inversão da visão tradicional da maconha como “o bandido”. Para eles, o grande vilão é o sistema social vigente e os valores hipócritas que promove; ou, numa outra formulação, uma cultura excessivamente racional e material onde há pouco espaço para percepções não-ordinárias.

Suas opiniões acerca dos reais motivos que levariam à criminalização da maconha expressaram perplexidade. Vários falam nas possibilidades de altos lucros advindos da proibição, e são frequentes os exemplos de corrupção policial. Alguns acreditam que os próprios legisladores, quando não são diretamente beneficiários da clandestinidade do comércio da maconha, usufruem dividendos políticos junto a um público cujo moralismo mal informado eles mesmo cuidam de insuflar. O uso meramente eleitoral da “questão das drogas” é fato bastante conhecido atualmente, tanto no plano interna-

cional — cujo exemplo máximo é a ex-primeira-dama norte-americana Nancy Reagan e sua “cruzada mundial antidroga”¹, quanto no plano doméstico — pode-se lembrar os ataques à campanha do então senador Fernando Henrique Cardoso à prefeitura de São Paulo em 1985, baseados em suas opiniões sobre a inocuidade da maconha.

Esta postura de suspeita e questionamento, por parte dos entrevistados, com relação aos motivos da criminalização da maconha, não deve ser desqualificada como reação interessada de “consumidores apologéticos”. Nossos entrevistados são, em média, relativamente bem informados, há considerável divulgação dos casos envolvendo autoridades no tráfico de psicotrópicos ilícitos, e muitos estudiosos e autoridades reconhecidas têm advogado idéias correlatas. O advogado Nilo Batista, por exemplo, considera a criminalização da maconha a decorrência lógica de um sistema legal que não atribui qualquer valor ao prazer e para o qual a saúde está na razão direta da aptidão de inserir-se no meio de produção, mesmo que através de um trabalho alienante (Batista, 1985: 112). Yvonne Maggie (Maggie, 1985: 65), Michel Misse (Misse, 1985: 50), Gilberto Velho (Velho, 1985: 89) e outros enfatizam o aspecto cultural da questão, mostrando que a criminalização do uso da cannabis se deve menos às suas propriedades psicofarmacológicas que às suas ligações percebidas ou fantasiadas com grupos sociais estigmatizados, como os negros, as camadas pobres da população e a “juventude rebelde” de classe média dos anos 60 e 70, oposta aos valores familiares em torno da sexualidade e do trabalho.

Questionados sobre a relação da maconha com atos violentos e criminosos, os entrevistados respondem com a noção usual de que a erva não cria nada, não induz o indivíduo a qualquer ato que não esteja predisposto. Observa-se ainda que a cannabis, tendendo a provocar relaxamento e contemplação, não propicia atitudes violentas.

“Nenhuma droga altera nada de sua existência, nenhuma droga altera seu estado de espírito, ela só o torna mais evidente”. (Tieta, BA)

“A maconha é um calmante, como é que pode levar o indivíduo a tomar uma atitude violenta? Eu acho que a maior

novela, a maior historinha contada entre todas sobre a maconha é essa, de que ela induz violência. Não dá pra engolir, é ridículo”. (Joana, SP)

“Maconha levar ao crime ou violência? De jeito nenhum: Até pelo contrário: pode levar você a ser vítima”... (Adalberto, SP)

Sonnenreich (1982), ao fazer um apanhado dos resultados das várias pesquisas sobre a correlação maconha-agressividade, resalta conclusões contraditórias, talvez porque tais investigações não discriminem tipos de uso e de usuários, submetendo a um mesmo rótulo indivíduos, modos e graus de consumo diversos entre si. Vale lembrar que um grande difusor da idéia de que a cannabis levaria à violência foi Harry Anslinger, chefe do Bureau of Narcotics dos EUA. Na década de 30, o Bureau colaborou diretamente na divulgação de relatos jornalísticos falsos sobre crimes hediondos que teriam sido praticados por indivíduos “enlouquecidos” pela maconha (Sloman, 1983; Becker, 1976 a).

Todos os entrevistados se manifestaram favoráveis à descriminalização da maconha. Alguns recomendaram a regulamentação do mercado, alegando que isso serviria para diminuir a criminalidade e a violência que existem em torno do tráfico e as forças de repressão não conseguem coibir. Tieta (BA) e Wolf (SP) sugeriram que seria bom poder comprar maconha em maço, industrializada. Adalberto (SP) e Joana (SP) pensam que a descriminalização poderia ser feita de forma gradual e, concomitantemente, fossem veiculadas informações honestas e desmistificadoras sobre o assunto. Já Quincas (BA), embora também favorável à descriminalização, receia que a industrialização poderia acarretar alteração da qualidade do produto, além de retirar de vez o “sabor do proibido” que deu à erva o charme da “marginalidade” e da “contestação”.

Entre os estudiosos do assunto, as opiniões não são consensuais. Alguns, como Nahas (1987) e Murad, insistem no contestável pressuposto de que a cannabis representa um grave perigo à saúde física e mental. Dessa forma, eles se colocam intransigentemente contrários a qualquer medida de liberação de seu uso.

Outros, como Carlini (1986) e Masur (1987), aprofundam a discussão dos aspectos psicofarmacológicos e contribuem para demons-

trar que o consumo regular da cannabis é relativamente inócuo ao organismo. Carlini pensa que o problema social, político e econômico representado pela cannabis é de tal ordem que a parte científica ou farmacológica da questão fica obscurecida. Declarando-se favorável a uma mudança na atual legislação — que classifica qualquer indivíduo apanhado com a erva ou como “viciado” (e portanto carente de tratamento) ou como “traficante” (merecedor de cadeia) —, ele deseja o desenvolvimento de uma compreensão legal mais adequada da figura do experimentador ocasional. Por outro lado, Carlini se coloca pessoalmente contra o uso da maconha em virtude de convicções de ordem política e social: a seu ver, o uso da cannabis anestesia na juventude a capacidade de reagir e protestar contra as desigualdades e a estrutura político-social arcaicas e ultrapassadas de países como o Brasil. Em apoio à sua opinião, Carlini recorre a observações gerais sobre a correlação entre uso crescente de drogas e sistemas políticos que excluem a participação política da juventude. Ele retoma aqui, de maneira mais matizada, a polêmica tese lançada pelo sociólogo Luciano Martins, que estabelecia um nexos entre a difusão do uso de “drogas” no Brasil dos anos 70 e a vigência do sistema político autoritário. Veio daí a expressão “geração AI-5”, para designar uma geração supostamente apolítica e alienada, mas que hoje já ocupa importantes postos na sociedade.

Já o advogado e ex-governador fluminense Nilo Batista é explicitamente a favor da descriminalização do uso da maconha. Batista argumenta que: 1. Os serviços policiais e judiciários são inaptos para lidar construtivamente até com dependentes físicos de “drogas pesadas”; 2. É questionável a incriminação da autolesão, que pode ser concebida no uso de “drogas pesadas”; 3. A incriminação mesmo indireta (como faz a lei brasileira) do uso de certos psicoativos é inconstitucional, porque conflita com convenções internacionais das quais o Brasil é signatário e através das quais se comprometeu a ministrar tratamento aos usuários de “drogas” (Batista, 1985).

Mesmo Sonenreich que, enquanto psiquiatra, crê que a maconha seja capaz, em certos casos, de levar à doença mental, afirma que o problema pertence ao campo político — social e não pode ser resolvido somente a partir da opinião dos médicos. Para ele, toda a população deve opinar a respeito. Falando como profissional, diz não

acreditar que as leis punitivas contra o usuário possam atenuar o mal eventualmente representado pelo consumo de psicoativos ilegais, de modo que não as considera úteis. Sonnenreich acrescenta que é difícil entender a proibição da maconha enquanto o álcool é amplamente propagandeado e consumido (Sonnenreich, 1982: 166).

Abordando a questão do ponto de vista socio-cultural, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) aprovou por unanimidade, em 1984, uma moção que incluía o pleiteamento da criação de um grupo de trabalho específico para discutir e divulgar estudos sobre o uso da Cannabis sativa em diferentes segmentos da sociedade brasileira, além de pedir sua descriminalização.²

Notas

1 Nancy Reagan conseguiu, através da organização da “cruzada antidroga”, superar a antipatia da opinião pública norte-americana a sua personalidade e influência junto ao presidente Reagan, nos anos 80.

2 A seguinte moção foi aprovada por unanimidade na XIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em Brasília, DF, a 18.04.1984:

1º) Considerando que o uso da Cannabis sativa é prática tradicional em diversos segmentos da sociedade brasileira, tanto entre populações indígenas quanto na zona rural e urbana;

2º) Considerando que as pesquisas científicas, tanto nacionais quanto internacionais, relativas ao uso da Cannabis sativa, não comprovam que seu uso implique dependência nem provoque obrigatoriamente danos sociais;

3º) Considerando que a experiência de outros países que adotaram política liberal quanto ao uso da Cannabis sativa revela menos prejuízos sociais e pessoais do que nos países onde seu uso constitui crime.

A Associação Brasileira de Antropologia decide:

1º) Promover a criação de um grupo de trabalho específico que reúna pesquisadores interessados em discutir e divulgar trabalhos sobre o uso da Cannabis sativa em diferentes segmentos da sociedade brasileira.

2º) Encaminhar ofício aos órgãos encarregados da repressão ao uso da Cannabis sativa no Brasil, incluindo cópia desta moção, pleiteando imediata descriminalização de seu uso.

Atitudes com relação às campanhas de prevenção

A questão do uso não-medicamentoso de psicoativos parece ter o poderoso dom de estimular noções fantasiosas de perseguição e catástrofe. Falando-se tanto com usuários quanto com aqueles engajados em trabalhos de prevenção, tem-se a freqüente sensação de total desconhecimento de cada parte a respeito das práticas, atitudes e intenções da outra. Por um lado, os usuários costumam atribuir motivações puramente policiaescas e repressivas aos técnicos de prevenção, ignorando que os tempos estão mudando e que hoje muitos destes, através de seu contato direto com usuários e toxicômanos, já começam a ter uma visão mais matizada sobre o assunto, incluindo-se aí freqüentemente uma noção mais realista dos defeitos da maconha.

Pelo outro lado, é ainda comum a propagação da noção de que a “droga”, qualquer que seja, é um tipo de demônio pronto a tomar posse do corpo e da alma do primeiro incauto que se aproxima dela. Para os partidários desta opinião, todos que defendem posições menos alarmistas e mais tolerantes sobre a questão ou teriam como motivação promover o lucrativo tráfico de drogas ou então facilitar a dominação da nação por potências ou ideologias alienígenas. Para tanto, defenderiam o uso de drogas visando a “alienação do povo”, a “corrupção da juventude” ou o “enfraquecimento da fibra moral”.

O nível de histeria é aumentado ainda mais pela propagação da idéia mistificante de que o uso de psicoativos ilícitos é prática quase exclusiva dos jovens, ignorando assim a grande pro-

porção de usuários adultos e socialmente integrados como os nossos entrevistados. Isso facilita a recomendação de medidas repressivas e invalida os protestos dos usuários que são dessa forma transformados em “menores” incapazes de tomar decisões próprias.

A intenção deste trabalho foi justamente o de mudar um pouco este quadro e, através da apresentação de informações detalhadas e menos maniqueístas, desarmar os espíritos e permitir o estabelecimento de um diálogo mais frutífero entre ambas as partes, permitindo assim a promoção de medidas realistas e eficazes para evitar os danos graves que certas modalidades de uso de algumas substâncias psicoativas podem de fato acarretar.

Assim, durante as entrevistas procurou-se também dar atenção à questão das campanhas de prevenção contra o uso indevido de drogas e como elas eram percebidas por esses usuários. Frente às dificuldades das atuais investidas nesse campo, buscou-se saber onde os usuários obtêm informações que julgam confiáveis sobre o tema.

As fontes consideradas mais confiáveis são principalmente amigos e conhecidos, com experiência própria de uso, certos autores como Huxley e Castañeda, que também escreveram a partir de suas próprias vivências, e algumas reportagens da grande imprensa que são vistas como menos preconceituosas e pareçam traduzir um conhecimento mais realista do “mundo da droga”.

Entre nossos entrevistados, em profundidade, alguns poucos mencionaram também certas pessoas que julgam mais experientes e cuja atuação lhes inspira confiança. Vadinho (BA) foi o único a mencionar especificamente amigos médicos, enquanto Joana (SP) disse que busca informações junto a pessoas que estudem a maconha. Todos, com maior ou menor ênfase, insistiram na importância de suas próprias vivências.

Em geral, a correspondência entre as opiniões proferidas pelos que se atribuem perícia no assunto e a experiência vivida dos usuários parece ser o fator determinante para que estes estabeleçam uma relação de confiabilidade para com os primeiros.

Como fontes de informação menos confiáveis, surgem com destaque certa imprensa considerada “discriminadora” e pro-

gramas policiais de rádio e TV, cujo enfoque da questão é entendido pelos usuários como deturpador, “melodramático”, demasiadamente maniqueísta e distante de suas experiências particulares. As principais críticas dos entrevistados recaem sobre o maniqueísmo moralista, a simplificação grosseira e a “mistificação” dos efeitos da substância. Além da imprensa, são vistos como praticantes desse tipo de informação desacreditada as igrejas, professores de ensino básico, “pessoas simplórias”, “sem instrução” ou “muito deslumbradas” e as autoridades policiais. Uma argumentação comum em defesa da canabis é confrontar sua perseguição com a legalização e ampla divulgação de substâncias como o álcool e o tabaco, vistas como mais nocivas ou perigosas.

Olievenstein discute a questão do abismo das gerações e da dificuldade enfrentada pelos mais velhos em entender a “revolução da droga” e influenciar o comportamento dos jovens:

“Nesta revolução da droga, os adultos foram os últimos a ser informados; os adolescentes experimentaram ou experimentam as drogas e sabem, pelo menos, quais os efeitos que as mesmas provocam. Eles lêem a literatura adequada. Procuram as informações necessárias e o fazem já há muitos anos. A experiência psicodélica, por exemplo, foi comentada e descrita centenas de vezes. Pouco a pouco, o clássico conflito das gerações se transforma (e isso é evidente nos EUA) num abismo entre as gerações jovens que criam seus próprios sistemas de valores – baseados especialmente em suas próprias experiências – e os nossos valores, baseados na experiência do passado. Como se tais valores não pudessem mais ser transmitidos. Nesse abismo entre as gerações, as drogas são mais um sintoma, um discurso ao mundo, do que a causa”. (Olievenstein, 1980: 7)

Dessa colocação podemos apreender que, mesmo não aceitando os valores dos jovens, os mais velhos não devem subestimá-los, considerando as suas opiniões infundadas e cientificamente injustificáveis. Olievenstein afirma, mais adiante, que talvez os adultos não entendam o que acontece com a juventude porque não

sabem escutar e ver. Mesmo considerando “dramaticamente majoritários” os efeitos nocivos das drogas, ele escreve:

“parece que o importante é compreender que não se pode ter, de forma alguma, uma concepção maniqueísta dos efeitos dos produtos utilizados pelas gerações jovens”.

Weintraub também detecta uma falta de clareza nos entendimentos a respeito da maconha que se reflete na abundância de opiniões totalmente subjetivas adiantadas por religiosos, educadores, autoridades policiais, médicos, assistentes sociais etc. Quase sempre a informação que se tem sobre a maconha é puramente anedótica e, embora muitos sejam movidos pelas melhores intenções, não faltam os que se aproveitam do tema para fins autopromocionais. Isso pode ser perigoso pois, como diz Weintraub, o resultado prático de uma palestra incompetente é alienar os que já têm experiência com a maconha e aguçar a curiosidade dos ainda inexperientes. (Weintraub, 1983: 87 e 88).

Nesse sentido e a julgar pelas reações de nossos informantes, a maior parte das campanhas preventivas acaba fracassando ou surte efeito oposto ao pretendido. Segundo nossos entrevistados, tais campanhas seriam baseadas em informações falsas, exageros, deturpações. Seriam “uma palhaçada”, “histórias da carochinha”, produzidas por gente que não sabe do que está falando, ou estão a serviço de forças externas (o ex-presidente arquiconservador americano Ronald Reagan foi explicitamente mencionado por Gabriela). Embora alguns achem que as campanhas poderiam ser úteis se esclarecessem honestamente sobre o uso da maconha e de outros psicoativos, consideram que atualmente a maioria das informações oficiais só serve para exacerbar o preconceito e “piorar” a situação, incutindo culpas e promovendo o autoritarismo. Por outro lado, pensam também que as campanhas acabam por despertar a curiosidade dos mais jovens, insuflando o gosto pela rebeldia e o desejo de fazer algo proibido.

Também relevante à questão da prevenção foi a pergunta: “Você acha que há uma relação entre “caretice” e consumo de drogas? Você usa habitualmente o termo “caretice”? Procurava-se aí elicitare as representações dos entrevistados a respeito das diferenças per-

cebidas entre usuários e não-usuários. Aproveitava-se também a oportunidade para testar o uso de termos relacionados à palavra “careta”, a qual muitos idealizadores de campanhas preventivistas costumam associar exclusivamente a não-usuários de drogas.

As respostas obtidas indicam que, para os entrevistados, ser ou não fumante deixou de ter qualquer significado mais amplo, o próprio termo “careta” é muito ambíguo e não mais se relaciona necessariamente com o uso de drogas. Sua aplicação varia de acordo com o contexto, mas significa grosso modo alguém que é autoritário ou fechado a experiências novas. Assim, os entrevistados afirmam que há muitos “caretas” entre usuários de drogas, assim como existem muitos não-usuários que não são “caretas”. De qualquer modo, o sentido do termo é quase invariavelmente pejorativo, o que deveria dar a pensar àqueles que orientam campanhas de prevenção para promover a “caretice”, pensando assim valorizar um termo considerado “jovem” para a abstenção de drogas.

Na verdade, quando alguma celebridade faz, como fez alguns anos atrás o cantor Roberto Carlos, uma afirmação pública de que é “careta”, pode ser simplesmente considerado retrógrado e autoritário e apenas comprometer sua imagem de ídolo perante os usuários, sem produzir qualquer impacto sobre o uso de psicoativos ilícitos.

Concluindo nossos pensamentos sobre campanhas de prevenção ao uso da maconha, fazemos coro às idéias do psicólogo da educação Paulo Ronca que em sua tese de doutorado concluiu que o uso em larga escalada da maconha em nossa sociedade é um fato consumado e irreversível. Sugere portanto que aos cientistas cabe agora a urgente tarefa de inventar um programa educativo para a maconha, com o claro objetivo de discutir com os usuários sua opção e como, onde, quando e, principalmente, quanto é possível fumar.

Segundo Ronca, infeliz é o programa, educativo que venha pregar a prevenção, pois “prevenir” sugere “impedir” e não se impede o que é definitivo. Deste deve-se falar abertamente comentando sem medo ou lamúrias. O programa, para ser útil, deve ter por base a reflexão crítica sobre a lucidez e a responsabilidade social que envolvem o convívio com a maconha. (Ronca, 1986 e 1987)

O saudoso Richard Bucher, psicanalista, pesquisador e estudioso da prevenção ao abuso de drogas, também via com olhos críti-

cos grande parte das ações que se apresentavam como “preventivas”. Considerava-as como freqüentemente atreladas a propósitos ideológicos inconfessos — como manipulações da população ou de certas camadas, imposições visando a proveitos econômicos ou políticos. Segundo ele, para serem realmente operantes, deveriam levar em conta o conjunto das aspirações e dos anseios da juventude, inseridos naquilo que ela tem de melhor: a ousadia de esperar e exigir mudanças. Tanto os alunos quanto os educadores e os pais de família deveriam assumir maior liberdade de ação para se engajarem como atores, apesar de todas as pressões sociais. Cabe a eles concretizarem-se quanto ao seu potencial reflexivo e criativo e responsabilizarem-se pelas ações formativas a serem desenvolvidas no contato com os jovens. É grande, portanto, a importância da educação afetiva, filosófica e valorativa para opor-se ao adestramento instrumental de abordagens de cunho hegemônico e repressivo

Somente essa abordagem poderia revelar toda a dimensão social e existencial da problemática das drogas. Sem o confronto com essa realidade, não se entenderia a amplitude da questão, nem que ela faz parte de um contexto mais abrangente, abarcando o caminhar da humanidade a um destino incógnito, mas que dependerá da sua conscientização (Bucher, 1996;78-79).

A já mencionada abordagem de “redução de danos”, atualmente mais voltada para a prevenção de doenças infecciosas entre usuários de drogas injetáveis, pode oferecer indicações de uma maneira mais íntegra e eficaz de lidar com o uso da cannabis; descartando posturas meramente repressivas para enfatizar as complexidades da questão e as diversas variáveis que moldam os efeitos do seu uso. Outro aspecto, normalmente escamoteado de forma indevida, é o fato de que transcorridas várias décadas desde o boom do uso da maconha entre jovens da classe média urbana, ocorrido nos anos 60 e 70, é mistificante pensar na população usuária como composta essencialmente por “jovens”, ainda em processo de formação física e psíquica. Hoje há também, entre eles, muitos adultos, como os usuários retratados neste trabalho, cuja maturidade e responsabilidade social não costuma ser levada em conta por campanhas preventivistas que insistem em o tratá-los de maneira infantilizante e prepotente, negando-lhes seus direitos de cidadania.

Aspectos políticos da repressão às drogas

Muito já se escreveu acerca da “medicalização da sociedade”, isto é, do processo de imposição de certas normas que, sob a justificativa de proteger a saúde pública, traduzem o propósito de exercer um controle mais minucioso sobre a população como um todo. Adiala (1986a) nos chamou a atenção para o papel crucial exercido pelos médicos especialistas, sobretudo os psiquiatras, na criação de uma nova representação das drogas e na incorporação dessa representação pelo sistema punitivo do Estado.

O movimento pela criminalização das substâncias entorpecentes e de conscientização do público acerca do problema que elas representavam começou nas últimas décadas do século XIX e deve ser visto no Brasil dentro do contexto do processo de monopolização das práticas curativas pelos médicos credenciados e pelos recém-criados hospitais, hospícios e faculdades de medicina. Surgiu então a medicina social que, deixando o campo hospitalar, passou a tratar da comunidade, visando a manutenção da saúde através do combate às causas da doença e da especialização disciplinar dos agentes responsáveis por esse controle. Para essa disciplina, as causas dos males no Brasil seriam decorrentes do clima tropical e da miscigenação racial, sendo portanto indicadas campanhas de higienização social e planos de prevenção eugênica.

Pensava-se em termos de degeneração física, moral e social da população, e a psiquiatria organicista difundia a crença de que o álcool e as drogas eram uma das principais causas de alienação mental. Assim o Código Penal de 1890 foi dotado de uma série de

artigos que reforçavam o controle da prática médica pelos especialistas formados pelas faculdades, penalizando o exercício da medicina sem habilitação, a prática do espiritismo, o exercício do curandeirismo e a ministração de “substâncias venenosas”. Durante os anos que se seguiram foram-se estreitando as relações entre a política e a medicina e em 1934 foi acrescentada à lei a relação das substâncias consideradas como entorpecentes e proibidas, incluindo-se aí a maconha.

Embora já conhecessem seu uso, os médicos haviam dado pouca atenção à canabis até então, devido ao fato de seu uso ser restrito ao norte do país, e aos segmentos negros, índios e mestiços. Assim, a associação da maconha com a criminalidade e com a “escória da sociedade” marcou uma nova fase da campanha contra o uso ilícito de psicoativos. Em 1936 foi criada a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), cujas atividades se voltaram em grande parte à erradicação das plantações desse assim chamado “ópio dos pobres”.

Ao eleger a canabis como a “droga brasileira”, estabelecendo em 1946 o Convênio Interestadual da Maconha, a CNFE criou a oportunidade de unificar, em nível nacional, a luta contra os entorpecentes. Em outro artigo, Adiala voltou a enfatizar a vinculação do chamado “Problema da Maconha no Brasil” à manutenção de estereótipos racistas e à consolidação de uma dominação política e econômica da população negra. Mostrou também sua contribuição para o processo de “normalização” da sociedade brasileira, permitindo a formação de um campo de delinquência sujeito ao gerenciamento do sistema punitivo (Adiala, 1986b).

Mas, se a preocupação das autoridades com o uso da maconha deve ser atribuída mais a fatores culturais que à sua atuação psicofarmacológica, não se pode deixar de lado o efeito das pressões internacionais exercidas sobre o Brasil nesse sentido. Henrique Carneiro, um dos nossos entrevistados paulistas, militante da política estudantil e engajado em campanhas pela descriminalização da maconha diz:

“Minha tese é a seguinte: os EUA, depois da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu uma ordem mundial que foi selada com uma série de acordos. Vemos assim o de Bretton Woods, que selou a ordem financeira, o Plano Marshall que reorganizou a

economia européia e a ligou a essa ordem financeira, a nível militar a constituição da OTAN e também, a nível ideológico e cultural toda a campanha do American Way of Life. Foi toda uma instauração de uma nova ordem mundial e foi justamente no pós-guerra de 1945 que se proibiu a maconha a nível mundial. Isso se deu inclusive com a instauração da própria ONU, que também seria uma espécie de ordem política internacional. Foi por iniciativa dos EUA e de outros três países, incluindo o Brasil, pegos para decorar, que se apresentou a moção na Assembléia Geral da ONU. Assim como havia ocorrido com a Lei Seca, depois do pós-guerra deu-se a criação de toda uma economia paralela baseada no tráfico. Ela precisa ser clandestina para funcionar nesse circuito que dá um superlucro.” (Henrique Carneiro, SP)

Essa visão, embora se apegando a datas diferentes, reflete a argumentação de Henman, para quem a onda de medidas legislativas adotadas a nível mundial contra as drogas, a partir de 1910, teve várias finalidades. Por um lado, serviu para desacreditar sistemas culturais ou grupos étnicos renitentes à dominação pelas potências ocidentais e seus sistemas de valores. Mais importantes do que essa ofensiva cultural, porém, seriam as considerações estratégicas como a afirmação da superioridade dos EUA sobre seus “decadentes” rivais europeus, através da demarcação de sua superioridade moral e de sua posição de principal poder ocidental. Isso ficou particularmente claro no episódio da querela sobre o comércio de ópio no Oriente, quando a Grã-Bretanha acabou tendo que ceder às pressões americanas para cessar suas atividades nesse ramo. (Henman, 1988).

Desde então, a política proibicionista mundial capitaneada pelos EUA em relação aos psicoativos levou à criação de poderosos grupos interessados na perpetuação dessa “guerra às drogas”, tais como os especialistas em repressão, os traficantes e setores do establishment da saúde, que vêem aí uma oportunidade de aumentar seu campo de influência e ação, e a indústria farmacêutica que lucra com a substituição do uso de psicoativos ilícitos por remédios de sua produção. Estes, além de caros, são freqüentemente mais danosos à saúde que o “vício” que pretendem curar.

Henman continua sua argumentação afirmando que o resultado é um rápido enriquecimento dos grupos dispostos a participar de atitudes ilegais e o empobrecimento correspondente daqueles que se mantêm atrelados à economia legal. Isso tem efeitos altamente desestabilizantes nos países onde se concentra a produção de drogas ilegais, privilegiando certos setores e enfraquecendo a coletividade representada pelo Estado. Nesse sentido a guerra às drogas torna-se “subversiva”, uma vez que, apesar do investimento massivo no aparelho repressor, a corrupção generalizada e a busca de lucros ilícitos terminam por minar a legitimidade dos governos. Esse enfraquecimento da credibilidade das instituições do Estado nas nações produtoras do terceiro mundo serve aos interesses a longo prazo das grandes potências mundiais, ao facilitar a dominação econômica e a manipulação política. A “guerra às drogas” tende a reforçar as instituições ligadas aos pontos de vista americanos ao invés de incentivar a formação de estruturas autônomas e independentes.

Além disso, essa “guerra” possibilita uma interferência mais direta no equilíbrio de poder dentro de certos países, especialmente onde já existe um quadro de conflito armado ou de sérios distúrbios políticos. Em situações de redemocratização ou de estabilidade política relativa, os aliados naturais das grandes potências ocidentais são os grupos que defendem a manutenção de controles sociais severos como resguardo contra perturbações da ordem social que eventualmente podem vir a ocorrer. Através de um controle da informação que é passada a esses grupos, pode-se canalizar a repressão para aqueles setores da economia ilícita que são percebidos como ameaças aos interesses das potências.

Freqüentemente, tais manobras são acompanhadas de campanhas propagandísticas alegando que os inimigos do sistema vigente são os grandes lucRADORES no narcotráfico. Tais campanhas maniqueístas ignoram os relatórios dos próprios serviços secretos americanos, que apresentam um quadro bem mais complexo da situação onde, freqüentemente, também se vê um envolvimento no tráfico ilícito de drogas de poderosos membros do sistema governamental pró-capitalista e pró-americano (Henman, 1988 e 1985).

Nos últimos anos, o pretexto de dar combate ao narcotráfico tem encoberto verdadeiras invasões de certos países da América Latina

por forças americanas. Deixando de lado a sistemática de combater o tráfico através do fornecimento de verbas e condições materiais a grupos independentes e governos aliados, o governo americano tem agora uma frota de aviões e helicópteros para atuar diretamente na América Latina. Esse esquadrão foi organizado com a finalidade de realizar ataques a laboratórios de cocaína e pistas de aterrissagem supostamente utilizadas por traficantes da região andina. Outra estratégia, a de pulverizar com inseticida as plantações de coca da região, tem sido denunciada por entidades ambientalistas (apud Folha de S. Paulo - 13/10/1988). As possibilidades que isso abre à ingerência estrangeira em áreas marcadas por conflitos sociais e políticos são imensas, ameaçando seriamente a soberania dos países da América Latina.

O entrevistado Henrique Carneiro argumenta também que o reforço do combate às drogas no Brasil serviu para manter o poder do aparelho de repressão montado durante a ditadura militar. Segundo ele, muitos dos agentes policiais envolvidos nas atrocidades e torturas praticadas contra opositores daquele regime, agora estariam envolvidos na repressão aos entorpecentes. Nesse novo campo de ação atuariam frequentemente por conta própria, dando pouca atenção aos políticos que lhes são hierarquicamente superiores. Assim, ao comentar a repressão exercida contra uma passeata que organizou em 1986, diz:

“Vai ver que eles (policiais do DEIC) resolveram ali, sem consultar nem o Montoro (o então governador de São Paulo), nem o Muijlaert (o então Secretário de Segurança) nem ninguém e utilizaram o poder que têm para ir ali e atacar. Pode ser que em conjunção direta com a Polícia Federal que também é da camarilha do aparelho repressivo. Aliás você vê esse fenômeno no DEIC e na Polícia Federal, também, dos setores que eram da repressão política que agora fazem da droga a grande salvação da sociedade contra seus inimigos ideológicos.”
(Henrique Carneiro, SP)

Para Gilberto Velho, após o fim da ditadura, atravessamos uma situação de crise dos padrões culturais e morais que davam sentido a um certo estilo de vida. Em ocasiões como essa é comum aos mem-

bros das gerações mais velhas, apegados aos velhos padrões, lançarem acusações buscando invalidar as posições contestadoras dos indivíduos das gerações mais jovens. Para tanto é útil a alegação de “doença mental”, uma acusação de alto poder de contaminação e que uma vez acionada implica elaborado ritual de exorcização envolvendo o aparato institucional e o saber oficial e que, com o respaldo da lei carrega consigo a possibilidade de coerção pelo próprio aparelho de Estado. Na sociedade brasileira, segundo Velho, dois tipos de acusação mostram o funcionamento da idéia de doença mental como elemento explicativo e exorcizador: “subversivo” e “drogado”.

“Subversivo” serviu durante o período ditatorial para estigmatizar os opositores esquerdistas do regime. Este, visto como perigoso e violento, seria uma ameaça à ordem estabelecida e agiria em conjunto com outros de igual inclinação. Mas as acusações extrapolariam o campo da política. O “subversivo” seria também uma ameaça à ordem moral; características atribuídas a ele como de ser criminoso e agente de ideologia alienígenas, ateu, traiçoeiro, levavam ao questionamento de sua própria humanidade.

Já a categoria “drogado” percorre caminho inverso. Ambas são acusações totalizadoras, mas enquanto no caso do “subversivo” a acusação política contamina todo o comportamento, no caso do “drogado”, uma acusação inicialmente restrita ao campo médico e moral, assume dimensões políticas. Além de “moralmente nocivo”, ameaçando assim os valores instituídos, ele seria presa das maquinacões de forças estrangeiras que desejariam alcançar o controle do País através do domínio e do enfraquecimento da juventude. Assim, além de ser “doente mental”, o “drogado” seria uma ameaça à família constituída, além de ser um parasita fugindo às suas obrigações e incapacitado para o trabalho.

Através dessas acusações desqualifica-se, portanto, aqueles que por suas ações ou pelas opiniões que defendem põem em dúvida uma ordem e concepção do mundo, que até então vinha sendo vista como naturais e indiscutíveis (Velho, 1981).

Henrique Carneiro parece bastante ciente disso ao afirmar:

“Eu levo a questão para o lado político porque sempre tive uma militância ligada ao movimento estudantil, e o consumo de drogas há algumas décadas já faz parte da cultura da ju-

ventude por um lado de afirmação da curiosidade intelectual, de curiosidade libertária inclusive, de poder dispor do próprio corpo, de poder conhecer sua própria mente. Isso fez com que essa prática cultural se transformasse numa das principais áreas de conflito da massa da juventude com a repressão. Hoje pode-se afirmar que é a principal área de atrito. A principal forma da polícia reprimir as pessoas na vida cotidiana é sobre o pretexto da droga”. (Henrique Carneiro, SP)

Podemos também ir mais além e, parafraseando o conceito foucaultiano do “dispositivo da sexualidade” que a partir do final do século XVIII teria viabilizado uma ingerência do poder social na vida pessoal dos indivíduos (Foucault, 1974), sugerir que não é fortuito que hoje, quando se pensa em droga, logo surja uma associação com sexualidade. Da mesma forma como a sexualidade foi problematizada, hoje se dá grande ênfase ao perigo representado pelo uso das drogas recreacionais, das quais a maconha é uma das mais difundidas. Sob o pretexto do controle à droga, professores, médicos, psicólogos e assistentes sociais podem interferir nos recônditos mais íntimos da vida familiar.

A mesma desculpa permite que policiais invadam domicílios, revistem e prendam cidadãos nas ruas e, em certos casos, até cometam assassinatos. São freqüentes e notórios os casos em que o combate à droga tem sido usado como pretexto para reprimir indivíduos que incomodam os poderosos por outras razões menos confessáveis. Além de problematizações da droga e da sexualidade servirem ambas como porta de entrada para o controle dos corpos, outra semelhança os liga: uma estranha “conspiração de silêncio” entre usuários de drogas (até a lei é ocasionalmente invocada para silenciar os que defendem de alguma maneira) convive com uma verdadeira explosão do discurso médico, psicológico, jurídico e penal sobre o assunto. Discutindo a sexualidade do século XIX, Foucault refuta o que chama de “hipótese repressiva” mostrando como de fato o silenciamento vitoriano convivia com uma verdadeira incitação ao discurso sobre a sexualidade. Agora, com respeito à questão das drogas, um processo similar parece estar em operação.

Como diz Carneiro:

“É uma campanha publicitária para criar um modelo de inimigo ideológico e um modelo de peste social. A campanha da AIDS é em cima de uma peste e agora a da droga também. É aquela coisa do inimigo insidioso, do inimigo que se infiltra dentro das próprias famílias, é aquela coisa da peste, da coisa que vem de dentro”. (Henrique Carneiro, SP)

Nos últimos anos a questão da descriminalização da maconha tem sido tema de diversas campanhas e manifestações políticas e culturais. O tema tem sido levantado com regularidade, especialmente no meio universitário. Revistas estudantis têm discutido as razões e os efeitos da criminalização da maconha e em algumas universidades, como a Universidade de Brasília ou a Universidade Federal do Pará, foram organizados debates públicos que terminariam sendo invadidos por forças policiais que alegavam que tais reuniões precisariam do aval do Conselho Federal de Entorpecentes para poderem acontecer. O ferimento que isso implica ao conceito da autonomia da universidade não tem passado despercebido às autoridades e professores dessas instituições que, na ocasião tem reagido, sofrendo em consequência processos judiciais.

Mesmo quando o tema é levantado como parte de campanha eleitoral, o candidato que o faz corre o risco de perseguição, tanto da parte das autoridades policiais quanto por seus próprios correligionários, que não consideram o assunto como sendo de seriedade.

Mas, apesar disso, o assunto tem sido levantado durante os últimos períodos eleitorais. O próprio Quincas, um de nossos entrevistados de Salvador, afirma que chegou a participar da campanha do músico Galvão, quando este foi candidato a deputado federal pelo PMDB da Bahia. Este usava em sua propaganda impressos semelhantes ao invólucro dos papéis de cigarro “Colomi” e, embora não tenha se eleito, conseguiu arregimentar um entusiástico grupo de colaboradores e uma votação expressiva.

Mas a questão é muito delicada e a defesa da descriminalização da maconha frequentemente leva à estigmatização do candidato. Exemplo disso é a maneira como, ao postular ao cargo de prefeito de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso foi chamado de “maconheiro”

por seus opositores, devido ao fato de ter dado uma entrevista, algum tempo antes, em que pregava uma atitude mais compreensiva sobre a questão e declarava ter fumado a erva uma vez fora do país e não ter gostado da experiência.

Até Fernando Gabeira, um dos mais insistentes advogados de uma revisão da postura oficial sobre a cannabis, quando candidato da coligação PV-PT na disputa pela governança do Rio de Janeiro, apesar de incluir discussões sobre a maconha na sua plataforma de cunho ambientalista e libertário, perante uma reação popular conservadora, exigiu que o Jornal do Brasil desmentisse uma notícia que havia veiculado previamente em que dizia que ele defendia a liberação da maconha. Já o deputado federal José Genoíno, do PT de São Paulo, de atuação progressista na Câmara dos Deputados, tem defendido com frequência uma abordagem mais tolerante da questão das drogas sem prejuízo à sua imagem de político íntegro, coerente e batalhador.

Por outro lado, a questão das drogas é freqüentemente explorada de maneira demagógica e sensacionalista por políticos que vêem aí a possibilidade de angariar apoio de setores conservadores da população, partidários de soluções repressivas para os problemas sociais, qualquer que seja sua natureza. Assim, vários têm conseguido se eleger fazendo coro ao tema da “guerra às drogas” promovida no Brasil em grande parte pelos consulados americanos, com o apoio dos setores conservadores da imprensa e da sociedade em geral. Em alguns casos, tem-se apelado para o pânico que os psicoativos ilícitos suscitam entre setores da população para promover certos tipos de medidas repressivas que encontram forte oposição na sociedade. Assim, defensores da pena de morte, por exemplo, têm procurado tornar essa idéia mais aceitável, propondo a execução de traficantes. Durante a elaboração da Constituição de 1988 esse pânico foi manipulado com maior sucesso para diluir a condenação movida pelos constituintes “progressistas” à prática da tortura. Os “conservadores” conseguiram incluir ao seu lado como crimes inafiançáveis e insuscetíveis de anistia, o terrorismo, crimes hediondos e o tráfico de entorpecentes, ampliando de tal modo essa categoria de crimes que ela se tornou difícil de aplicar.

Sobre o posicionamento dos partidos de esquerda a respeito da questão da droga, Henrique Carneiro diz:

“Embora na Europa e nos EUA já exista um desenvolvimento das questões alternativas como a droga e os direitos sexuais que fizeram com que a esquerda fosse obrigada a defender isso como uma demanda da emancipação social, no Brasil isso ainda não ocorreu. Mesmo na esquerda trotskista, petista e em particular na Convergência Socialista, onde militei durante oito anos, em última instância se considera que a droga é um fruto da decadência do capitalismo. Apesar de defenderem formalmente o direito democrático ao consumo, assim como o direito a qualquer prática sexual, no fundo, no fundo, eles acham que é uma coisa decadente e que, portanto, precisa ser combatida ideologicamente. Aí existe toda uma concepção que é quase de nível ético-moral, que é a concepção do sacrifício, ou seja, que o processo revolucionário exige dos militantes uma energia de sacrifício. Portanto você não pode estimular nada que leve à dissolução dos prazeres. Essa é uma tese de Lenin que em 1918 se colocou contra a política feminista e a política sexual da juventude. Ele dizia que isso dispersava as energias, que a juventude tinha que se concentrar na militância para tomar o poder. Então aqui eles vêem a maconha como uma coisa marginal e não como um ponto do programa de emancipação, como uma demanda social.” (Henrique Carneiro, SP)

As campanhas pela descriminalização da maconha têm sido predominantemente organizadas por setores estudantis, atingindo portanto uma população basicamente jovem e de classe média. Mas o consumo dessa erva é bastante difundido pela juventude de todas as classes, e em suas memórias da campanha para governador Gabeira relata sua experiência com a juventude mais pobre:

“O episódio contribuiu para transformar a candidatura em algo mais popular, levando a discussão a pontos onde nunca suspeitávamos que fosse chegar. Além disso, reabriu uma brecha entre gerações numa área da população onde também não imaginávamos que existisse com a mes-

ma intensidade que existe na classe média. Jovens suburbanos, vestidos apenas de calção, saudavam-se nos bairros mais distantes, gritando: Vai liberar? Vai liberar geral?” (Gabeira, 1987)

Henrique Carneiro, em sua campanha para deputado, também encontrou uma reação similar entre jovens do operariado paulista, onde é alto o consumo da maconha, especialmente entre os que trabalham no turno da noite ou em condições insalubres. Mas ele também encontrou dificuldades em promover uma mobilização pela descriminalização que compara aos problemas das campanhas pela legalização do aborto, onde as próprias mulheres que se submetem a essa operação, nas pesquisas, se declararam contra o aborto.

“A maconha, apesar de muito consumida, ainda não tem a legitimidade de ser uma reivindicação política. As pessoas ainda não entendem que você pode ir à rua fazer uma passeata pelo assunto, votar num candidato ou fazer um lobby na Constituinte em torno desse assunto. As pessoas ainda têm isso como uma esfera do proibido, do marginal, do criminoso. Geralmente, em qualquer manifestação, mesmo que saibam que a polícia pode vir a prendê-las, as pessoas vão com aquele juízo moral seguro, tranquilas de que o que elas estão fazendo é justo, é certo, e que a história assim como qualquer pessoa de bem vai reconhecer isso. Com a maconha não. A maconha ainda é caso de polícia. Então é preciso ser muito consciente e corajoso para se dispor a ir numa manifestação ou para votar no sentido de entender que esse assunto é uma questão prioritária.” (Henrique Carneiro, SP)

No mundo todo, o fracasso da política de “guerra às drogas”, promovida pelo governo americano, tem se tornado crescentemente evidente.¹ As atividades econômicas relacionadas ao tráfico de substâncias ilícitas são consideradas como a segunda principal atividade comercial do planeta, movimentando recursos somente inferiores à produção de armas. Obviamente, uma suposição desta ordem é difícil de comprovar, devido à natureza clandestina desse tráfico,

mas apesar de sua imprecisão ela nos dá uma idéia da dimensão do fenômeno que é raramente posta em dúvida.

Tampouco são animadores os dados sobre a proliferação do uso das substâncias psicoativas em geral. Atualmente nos deparamos com uma situação em que, por um lado, há um uso muito difundido e pouco criterioso das substâncias lícitas e por outro a disseminação em escala planetária das ilícitas, freqüentemente utilizadas da maneira mais nociva. Em certos países da América Latina surge agora o consumo de heroína, até recentemente desconhecido na região, e alastra-se o uso da cocaína em novas modalidades, especialmente danosas à saúde, como a prática de fumar crack ou “pasta base”. No Brasil tornam-se comuns as operações, por parte do grande tráfico, visando substituir o costume de usar a maconha pela cocaína e o crack, mais lucrativos e fáceis de distribuir clandestinamente, mas apresentando riscos muito maiores à saúde de quem os usa.

Cresce também a ameaça apresentada às estruturas democráticas de muitos países devido ao poderio quase irresistível dos recursos oriundos do tráfico de drogas que, por sua natureza ilícita, só podem atuar em oposição a todos os mecanismos reguladores da economia mundial. A movimentação e o investimento desses recursos levam à criação de um círculo vicioso de crescimento constante, em que capitais ilícitos devem ser investidos em outras atividades igualmente ilícitas, gerando mais recursos ilícitos. Assim, a economia mundial depara-se atualmente com um processo entrópico capaz de abalar as já frágeis estruturas existentes para o controle global da movimentação de capital.

Tentativas de dar conta desses problemas através de legislação repressiva têm criado outras ameaças às liberdades democráticas. Desrespeito à soberania de países independentes, censura à imprensa, invasões da privacidade como escutas telefônicas, quebra de sigilo bancário e até a exigência de testes aleatórios da urina de funcionários de determinadas empresas são justificados em nome da repressão ao tráfico e ao uso de substâncias ilícitas. Até princípios jurídicos básicos, como aquele que atribui à acusação o ônus da prova, estão sendo colocados em discussão.

Vale a pena lembrar que não se trata somente de países terceiro-mundistas, como Peru, Bolívia, Colômbia e Panamá, mas até

em países tidos como prósperos e democráticos, como Estados Unidos e Itália, constata-se a corrupção de políticos, magistrados, policiais, etc. por parte do narcotráfico e o cerceamento das liberdades democráticas freqüentemente defendidos pelos paladinos da “guerra às drogas”.

Em contraposição a esse quadro de fracassos, a política de “redução de danos” mais tolerante ao uso de substâncias ilícitas, vem se mostrando como uma forma eficaz de reduzir a disseminação da contaminação pelo HIV em todo os países em que projetos de troca de seringas, tem sido aplicada de forma sistemática. Seus princípios já se estendem à prevenção de problemas causados pelo uso da heroína em alguns países que passaram a fornecer metadona e até heroína a heroinômanos. Com a consolidação da Comunidade Européia, o conseqüente fortalecimento econômico e político dos seus países-membros pode prenunciar a possibilidade de uma contestação mais firme da hegemonia mundial da política americana em diversas esferas, inclusive no que tange à maneira de se fazer frente ao uso de substâncias ilícitas em geral e a cannabis em especial. Neste sentido já se notam, em países daquele bloco, movimentos de maior tolerância em relação ao uso de produtos derivados dessa planta, tanto com a finalidade de alterar a consciência quanto para objetivos mais prosaicos tais como: a manufatura de tecidos, papel e a produção de óleo.

Diante de tais perspectivas de mudança da conjuntura internacional, com um pouco de otimismo, poder-se-ia esperar que até o Brasil, viesse a rever sua política em relação ao uso dessa substância. Porém desenvolvimentos recentes, tais como o engajamento do próprio aparelho militar brasileiro numa pouco promissora campanha antidrogas, parecem sinalizar um crescente atrelamento aos ditames da política americana de guerra às drogas.

Notas

1. Para uma análise do fracasso da política norte-americana de “guerra à maconha” nos anos 80, ver Paixão (1994).

Conclusões

Esta investigação sobre o meio sociocultural em que se dá o uso habitual e autocontrolado da maconha entre consumidores de camadas médias é um esforço inicial no sentido de aprofundar a compreensão dos múltiplos significados atribuídos a experiências com psicoativos ilegais. Procuramos insistir na necessidade de uma abordagem que efetivamente inter-relacione os diversos ângulos que cercam a questão do uso de “drogas”. Acreditamos que o tipo de enfoque desenvolvido neste estudo possa ser aplicado em investigações semelhantes que tenham por objeto o uso de outros psicoativos ilegais, feitas as adaptações e ressalvas indispensáveis.

A seleção de nossos entrevistados não se pautou por um critério de representatividade da população de usuários de maconha como um todo. Conseqüentemente, não ambicionamos compor nenhum perfil estatístico. Utilizando redes de contatos já existentes, buscamos simplesmente descrever as estratégias desenvolvidas por indivíduos com uma longa história de uso de maconha para adequar suas práticas às exigências de uma vivência “integrada” à sociedade. Com isso, pretendemos também registrar a presença deste grupo social que, embora numeroso, costuma ser ignorado por estudiosos do assunto. Estes, em parte devido a circunstâncias de sua profissão, tendem a concentrar sua atenção nas situações patológicas extremas de uso de psicoativos, que chegam a seus consultórios médicos e psicológicos ou freqüentam as delegacias de polícia.

Os critérios que empregamos para delimitar um conjunto de usuários de maconha como “socialmente integrado” foram bastan-

te amplos e nos deixam abertos a certas críticas. Consideramos indicador de integração o fato de indivíduos exercerem costumeiramente uma atividade profissional rentável o suficiente para poderem manter um estilo de vida condizente às expectativas típicas de seu nível de estratificação social e de sua faixa etária. Levamos também em conta os julgamentos positivos de seus pares a respeito de sua inserção no seu meio social.

Poderíamos ser acusados de termos investigado indivíduos passíveis de ser considerados como “desviantes”, “pouco ambiciosos” ou “inadaptados”, em última análise. A questão é que é impossível estabelecer um conceito absoluto de “integração social” partindo de uma suposta harmonização individual a um conjunto de normas sociais perfeitamente claras e definidas: tais normas “puras” não existem nem nas chamadas sociedades “simples” tradicionalmente investigadas pelos antropólogos, nem poderiam ser encontradas num meio urbano tão complexo, diferenciado e pontilhado de rupturas e tensões como o nosso. De resto, a população brasileira é extremamente heterogênea e qualquer critério demasiadamente restrito de “integração” nos colocaria ao lado do alienista machadiano, que se viu na contingência de internar uma cidade inteira no seu manicômio para, finalmente, chegar à conclusão de que o “desviante” era ele. Basta notar que, num país com tão elevados índices de miséria e desemprego, o fato de alguém conseguir manter um padrão de vida de classe média já é excepcional.

Tratamos de pôr à luz práticas e representações destes consumidores de maconha entendendo-as como modos informais de coordenar experiências individuais e regular o uso. Consideramos que, quando uma pessoa toma uma substância psicoativa qualquer, seja qual for a finalidade, suas experiências imediatas e subseqüentes são influenciadas por suas sensações, idéias e crenças a respeito de tal substância. No processo mesmo de seu uso os consumidores desenvolvem noções por experimentação própria e adotando pontos de vista e sugestões vindas de fontes que julgam confiáveis, noções essas que acabam tendo efeito normativo sobre o modo de consumo, compondo o que Zinberg chama de “controles informais”. No caso da cannabis, a familiaridade desenvolvida através do seu uso em larga escala levou a uma internalização das

“sanções sociais” e isso, aliado à baixa potência da erva geralmente encontrada no Brasil tem permitido um afrouxamento dos “rituais sociais” a ela relacionados, sem acarretar uma perda de controle sobre seus efeitos.

Acreditamos ter mostrado como se forma e atua certa “cultura da maconha”, nos termos de Becker, ou certo “consenso autêntico”, como diria Henman, baseado nas vivências e concepções dos próprios usuários. Ambos os termos poderiam ser aplicados ao resultado de nossa investigação, ainda que, em última análise, discordamos da expressão “consenso”. Reportando-nos novamente à heterogeneidade da cultura brasileira, parece-nos que ela torna qualquer tipo de consenso quase impossível fora de âmbito da ciência exata. No campo da investigação científica dos efeitos da maconha sobre a nossa psique, descobrimos que não há unanimidade.

Constatamos, porém, que há marcada coincidência entre as opiniões de alguns dos seus mais ilustres expoentes e as dos sujeitos de nosso estudo. Tanto estudiosos quanto usuários consideram bastante relativa a nocividade da cannabis no tocante a seus efeitos físicos e psíquicos sobre o indivíduo. A tolerância, quando ocorre, desaparece depois de um breve período de abstinência ou com a simples mudança de qualidade da erva.

Apesar de os usuários da maconha se mostrarem freqüentemente dispostos a experimentar outras substâncias psicotrópicas, têm bastante claro para si as diferenças entre elas, não só em termos farmacológicos mas também em relação às expectativas psicossociais que as cercam. Assim, a cocaína é associada à busca pela exaltação do ego e ao reforço do desempenho individual: os próprios rituais que cercam seu consumo enfatizam o individualismo possessivo. Já a maconha é associada a certo ideal de comunhão social onírica, e o espírito de compartilhar que acompanhava tradicionalmente o seu uso persiste hoje, mesmo que de forma atenuada, na “roda de fumo”. Portanto não há sentido em postular progressão linear entre as “drogas”, favorecendo uma escalada das mais fracas às mais fortes. Os indivíduos tendem a eleger uma substância que se ajuste melhor a suas inclinações, vontades, disposições, interesses, necessidades, humores, permanecendo com ela preferencialmente.

Ao contrário das versões mais divulgadas, nenhum de nossos entrevistados foi iniciado ao uso da maconha por perversos traficantes que, desejosos de aumentar sua clientela, tivessem abusado da suposta ingenuidade, insegurança e confusão mental destes jovens. Na verdade, os iniciadores são em geral amigos, conhecidos ou parentes. O acesso à cannabis pôde ser feito através de uma simples extensão das redes de relações pessoais. A iniciação pôde ser caracterizada, em vários casos, como um ato de rebeldia e auto-afirmação concernentes a espíritos inquietos e inovadores, e não por uma submissão cega a um “culto da droga”. Passar a usar a maconha pode ser, em muitos casos, uma forma de indicar que o jovem efetuou uma “travessia” em sua trajetória, dedicando-se a cultivar valores diferentes dos inculcados no grupo familiar. O contato com seus pares na “roda de fumo” serviu para lhes transmitir novas formas de percepção de si mesmos e do mundo. Em todos os nossos casos, essa experiência é vista como referência importante para orientação da conduta dos sujeitos, mesmo que atualmente não emprestem ao ato de fumar maconha qualquer significação especial ou transcendente.

É também através dessa rede de sociabilidade que os indivíduos desenvolveram suas estratégias de consumo adequado. Trocando experiências, os usuários aprenderam a distinguir as atividades em que a maconha atua como facilitador, inspirador ou complemento agradável, daquelas em que ela age como perturbador ou empecilho. No curso da carreira dos fumantes, verificamos que se estabelece progressivo autocontrole dos efeitos e sensações proporcionadas pela erva, até seu uso integrar-se à vida cotidiana. A “roda de fumo” deixa de ser importante como ritual de controle, substituída por sanções internalizadas e torna-se comum o uso solitário.

Estas considerações, porém, não devem obscurecer o importante aspecto lúdico da “roda de fumo”. Conforme aponta Cavalcanti, o hedonismo é o fator predominante no maconhismo coletivo, e seus veículos de aparição são os grafittis nos muros e nos banheiros públicos, além de festas populares como o carnaval ou os concertos de música jovem (Cavalcanti, 1998). Do mesmo modo, nossas entrevistas se passaram todas em tom jocoso e informal, e nossos informantes fizeram questão de afirmar sorridentes estarem muito satisfeitos com seu uso da maconha.

Outra habilidade desenvolvida no seio da rede de sociabilidade em torno do consumo da maconha é a aquisição do produto. É através desses grupos de pares que se dá o “pequeno tráfico”, baseado na cooperação, confiança mútua e baixa lucratividade, garantindo aos seus participantes segurança e relativa distância dos perigos do mundo do “grande tráfico”.

Em contraste com o cotidiano das camadas populares urbanas, onde a violência assume formas novas e extremadas, a maioria dos nossos entrevistados leva uma vida relativamente pacata e distante de maiores ameaças físicas, comum às camadas médias. Mas o caráter criminoso de suas práticas os leva a eventuais contatos com o “mundo do crime”, assim como ao risco de se tornarem vítimas de chantagens e outras formas de abuso de poder por parte de agentes policiais. Em vista disso, previsivelmente, todos os entrevistados são favoráveis à descriminalização do uso da maconha, considerando a atual legislação hipócrita e autoritária ao permitirem a promoção de substâncias como o álcool e o tabaco, enquanto ameaça com penalidades severas um prazer que consideram inócuo.

As campanhas de prevenção, consideradas manifestações de um espírito de repressão ao prazer e disseminadoras de mentiras e má informação, receberam o rótulo de “palhaçada”. Entretanto, alguns entrevistados pensam que as campanhas poderiam ter um papel muito importante a cumprir se divulgassem informações consideradas verídicas, sérias e confiáveis. Todos são muito críticos com relação à confiabilidade das campanhas com as quais entraram em contato.

Assim, a título de conclusão, desejamos mais uma vez enfatizar a necessidade se deixar de falar em “drogas” de forma genérica e unidimensional. A questão das drogas deve ser abordada em toda a sua complexidade biopsicossocial, levando em conta as diferenças farmacológicas, os estados psíquicos dos usuários, os diversos regimes de uso e o contexto sociocultural em que ocorrem. Sugerimos que as campanhas de prevenção deveriam encarar seu público alvo como indivíduos capazes de atitudes sensatas baseadas em informações convincentes. Os que trabalham nas campanhas de prevenção freqüentemente constatam que seu público não é ignorante sobre o assunto e, muitas vezes, sabe até mais do que os próprios agentes de prevenção a respeito de certos detalhes do consumo e

dos efeitos imediatos das substâncias consideradas tóxicas. Suas práticas em relação ao consumo de substâncias psicoativas tampouco é desregrada, sendo geralmente regidas por normas, valores, regras de conduta e rituais sociais semelhantes aos detectados no estudos realizados nos EUA por Norman Zinberg entre seus “usuários controlados”. Nesse caso, a informação honesta e uma atitude serena e isenta de arroubos autoritários parece ser a melhor arma na busca pela tão essencial credibilidade.

Não se pretende aqui argumentar que os usuários já sabem tudo sobre o assunto e que um trabalho de prevenção aos danos causados pelo uso dessas substâncias seja desnecessário. Há, ainda, um grande esforço a ser feito nesse sentido, como nos mostram os prejuízos provocados pelo uso descuidado das próprias substâncias lícitas. Mas, na busca pela credibilidade, esses perigos devem ser encarados de maneira honesta e serena. A maneira mais eficaz de lidar com a questão parece ser reconhecer sua natureza complexa e cambiante, escapando da tentação de apresentar soluções gerais e definitivas tanto para o uso da maconha quanto para o das outras substâncias psicoativas, tanto as atualmente lícitas quanto as ilícitas. E em momento algum a prevenção aos danos causados pelo uso de drogas deve ser confundida com o mero controle social, sob pena de tornar-se contraproducente, a exemplo da maioria das atuais campanhas.

Embora a legislação não deva ser vista como o instrumento principal no equacionamento da questão das drogas, ela tem um papel relevante a desempenhar, contanto que leve em conta os múltiplos aspectos do problema. Para tanto, vale examinar a sugestão apresentada pelo jurista e membro do Conselho Federal de Entorpecentes Domingos Bernardo da Silva Sá. Ele propõe que o tema seja retirado do âmbito do direito penal e transferido ao do direito civil. Argumenta que os penalistas modernos consideram que a pena de prisão não serve nem em relação a comportamentos cuja tipificação como crimes ninguém discute. No caso do consumo de drogas, cuja matéria se insere, principalmente, no âmbito da educação, da saúde e da cultura, áreas que importam, antes de tudo, às relações civis, e que correspondem às necessidades fundamentais da pessoa humana, a interesses individuais pertinentes ao campo dos direitos da perso-

nalidade, do direito de família e a outros ramos do direito privado, na esfera do qual deveriam ser resolvidos eventuais conflitos emergentes do universo das relações privadas. Seria, portanto, o direito privado o foro adequado ao desenvolvimento dos limites pertinentes, dos mecanismos sociais de controle. A ótica repressivo-penal acaba por privar as instituições civis fundamentais — como a família, a escola e a empresa — do desenvolvimento de seus próprios instrumentos limitativos da liberdade de agir, elaborados como forma de viabilizar a vida em sociedade. Seria aí, na experiência dos entrecosques, do diálogo e da indispensável transigência que se articularia a verdadeira, necessária e positiva “pedagogia dos limites” (Sá, 1993; 14). A extrema complexidade do tipo de legislação preconizada não deverá ser aceita como pretexto para sua rejeição, já que existem inúmeros exemplos de leis voltadas a questões comerciais e tributaristas, por exemplo, de igual ou até maior dificuldade.

Sua elaboração, assim como de qualquer programa que vise abordar a questão do uso de substâncias psicoativas, precisa deixar os gabinetes de alguns poucos especialistas ou de autônomos “guardiões da saúde psíquica da nação”. Deve ser embasada em pesquisas científicas e consultas aos diversos setores populacionais envolvidos, incluindo, além de médicos, psicólogos, policiais e juristas, também membros dos Centros de Excelência credenciados junto à Secretaria Nacional Antidrogas, representantes da juventude, dos habitantes de favelas ou bairros dominados por traficantes, artistas, agricultores, donos de casas de espetáculo, clubes ou escolas, minorias étnicas, usuários, seus amigos e familiares, entre outros. Somente assim será possível deixar de lado as atuais formas viciadas de pensamento e ação que se têm mostrado tão pouco eficazes na promoção de um verdadeiro controle do uso de substâncias psicoativas, para buscar soluções verdadeiramente inovadoras e com maior possibilidade de sucesso.

Bibliografia
citada

- ADIALA, J.C. **A criminalização dos entorpecentes**. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1986. Trabalho apresentado ao Seminário "Crime e Castigo"
- _____. **O problema da maconha no Brasil**: ensaio sobre racismo e drogas. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1986. (Estudos, n.52)
- ARNO, G. **A erva proibida**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BATISTA, N. A penalização do prazer. In: MACIEL, Luiz Carlos et al. (Org.). **Maconha em debate**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 133p. p. 107-117
- BAUDELAIRE, Charles. **Os paraísos artificiais**: o ópio e poema do haxixe. Porto Alegre : L&PM, 1982. 126p. (Rebeldes & malditos ; v.2)
- BECKER, H. S. **Outsiders; studies in the sociology of deviance**. London: Free Press of Glencoe, 1966. 179 p. Becoming a marihuana user, p.41-58; Marihuana use and social control, p.59-78
- _____. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. As regras e sua imposição, p.86-107; Consciência, poder e efeito da droga, p.181-204
- BENJAMIN, Walter. **Haxixe**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 126p. (Circo de letras; 7)

- BENNET, C., OSBOURN, L, OSBOURN, J. **Green gold-the tree of life - marijuana in magic and religion**. California : Acess Unilimited, 1995.
- BLEEKER, A., MALCOLM, A. **Mulling it over:** for people who use cannabis. Manly, New South Wales: Manly Drug Drug Education and Counsellig Centre, [19--]. 132 p.
- BUCHER, Richard. **Drogas e sociedade nos tempos da AIDS**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996. 131 p.
- BURROUGHS, William S. **Junky**. Sao Paulo: Brasiliense, 1984. 161p. (Circo de letras ; 9)
- CAIAFA, Janice. **Movimento punk na cidade:** a invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro : Zahar, 1985. 148p. il.
- LE CANNABIS. **Toxibase Revue Documentaire**, Lyon, 1 trimestre, 1995.
- CAOS maconha: um mapa. São Paulo: AN Editora, 1988. p. 60-67
- CARDOSO, A J. C. **A ideologia do combate à maconha:** um estudo dos contextos de produção e de desenvolvimento da ideologia do combate ao consumo de maconha no Brasil. Salvador, 1994. 152p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.
- CARLINI, E.A. Maconha (cannabis sativa): mito e realidade, fatos e fantasia. In:HENMAN, A.A, PESSOA JR., O. (Org.) **Diamba sarabamba:** coletânea de textos brasileiros sobre maconha. São Paulo: Ground, 1986. P.67-88.
- CAVALCANTI, B. C. **Danças e bandeiras:** o maconhismo recente. Campinas: [s.n.], 1988. Comunicação apresentada à XVI Reunião Brasileira de Antropologia.
- CAVALCANTI, B. C. **Danças e bandeiras:** um estudo do maconhismo popular no nordeste do Brasil. Recife, 1998. 319p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco.
- CEBRID. **IV levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de primeiro e segundo grau em 10 capitais brasileiras:**1997. São Paulo : Universidade Federal de São Paulo, 1997. 130 p.

- COSTA, M.J.T. et al. **Investigação sobre farmacodependência na população escolar da cidade de São Paulo.** [São Paulo: s.n. 199-]
- COTRIN, B.C. , CARLINI, E.A. O consumo de solvente e outras drogas em crianças e adolescentes de baixa renda na grande São Paulo. Parte II: Meninos de rua e menores internados. **Revista ABP-APAL**, v.9, n.2, p.69-77, 1987.
- CUNHA, O. M.G. **Corações rastafari: lazer, política e religião em Salvador.** Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado) - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DORIA, R. Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício. In: HENMAN, A, PESSOA JR., O. (Org.). **Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha.** São Paulo: Ground, 1986. p.19-38
- EMBODEN JR., W. A. Ritual use of cannabis sativa: a historical ethnographic survey. In: FURST, Peter T. **Flesh of the gods; the ritual use of hallucinogens.** New York: Praeger Publishers, [1972]. 304 p. il.
- FERRARO, D.P. Acute effects of marihuana on human memory and cognition. In: PETERSEN, R.C. (Ed.). **Marihuana research findings.** Rockville, Md.: Dept. of Health, Education and Welfare, 1980.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade-1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1974.
- GABEIRA, F. **Diário da salvação do mundo.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- GAUTIER, T. **O clube dos haxixins.** Porto Alegre: L&PM, 1987. 111p.
- GRUND, J.P.C. **Drug use as a social ritual: functionality, symbolism and determinants of self regulation.** Rotterdam: Institut voor Verslavingsonderzoek (IVO), 1993.
- HENMAN, A. **Big deal: the politics of the illicit drugs business.** London: Pluto Presse, 1985. 211p. Cocaine futures.

- _____. A guerra às drogas é uma etnocida: um estudo do uso da maconha entre os índios Tenetehara do Maranhão. In: HENMAN, A., PESSOA JR., O. (Org.). **Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha**. São Paulo: Ground, 1986. p.91-116
- _____. **Matando o bode: desvio e consenso no uso de drogas**. São Paulo, 1982. Mimeo. Comunicação apresentada à Reunião Brasileira de Antropologia.
- _____. The war on drugs: escalations or cease fire? In: THIRD WORLD AFFAIRS, 1988.
- IGLÉSIAS, F. A. Sobre o vício da diamba. In: HENMAN, A., PESSOA JR., O. (Org.). **Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha**. São Paulo: Ground, 1986. p.39-51
- IMPACTO do uso de álcool e outras drogas em vítimas de acidentes de trânsito. Brasília: ABDETRAN, 1997.
- INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL E CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO. Relatório sobre o grupo de orientação para pais de toxicômanos. São Paulo, 1985.
- KARAM, M.L. **Drogas: a irracionalidade da criminalização**. São Paulo, 1998. Comunicação apresentada ao IX Congresso Internacional de Redução de Danos.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional, 1976. 331 p.
- MACRAE, E. **O militante homossexual no Brasil da "abertura"**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo
- _____. **Guiado pela Lua: xamanismo e o uso da ayhuasca no culto do Santo Daime**. São Paulo: Brasiliense, 1992. 168p.
- _____. O controle do uso de substâncias psicoativas. In: PASSETTI, E., SILVA, R.B.D. (Org.). **Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema punitivo**, São Paulo, IBCCrim-PUC-SP, 1997.
- MAGALHÃES, M.P. et al. Padrões de frequência do uso da maconha em estudantes universitários. São Paulo: Instituto de Psicologia, **Revista Abp- Apal**, v.11, n.1, p.35-40, 1989.

- MAGGIE, Y. Ocidente, maconha e misticismo. In: MACIEL, Luiz Carlos et al. **Maconha em debate**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.63-67
- MARIJUANA and health. Rockville, Md.: Dept. of Health, 1982.
- MASUR, J. **O que é toxicomania**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 67p.
- MISSE, M. Sociologia e criminalização. In: MACIEL, Luiz Carlos et al. **Maconha em debate**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 49-62
- MORENO, G. Aspectos do maconhismo em Sergipe. In: HENMAN, A., PESSOA JR., O. (Org.). **Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha**. São Paulo: Ground, 1986. p.53-66
- MOTT, L. A maconha na história do Brasil. In: HENMAN, A., PESSOA JR., O (Org.). **Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha**. São Paulo: Ground, 1986. p.117-135
- NAHAS, G. G. **Cannabis: propriedade toxicológicas e aspectos epidemiológicos**. [s.l.: Usis, c19--].
- _____. **A maconha ou a vida**. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1986.
- O'HARE, P. Redução de danos: alguns princípios e ação prática. In: MESQUITA, Fábio, BASTOS, Francisco Inácio (Org.). **Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos**. São Paulo: Hucitec, 1994. 215p.
- OLIEVENSTEIN, Claude. **A droga: drogas e toxicômanos**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 143p.
- PESSOA JR., O. A liberação da maconha no Brasil. In: HENMAN, A, PESSOA JR., O. (Org.). **Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha**. São Paulo: Ground, 1986. p. 147-163
- PETERSEN, C. Marihuana and health. In: PETERSEN, R.C. (Org.). **Marihuana research findings**. Rockville, Md., National Institute on Drug Abuse, 1980.
- RONCA, P. A. C. **Com-vivendo-com-a-maconha**. São Paulo: Moraes, 1987.
- _____. Com-vivendo-com-a-maconha: do aprender a discutir ao aprender con-viver. **Temas IMESC**, São Paulo, v.3, n.2, p.203-205, 1986.

- SÁ, D.B.G.S. **Relatório final de atividades desenvolvidas pelo Grupo de trabalho designado pela Resolução Cofen n.4 com a finalidade de examinar a questão da produção e consumo das substâncias derivadas de espécies vegetais.** [s.l. : s.n.], 1987. xerox
- SÁ, D.B. Capacidade civil: um direito penal? In: BASTOS, GONÇALVES (Org.) **Drogas é legal?** Um debate autorizado. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- SALINAS FORTES, L.R. **Retrato calado.** São Paulo: Marco Zero, 1988.
- SCHULTES, R.E., HOFMANN, A. **Plants of the Gods: origins of hallucinogenic use.** New York: Alfred van der Marck Editions, [1987], c1979. 192 p. il.
- SLOMAN, L. **Reefer madness: marihuama in America.** New York: Grove Press, 1983. 363p
- SONENREICH, C. **Maconha na clínica psiquiátrica.** São Paulo: Manole, 1982.
- SILVA, T. Lins e. A maconha e a lei. In: MACIEL, Luiz Carlos et al. **Maconha em debate.** São Paulo: Brasiliense, 1985. 133p.
- TORON, A. Z. Alguns aspectos sociojurídicos da maconha. In: HENMAN, A, PESSOA JR., O. (Org.). **Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha.** São Paulo: Ground, 1986. p. 137-146
- VELHO, G. O consumo da cannabis e suas representações culturais. In: MACIEL, Luiz Carlos et al. **Maconha em debate.** São Paulo: Brasiliense, 1985. 133p.
- _____. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.55-64: Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea.
- Nobres e anjos: um estudo de tóxico e hierarquias.** Tese de doutorado em antropologia, Universidade de São Paulo, 1975.
- _____. **Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 214p.

- VERLOMME, M. **Le dossier vert d'une drogue douce**. Paris: Robert Laffont, 1978.
- WEIL, A. **Drogas e estados superiores de consciência**. São Paulo: Ground, 1986. 187p.
- WEINTRAUB, M. **Sonhos e sombras: a realidade da maconha**. São Paulo: Haper & Row do Brasil, 1983. 110p.
- XIBERRAS, M. **La société intoxiquée**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989. 245 p.
- ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZINBERG, N. **Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use**. New Haven: Yale University Press, c1984. 277p.

Este livro foi publicado
no formato 150 x 210 mm
miolo em papel 75 g/m²
2^a impressão
tiragem 200 exemplares
Impresso no Setor de Reprografia da EDUFBA
Impressão de capa e acabamento:
Cartograf Gráfica e Editora

